

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LEILLA THAYS BORGES DA MOTA

O IMPACTO DA SUBUTILIZAÇÃO DOS CINEMAS E TEATROS DE RUA
NA DINÂMICA DE SEU ENTORNO, LOCALIZADOS NO SÍTIO
HISTÓRICO DE OLINDA- PE

RECIFE

2017

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Leilla Thays Borges Da Mota

**O IMPACTO DA SUBUTILIZAÇÃO DOS CINEMAS E TEATROS DE
RUA NA DINÂMICA DE SEU ENTORNO, LOCALIZADOS NO SÍTIO
HISTÓRICO DE OLINDA- PE**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a
Graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação
da Profa. Dra. Stela Gláucia Alves Barthel.

RECIFE

2017

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

M917i Mota, Leilla Thays Borges da.
O impacto da subutilização dos cinemas e teatros de rua na
dinâmica de seu entorno, localizados no sítio histórico de Olinda-PE /
Leilla Thays Borges da Mota. - Recife, 2017.
104 f. : il. color.

Orientador: Profª Drª Stela Gláucia Alves Barthel.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e
Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Equipamentos culturais de lazer. 3.
Sítio histórico. 4. Olinda. I. Barthel, Stela Gláucia Alves. II. Faculdade
Damas da Instrução Cristã. III. Título

CDU 72

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Margarida Mota e Rosinaldo Mota, pela boa educação, apoio e proteção desde sempre.

Ao meu companheiro e mais fiel amigo, Bruno Rodrigues pelo suporte, em todos os sentidos.

À minha orientadora e professora Dra. Stela Barthel, pelas contribuições acadêmicas, e ajuda nas horas de sufoco.

Ao professor MSc. Pedro Valadares, pela ajuda no desenvolvimento do tema (e do trabalho em si), pelas brincadeiras e pelo apoio desde o início.

A JR, pela confiança depositada na época de estagiária, pelas contribuições profissionais e pelo interesse nesta pesquisa.

E à minha querida amiga Luciana Amorim, sem a qual este trabalho não teria continuidade.

RESUMO

Este trabalho analisa a subutilização de cinco equipamentos de cinema e teatro, localizados no Sítio Histórico de Olinda, PE. São eles o Cine Olinda, o Cine Teatro Duarte Coelho, o Teatro Mamulengo Só Riso, o Teatro do Bonsucesso e o Teatro Fernando Santa Cruz. O equipamento mais antigo data de 1911 e o recorte cronológico da pesquisa vai daí até o presente momento, 2017. Parte-se da hipótese de que a não utilização desses equipamentos provoca uma alteração comportamental em seu entorno próximo, tendo em vista que os cinemas e teatros são elementos geradores de atividades econômicas e sociais. Tenta-se chamar a atenção dos profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo, da sociedade civil como um todo e dos governantes responsáveis pela gestão do município e de seu patrimônio, para a importância de se pensar a cidade como um organismo vivo, onde é importante o contínuo uso dos equipamentos culturais existentes.

Palavras-chave: Equipamentos culturais de lazer. Sítio Histórico. Olinda. Cinema. Teatro.

ABSTRACT

This paper analyses the underutilization of five cinemas and theaters, located at the Historical Site of Olinda, PE. They are the Cine Olinda, the Duarte Coelho Cine Theater, the Mamulengo Só Riso Theater, the Bonsucesso's Popular Theater and the Fernando Santa Cruz Theater. The oldest equipment dates back to 1911 and the chronological cut of this research goes from there until the present. It is assumed that the non-use of these equipments causes a behavioral change in its surroundings, considering that the cinemas and theaters are elements that generate economic and social activities. This monograph tries to bring the attention of professionals in the area of Architecture and Urbanism, civil society in general and the rulers responsible for the management of the municipality and its patrimony, about the importance of thinking the city as a living organism, where the use of existing cultural equipments is important.

Key words: Cultural leisure equipments. Historical site. Olinda. Cinema. Theater.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PERNAMBUCO, REGIÕES FISIAGRÁFICAS E DE DESENVOLVIMENTO.....	21
FIGURA 2: REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE FONTE: Observatório das Metrópoles - IPPUR-PPGEO-MDU-FASE. Sem data.....	22
FIGURA 3: PRAIA DOS MILAGRES, 1910.....	24
FIGURA 4: BANGALÔS NA AV. SIGISMUNDO GONÇALVES, CARMO. 1910.....	25
FIGURA 5: VISTA AÉREA DA PRAIA DO CARMO, 1910-1920.	25
FIGURA 6: POLÍGONO DE TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE.	27
FIGURA 7: POLÍGONO DE TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE. RERRATIFICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO FEDERAL Nº 1155/79	28
FIGURA 8: POLÍGONO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA E SETORIZAÇÃO	30
FIGURA 9: ZONEAMENTO DA CIDADE DE OLINDA COM FOCO ÀS ZONAS ZEPC 01, 02, 03 E 04.....	32
FIGURA 10: FICHA CINE OLINDA	34
FIGURA 11: PRAÇA DO CARMO, SEM DATA.....	35
FIGURA 12: ZOOM DA FIGURA 10.	36
FIGURA 13: FOTOGRAFIA DA PRAÇA DO CARMO, SEM DATA.....	36
FIGURA 14: ZOOM DA FIGURA 12.	36
FIGURA 15: PRAÇA DO CARMO, 1910.	37
FIGURA 16: CINE OLINDA, DÉCADA DE 1930, ANTES DA GRANDE REFORMA....	38
FIGURA 17: CINE OLINDA, DÉCADA DE 1930, APÓS A GRANDE REFORMA.	39

FIGURA 18: CINE OLINDA, 1942.	41
FIGURA 19: CINE OLINDA, JÁ DESATIVADO EM 1978.	42
FIGURA 20: CINE OLINDA, 2016.	43
FIGURA 21: FICHA CINE TEATRO DUARTE COELHO	45
FIGURA 22: ANÚNCIO DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1962.....	48
FIGURA 23: CINE TEATRO DUARTE COELHO, SEM DATA.	51
FIGURA 24: CINE TEATRO DUARTE COELHO, SEM DATA.	51
FIGURA 25: CINE TEATRO DUARTE COELHO, FINAL DOS ANOS 80.....	52
FIGURA 26: RECORTE DO DIÁRIO OFICIAL DE OLINDA, 1997.....	53
FIGURA 27: INTERIOR DO CINE TEATRO DUARTE COELHO, 2016.....	55
FIGURA 28: SITUAÇÃO ATUAL DO CINE TEATRO DUARTE COELHO, 2017.....	55
FIGURA 29: FICHA TEATRO DO BONSUCESO	56
FIGURA 30: RECORTE DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ED. 87. 1976.....	57
FIGURA 31: TEATRO DO BONSUCESO ANTES DA REFORMA DE 2008	60
FIGURA 32: TEATRO DO BONSUCESO APÓS A REFORMA DE 2008.....	60
FIGURA 33: INTERIOR DO TEATRO DO BONSUCESO, 2008	61
FIGURA 34: TEATRO DO BONSUCESO, 2016	61
FIGURA 35: INTERIOR DO TEATRO DO BONSUCESO, 2017	62
FIGURA 36: FICHA TEATRO MAMULENGO SÓ RISO.....	65
FIGURA 37: GRUPO TEATRAL MAMULENGO SÓ RISO, 1975.....	66
FIGURA 38: PRIMEIRA SEDE DO MUSEU DO MAMULENGO	67
FIGURA 39: TEATRO MAMULENGO SÓ RISO, 2016.....	67
FIGURA 40: CASA DO PATRIMÔNIO. IPHAN	68
FIGURA 41: ATUAL SEDE DO MUSEU DO MAMULENGO: ESPAÇO TIRIDÁ.....	68
FIGURA 42: TEATRO MAMULENGO SÓ RISO, 2017.....	69

FIGURA 43: ALEGORIAS EXPOSTAS NO MUSEU DO MAMULENGO, 2016	70
FIGURA 44: FICHA TEATRO FERNANDO SANTA CRUZ.....	73
FIGURA 45: FÁBRICA DE DOCES AMORIM COSTA, 1930	74
FIGURA 46: MERCADO EUFRÁSIO BARBOSA.....	75
FIGURA 47: BOX PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO, ANTES DA INTERDIÇÃO DO MERCADO	79
FIGURA 48: BOX PARA COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO JÁ DESATIVADO.	80
FIGURA 49: PARTICIPANTES DO MOVIMENTO OCUPE EUFRÁSIO	80
FIGURA 50: MERCADO EUFRÁSIO BARBOSA, 2013.....	81
FIGURA 51: TEATRO FERNANDO SANTA CRUZ, 2017.	81
FIGURA 52: PERCURSO DA PROPOSTA DO CIRCUITO CULTURAL	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A RELAÇÃO ENTRE A CIDADE E OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE LAZER INSERIDOS EM ÁREAS HISTÓRICAS	13
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA, PE E A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO	21
2.1. FORMAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO E A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO	23
3. AS ARTES CÊNICAS E CINEMATOGRAFICAS NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA, PE	34
3.1 O CINE OLINDA	34
3.2 O CINE TEATRO DUARTE COELHO	45
3.3 O TEATRO POPULAR DO BONSUCESSO	56
3.4 O TEATRO MAMULENGO SÓ RISO	65
3.5 O TEATRO FERNANDO SANTA CRUZ	73
4. POSSÍVEIS FORMAS DE REESTABELECIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO SÍTIO HISTÓRICO	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES	103

INTRODUÇÃO

Devido ao surgimento espontâneo de grande parte das cidades e do desordenado processo de urbanização observado no século XIX, surgiram vários problemas tanto no campo do ordenamento físico da cidade como em questões sanitárias, que afetaram a saúde da população. Com a explosão industrial ocorrida neste século, as cidades tiveram um inchaço populacional acelerado, que não foi acompanhado pelo planejamento físico (RODRIGUES, 2011). Diante desses e de outros problemas, como a ocorrência de revoluções e guerras entre nações, vários arquitetos e urbanistas da época reuniram-se para discutir como a arquitetura poderia vir a solucionar isto, criando uma entidade que os representasse. Surgiu o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), que teve dez edições.

Principal produto do CIAM realizado em 1933, a Carta de Atenas trouxe as quatro funções básicas da cidade: as atividades de morar, trabalhar, recrear e transitar. Pela insalubridade observada nas cidades durante este período e as péssimas condições de vida, foi dada à atividade de lazer maior importância. Melo e Peres (2003) defendem o lazer como atividade necessária à sobrevivência assim como a saúde, a educação e o trabalho. Marcellino (1987) argumenta que o tempo disponível na vida das pessoas, a atitude dotada e o espaço onde o lazer acontece são essenciais para a sua vivência. Este espaço caracteriza-se em duas situações: os espaços livres, ao exemplo das praias, parques e praças e os espaços fechados, ou seja, os equipamentos culturais de lazer, como teatros, cinemas, óperas etc.

Para o cumprimento dos direitos do cidadão, previstos na Constituição Federal de 1988, é necessário que o poder público disponha de equipamentos culturais de lazer em boas condições de uso, seja construindo novos equipamentos ou utilizando os antigos equipamentos que, por ventura, estejam desativados.

Esta pesquisa analisa cinco equipamentos de cinema e teatro situados na cidade de Olinda, Pernambuco, que se encontram inutilizados (deixando de exercer sua função social) ou subutilizados. São eles: o Cine Olinda, o Cine Teatro Duarte Coelho, o Teatro Mamulengo Só Riso, o Teatro do Bonsucesso e o Teatro Fernando Santa Cruz. Tais equipamentos estão inseridos em área tombada a nível federal, dentro de uma cidade considerada Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Esta pesquisa objetiva compreender em que medida a subutilização de cada equipamento afetou a dinâmica seu entorno próximo. O termo “subutilização” usado na pesquisa, refere-se ao uso atual identificado no equipamento que difere de seu uso original, seja o equipamento sendo utilizado com outra atividade, que não a inicial, ou até estando o equipamento sem utilização. O objetivo específico deste trabalho é a produção de dez diretrizes que podem ajudar no reestabelecimento das atividades culturais do Sítio Histórico de Olinda.

Para atingir seu objetivo geral foi necessária uma análise que leve em consideração os anos de funcionamento de cada equipamento, assim como os anos em que estes ficaram subutilizados. Para isto esta pesquisa possui um recorte temporal entre os anos de 1911 até 2017 (data da inauguração do equipamento mais antigo, o Cine Olinda, até o presente momento desta pesquisa).

Além da importância patrimonial, estando inseridos num conjunto edificado tombado, esses equipamentos têm grande importância para Olinda pelo fato de terem contribuído para a divulgação das artes cênicas e cinematográficas na cidade. Entende-se ainda que os referidos equipamentos são essenciais ao bem-estar mental e físico da população e ao dinamismo da cidade, por propiciarem descanso e entretenimento para a comunidade. Também por sua importância econômica, pois esses equipamentos de lazer quando funcionam em bom estado movimentam setores importantes da sociedade, como comércio e serviços, que dependem do fluxo de pessoas que esses espaços atraem para realizar suas atividades.

Com base nos relatos de moradores antigos e pela percepção da autora enquanto moradora de Olinda, esta pesquisa parte da hipótese de que durante os anos de funcionamento, esses equipamentos eram grandes geradores de público, sendo responsáveis pela difusão das atividades culturais de lazer dentro do Sítio Histórico, atuando também como geradores de renda para os comerciantes próximos. Atualmente, esse dinamismo gerado no entorno não pode ser observado, já que eles se encontram subutilizados há vários anos, deteriorando-se cada vez mais, estando alguns já em situação de ruínas.

Para a obtenção dos propósitos deste trabalho, foram utilizadas algumas técnicas metodológicas listadas por Marconi e Lakatos (1986), como por exemplo, a pesquisa documental, através dos escritos provenientes do Arquivo Público Municipal de Olinda, como ofícios, leis, requerimentos, entre outros, além de fotografias antigas ainda da época de funcionamento destes equipamentos. A técnica da pesquisa bibliográfica também foi essencial para este

trabalho, por ser fonte de informação acerca da definição dos conceitos necessários ao entendimento de alguns termos utilizados, compreendidos através da leitura de estudos, livros, publicações, *sites*, cartilhas, teses, dissertações, entre outros, que tiveram relação com o tema estudado. Também foi realizada pesquisa de campo para a coleta de dados da situação atual, na tentativa de responder à hipótese levantada. Durante a pesquisa de campo, foram obtidas fotografias que ajudaram na comparação da situação atual do entorno com as situações observadas em fotografias antigas, auxiliando na análise dos impactos gerados durante os dois momentos. Por fim, foram realizadas entrevistas com moradores antigos que relataram sobre a época de funcionamento de cada equipamento e suas considerações acerca da situação atual. Ao todo foram entrevistadas dezesseis pessoas, sendo elas dois historiadores, um arquiteto, um maestro de música, uma funcionária da Secretaria de Patrimônio e Cultura do Município de Olinda, três atores, três moradores e antigos frequentadores dos equipamentos, dois moradores que não chegaram a frequentar os equipamentos e três profissionais envolvidos com produção de eventos cênicos. Estas entrevistas contribuíram para a busca de identificação da importância que os equipamentos tinham (e têm) no cotidiano dessas pessoas, além da identificação do impacto gerado atualmente pela sua subutilização e as consequências diretas no entorno próximo.

O trabalho divide-se em 4 capítulos, sendo o Capítulo 1. A relação entre a cidade e os equipamentos culturais de lazer inseridos em áreas históricas, o Referencial Teórico abordando os conceitos acerca da cidade, dos equipamentos culturais de lazer e a necessidade da oferta pública desses equipamentos. O respectivo capítulo trata também da necessidade de dar uma função aos equipamentos inseridos em áreas históricas, na tentativa de estabelecer um laço entre as edificações e a comunidade.

O Capítulo 2. Caracterização da área de estudo: O Sítio Histórico de Olinda e a proteção ao patrimônio, situa o leitor dentro da área de estudo e de seu recorte espacial; assim como a exposição dos fatos que levaram à formação do Sítio Histórico de Olinda e as medidas protetoras do patrimônio que foram tomadas através dos anos.

Após essa discussão, o Capítulo 3. As artes cênicas e cinematográficas no Sítio Histórico de Olinda, aborda tanto os anos de funcionamento de cada equipamento, como sua situação atual. Tendo como base os relatos das pessoas entrevistadas e as informações coletadas em jornais antigos, assim como documentos disponibilizados pelo Arquivo Público Municipal, esses

relatos foram necessários para o entendimento dos impactos gerados pelos equipamentos, tanto em sua época de funcionamento como atualmente.

O Capítulo 4. Possíveis formas de reestabelecimento das atividades culturais do sítio histórico, é descrita cada uma das dez diretrizes desenvolvidas com o intuito de fazer com que esses espaços sejam utilizados de forma contínua pela população, para que se mantenham ativas as manifestações culturais do Sítio Histórico de Olinda.

O Capítulo 5. Considerações Finais, faz uma síntese dos resultados da pesquisa comentando sobre os impactos identificados, configurando assim as últimas considerações acerca desta pesquisa. Seguem-se as Referências e os Apêndices com as perguntas comuns feitas tanto para antigos usuários, como para pessoas ligadas à criação/fundação de algum dos equipamentos analisados.

1. A RELAÇÃO ENTRE A CIDADE E OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE LAZER INSERIDOS EM ÁREAS HISTÓRICAS

Segundo Lencioni (2008), a discussão sobre o conceito de cidade é ampla, remete ao pensamento de várias situações sobre um mesmo objeto: a cidade rural, a cidade urbana, a cidade informal, a cidade mercantil, a cidade portuária etc. Essa variedade de situações acerca da mesma ideia vem do fato de que conceituar a cidade implica numa tarefa que depende dos reflexos acerca desse objeto múltiplo e variável. Pelo fato deste trabalho ter sua análise voltada a uma localidade urbana, faz-se necessária a compreensão da ideia de urbano como reflexo para a definição do conceito da cidade em questão. Em termos gramaticais, a palavra “cidade” configura-se como substantivo, enquanto que a palavra “urbano” é um adjetivo. Porém, para definição do conceito de cidade não se podem considerar apenas as definições da gramática, deve-se levar em consideração também a relação do homem com o meio, pois a atividade humana é a maior causadora dos reflexos da cidade. Assim sendo, atribui-se ao conceito de cidade a ideia de aglomeração, seja de pessoas, de edifícios, de vias de circulação etc. sob a condição de perenidade, pois de acordo com Derruau (1964), a cidade corresponde sim à ideia de aglomeração, mas à aglomeração durável. Ainda segundo Lencioni (2008), mesmo tendo discutido todos esses fatores acerca do conceito de cidade, não se pode conceituar com precisão o que ela seria, pois " (...) o conceito é sempre uma simplificação do real e ao mesmo tempo uma generalização deste" (LENCIONI, 2008, P.111). Portanto, considerando-se que o conceito deve refletir a essência do objeto, pode-se definir a cidade como uma aglomeração permanente onde ocorrem múltiplos e variáveis reflexos que caracterizam as diferentes localidades.

Após a compreensão desse conceito, acerca da cidade surge a necessidade de se entenderem algumas relações que ocorrem na cidade, pois é devido a estas e às ações humanas que ela funciona. A arquitetura sempre esteve presente na construção de uma cidade, constituindo-se uma arte primordial à sua materialidade. É nela que ocorrem as interações interpessoais ou em prol dela. Para que isto ocorra, a cidade deve dispor de espaços físicos que provoquem nas pessoas interesses em sua utilização. Para Sampaio e Bittencourt (2013. p. 6) "A cidade e a arquitetura são (...) os canais de desenvolvimento do indivíduo na coletividade, nesses ocorrem os encontros que possibilitam a vivência e a convivência".

Grande parte das cidades ao redor do mundo surgiu de forma espontânea, onde não houve nenhuma preocupação inicial com o ordenamento físico, o que gerou vários problemas, principalmente com o advento da Revolução Industrial no século XVIII. Neste momento, as

idades tiveram um crescimento populacional acelerado, não acompanhado pelo planejamento físico, causando problemas como insalubridade, dificuldades de locomoção, ausência de espaços de lazer, entre outros. Na tentativa de solucionar esses problemas, ocorreram nas primeiras décadas do século XX, vários encontros de arquitetos e urbanistas, como o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), que discutiram como a arquitetura modernista poderia vir a solucionar as dificuldades encontradas nas cidades. No IV CIAM foi finalizada a Carta de Atenas (1933), onde foram expostas as quatro funções básicas da cidade: morar, trabalhar, transitar e recrear. (LE CORBUSIER, 1993). É a partir deste momento que se passa a pensar a cidade de acordo com suas funções, onde é necessário prover espaços que viabilizem o cumprimento das atividades cotidianas, embora nem sempre isso seja possível. Devido a vários fatores, muitas cidades não dispõem de espaços de lazer suficientes, ocasionando uma menor frequência dessa atividade em detrimento de outras.

As atividades de lazer e cultura são, segundo Melo e Peres (2003), tão importantes quanto as atividades consideradas necessárias à sobrevivência, como saúde, educação e trabalho. Para a vivência do lazer, Marcellino (1987) defende que alguns aspectos são essenciais, como o tempo disponível na vida das pessoas, a atitude adotada e o espaço onde o lazer acontece. Este espaço pode ser formado em duas situações: os espaços livres, como as praças, as praias, os parques etc. ou os espaços fechados, como os equipamentos destinados à prática do lazer. Convém uma definição acerca deste objeto, de acordo com Coelho (1997):

(...) por equipamento cultural entende-se tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis etc.) (COELHO. 1997. P.164).

Ao se pensar na cidade como provedora de espaços múltiplos de lazer, percebem-se, no Brasil, as diversas dificuldades a que as atividades de lazer são submetidas. Seja pela prioridade do poder público em garantir maiores investimentos às áreas de saneamento, saúde, educação, infraestrutura e outras, deixando as áreas de lazer e cultura em segundo plano; seja pela inércia da população no sentido de cobrar do governo maiores investimentos aos equipamentos públicos de lazer; seja pela falta de conhecimento por parte da população da importância que as atividades de lazer têm na vida do ser humano etc. O fato é que esses acontecimentos fazem com que o lazer permaneça em segundo plano na vida da população, mesmo sendo um direito básico e essencial. Além disso, há ainda pouca oferta de equipamentos públicos em boas condições de uso, o que favorece o surgimento crescente no número de equipamentos privados

de cultura e lazer que oferecem espaços bem planejados, seguros e tecnológicos a um determinado custo.

O espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio, pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados e conservados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem em um direito dos brasileiros. Assim, vale a pena cobrar para que o poder público se faça presente nesse setor, mas é preciso, que a comunidade assuma também sua parcela de responsabilidade nessa gestão (MULLER. 2002. p. 25-26).

Pela melhor qualidade (e quantidade) dos equipamentos culturais de lazer oferecidos pela iniciativa privada, a população termina por deixar de cobrar dos governantes as melhorias necessárias aos equipamentos públicos. Muitas vezes, essa ausência de cobrança pela população configura uma "justificativa" dada pelo poder público para a deficiência dos equipamentos culturais de lazer.

Em consonância com Bonalume (2002), o aparecimento cada vez maior de espaços como *shoppings centers*, condomínios fechados, clubes privativos etc. favorece apenas uma parcela da sociedade, a que detém maior poder aquisitivo. Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, o acesso à cultura e ao lazer é um direito fundamental do cidadão. Ela garante, em seu artigo 6º, o lazer, dentre outros, como direito social (BRASIL, 1988). A referida Constituição assegura também, em seu 23º artigo, como de competência comum da União, dos Estados, e dos Municípios:

III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação (BRASIL, 1988. p. 15-16).

Pela oferta de espaços privados ditos "seguros e ideais", as classes média e alta vêm utilizando a cidade apenas como forma de locomoção, espaços de passagem. Enquanto que para as classes menos favorecidas, a cidade continua sendo a provedora de espaços para lazer, moradia, compras, trabalho, circulação etc., porém, como a maior parte dos investimentos nas áreas de lazer e cultura vem sendo realizada pela iniciativa privada, os espaços e equipamentos públicos, frequentemente, encontram-se em estado de má conservação e inutilizáveis (MARIANO, 2006).

Constroem-se "opções" que podem conceder "condições de urbanidade" e "segurança" (...), como é o caso dos condomínios, que oferecem todas as benesses para quem pode pagar, supostamente mantendo os ricos longe dos problemas sociais, a não ser quando deixam seus "mundos de sonhos" por algum motivo (...). Esses locais, protegidos por muros e tecnologias, chamados por Caldeira¹ de "enclaves fortificados", são ocupados por aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional, o que acaba por transformar a dinâmica da vida em sociedade. Caldeira destaca que os princípios do espaço público moderno², estariam desaparecendo e sendo desvalorizados (...) (MELO e PERES, 2003, p. 07).

Outro ponto relevante à questão é o avanço da tecnologia, que favorece a permanência das pessoas em suas casas. A facilidade de *download* de músicas e vídeos, serviços de *Streaming*³, de TV à cabo, *smart TVs*⁴, entre outros, contribuem para o enclausuramento das pessoas, que cada vez mais vão substituindo o contato interpessoal, o que, para Melo e Peres (2003), acaba por reduzir sensivelmente as expressões humanas e afetivas no meio físico. Essas situações evidenciam a diversidade de fatores que levam às desigualdades na prática do lazer. O crescente número de consumidores de tecnologias que substituem o contato humano por comodidades e a privatização de espaços e equipamentos que deveriam ser de acesso a todos, acabam por reforçar as diferenças e criar uma falsa sensação de que a cidade se dispõe a todos os cidadãos.

Melo e Peres (2003) trazem alguns aspectos do dismantelamento das formas públicas de lazer, como por exemplo, o declínio dos cinemas de rua da cidade:

(...) exemplo notável é o declínio dos cinemas de rua. Em 1955, o Rio de Janeiro atingiu o número máximo de cinemas em sua história, cerca de 190, espalhados por quase 50 bairros. Eram cinemas com uma só sala de exibição (alguns com grande disponibilidade de lugares) e que tinham como público-alvo a população da comunidade ao redor. Hoje temos cerca de 150 salas de cinema, mas estas se distribuem somente por cerca de 20 bairros, normalmente organizadas no modelo de complexos cinematográficos (várias salas em um só cinema), se localizando, na maior parte dos casos, em *shoppings-centers*. Os antigos cinemas, em sua grande maioria, viraram igrejas evangélicas e

¹ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Ed. 34/EDUSP, 2000.

² A acessibilidade, a abertura e a livre circulação, que possibilitam o encontro e a interação dos "diferentes" e das "diferenças", que deveria ser caracterizado como âmbito privilegiado da liberdade, no qual se expressa à vontade e o agir coletivo, fruto do debate público, democrático e da reunião de diversos atores.

³ A tecnologia *streaming* é uma forma de transmissão instantânea de dados de áudio e vídeo através de redes. Por meio do serviço, é possível assistir a filmes ou escutar música sem a necessidade de fazer *download*, o que torna mais rápido o acesso ao conteúdo online. FONTE: TechTudo. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/05/conheca-o-streaming-tecnologia-que-se-popularizou-na-web.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

⁴ Toda televisão que se conecta à Internet é chamada *Smart TV*. Isso é o que difere as *TVs* "inteligentes" das outras, já que as tecnologias de tela e recepção do sinal podem ser as mesmas. Os modelos mais novos acessam a *Web* via *Wi-Fi* de forma nativa (...). FONTE: TechTudo. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2015/04/como-funciona-uma-smart-tv-saiba-como-escolher-o-melhor-modelo-para-voce.html>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

supermercados, ou foram divididos em várias pequenas salas (MELO e PERES, 2003. P. 6-7).

Como uma das consequências da soberania das privatizações dos equipamentos de lazer e cultura e o avanço das tecnologias mencionado, o espaço público perde sua multifuncionalidade cada vez mais, fazendo com que as pessoas prefiram recolher-se no interior de suas casas, pela falta de opções acessíveis na cidade. Isto contribui para um esvaziamento das ruas, gerando uma sensação de insegurança, pela falta de transeuntes. Em seu livro "Morte e Vida nas Grandes Cidades", Jacobs (2011, p.30) chama atenção para o fato de as cidades necessitarem de vivência cotidiana nas ruas e calçadas para assim garantir segurança aos seus habitantes, pois principalmente "(...) as cidades grandes estão, por definição, cheias de desconhecidos. Qualquer pessoa sente que os desconhecidos são muito mais presentes nas cidades grandes que os conhecidos (...)". Assim, a melhor forma de propiciar a sensação de segurança nas ruas de uma cidade é dotando-as de pessoas, já que a cidade é "cheia de desconhecidos", ela deve oferecer atividades que levem as pessoas a caminhar por suas ruas, a utilizar seus espaços e equipamentos de lazer e convivência, ou seja, a viver a cidade.

Diante das discussões acima levantadas, o presente trabalho aponta para a importância da existência de equipamentos culturais de lazer que sejam públicos, tanto para o cumprimento dos direitos do cidadão, como para garantir o acesso de todas as camadas sociais e prover a cidade de frequentadores, não apenas transeuntes, de forma a propiciar uma maior segurança às ruas.

Conhecendo-se a necessidade da oferta pública dos equipamentos de lazer, poder-se-ia pensar que a gestão, municipal ou estadual, deveria providenciar o mais rápido possível a construção de novos equipamentos culturais para suprir a necessidade existente. Entretanto, vale lembrar a possibilidade de existirem equipamentos que exerciam essa finalidade, porém encontram-se em estado de desativação dentro da cidade ou ainda inseridos em áreas históricas.

É comum nas cidades históricas brasileiras a presença de cinemas e teatros, pois muitos deles foram implantados ainda no século XIX, como é o caso do Teatro de Santa Izabel, no Recife, de 1850 (TEATRO DE SANTA IZABEL..., 2010). Esta foi uma época de mudança nas cidades brasileiras, que se empenharam na remoção das feições coloniais, já que havia um movimento geral de modernização num país emergente do colonialismo. Essa modernização configurava-se na construção de estradas, pontes e edifícios públicos, com a intenção de dotar a cidade de infraestrutura adequada à nova economia da província; além do apelo estético, na tentativa de

se aproximar dos padrões europeus, mostrando-as prósperas e civilizadas e valorizando a cultura. Ter equipamentos de teatro passou a ser um quesito indispensável para obtenção do *status* de cidade moderna nesta época. Durante a primeira metade do século XIX, a sociedade brasileira estava passando por um lento, mas decisivo processo de transformação dos costumes e hábitos sociais, onde era necessária cada vez mais a produção de atividades coletivas, onde se refinassem os gostos, educassem os costumes e exercitassem comportamentos apropriados para a época (TEATRO DE SANTA IZABEL..., 2010). Neste contexto foram surgindo equipamentos de teatro em várias cidades, porém nem todos se mantêm em funcionamento até os dias atuais, devido a vários fatores. Contudo esta situação não impede que os antigos equipamentos eventualmente em desuso ou subutilizados sejam utilizados novamente ou revitalizados.

A utilização dos equipamentos culturais inseridos em áreas históricas é necessária à sua manutenção, pois como recomenda a Carta de Atenas (1931), as construções consideradas patrimônio histórico conferem personalidade às cidades e devem ser preservadas por serem "testemunhos preciosos do passado" devido ao seu valor histórico, sentimental ou arquitetônico (CONGRESSO INTERNACIONAL..., 1931 p. 25). A Carta traz ainda uma recomendação para que os responsáveis pela gestão dos monumentos os preservem para garantir o apreço deste patrimônio pelas gerações futuras.

Para garantir a preservação de edifícios históricos, a Carta de Veneza (1964) defende que é necessária à edificação a atribuição de uma função útil à sociedade, desde que não altere a disposição e a decoração do referido bem, sendo possíveis modificações, sob esses termos, para adequações à evolução dos usos e costumes (II CONGRESSO..., 1964). O uso que deve ser atribuído ao patrimônio necessita de compatibilidade com o espaço disponível, para garantir a proteção de construções isoladas, seu entorno, conjuntos, bairros e aldeias da cidade, como recomenda a Declaração de Amsterdã (1975). Esta defende ainda a reabilitação de bairros antigos e conseqüentemente, de suas edificações como dever dos poderes locais, juntamente com a participação da população para garantir a sobrevivência daquele bem. Essas ações devem estar diretamente ligadas à educação dos jovens em todos os níveis, pois segundo a Declaração, "O patrimônio arquitetônico não sobreviverá a não ser que seja apreciado pelo público e especialmente pelas novas gerações" (CONGRESSO DO PATRIMÔNIO..., 1975 p. 2).

Segundo a Carta de Burra (1980), para melhor designar o tipo de uso que seja compatível com determinado patrimônio é necessário conhecer a significância cultural que este possui. Esta

carta traz a noção de significância cultural, que são os valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais para as gerações do passado, presente e futuro. Os sítios podem ter variações de valores de acordo com diferentes pessoas ou grupos, mas eles estão incorporados ao sítio em si, no assentamento, no entorno, no uso, na configuração, na associação, nos lugares e objetos relacionados. A Carta de Burra reconhece que algumas modificações podem vir a ser necessárias, contudo, defende que elas devem ser realizadas com o menor impacto possível ou de forma reversível. Além desses conceitos, ela defende a participação popular em todo o processo de preservação, desde a compreensão da significância cultural do sítio, passando pela elaboração de políticas e planos de gestão, até a implantação, manutenção e revisão destes (CONSELHO INTERNACIONAL..., 1980).

Resultado do 1º Seminário Brasileiro Para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, a Carta de Petrópolis (1987) destaca que o inventário é uma ferramenta básica para a compreensão do acervo cultural e natural de um Sítio Histórico Urbano; deve ser realizado com a participação popular, para proporcionar a obtenção do conhecimento de valor do patrimônio, além de garantir o fortalecimento de seus vínculos em relação a ele. A Carta destaca também as diversas ferramentas legais que respaldam a proteção do patrimônio, tais como o tombamento, o inventário, as normas urbanísticas, isenções e incentivos, desapropriação e declaração de interesse cultural e destaca ainda que "Na diversificação dos instrumentos de proteção, considera-se essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria" (I SEMINÁRIO..., 1987 p. 2).

A ênfase na importância do reconhecimento dos valores atribuídos ao patrimônio histórico que é dado pelas cartas de Burra e de Petrópolis, com o objetivo da preservação deste, é compreensível quando se toma conhecimento dos conceitos de memória e história dentro das Ciências Humanas. Nora (1993) discute que o conceito de memória tem uma relação direta com a história:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (NORA, 1993. P. 9).

Sendo assim, a memória é um fenômeno do presente, enquanto que a história sempre remete ao passado, configurando uma representação insuficiente para compreender a totalidade do fato.

Complementando este conceito, Pollak (1992) traz os elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou coletiva:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992. p. 201).

Assim, a presente pesquisa entende que a utilização de equipamentos culturais inseridos em áreas históricas torna-se necessária para a preservação do próprio equipamento em si, da manutenção do Sítio Histórico como uma área ativa dentro da cidade e para a conservação da memória e história dos moradores daquela área.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA, PE E A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO

O Estado de Pernambuco situa-se na Região Nordeste do Brasil e tem por capital a cidade do Recife. Para implantar um planejamento descentralizado, o Governo do Estado de Pernambuco dividiu o território em 12 Regiões de Desenvolvimento, as RDs. Esta regionalização está representada na Figura 01.

FIGURA 1: PERNAMBUCO, REGIÕES FISIOGRAFICAS E DE DESENVOLVIMENTO



FONTE: Agência CONDEPE/FIDEM, 2009.

A Região Metropolitana do Recife (RMR) foi instituída através da Lei Complementar nº 14, de 8 de Junho de 1973, que estabeleceu também as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. O parágrafo 4º do Art. 1º da referida lei descreve os municípios participantes da RMR, entre eles, o município de Olinda:

"§ 4º - A Região Metropolitana do Recife constitui-se dos Municípios de:

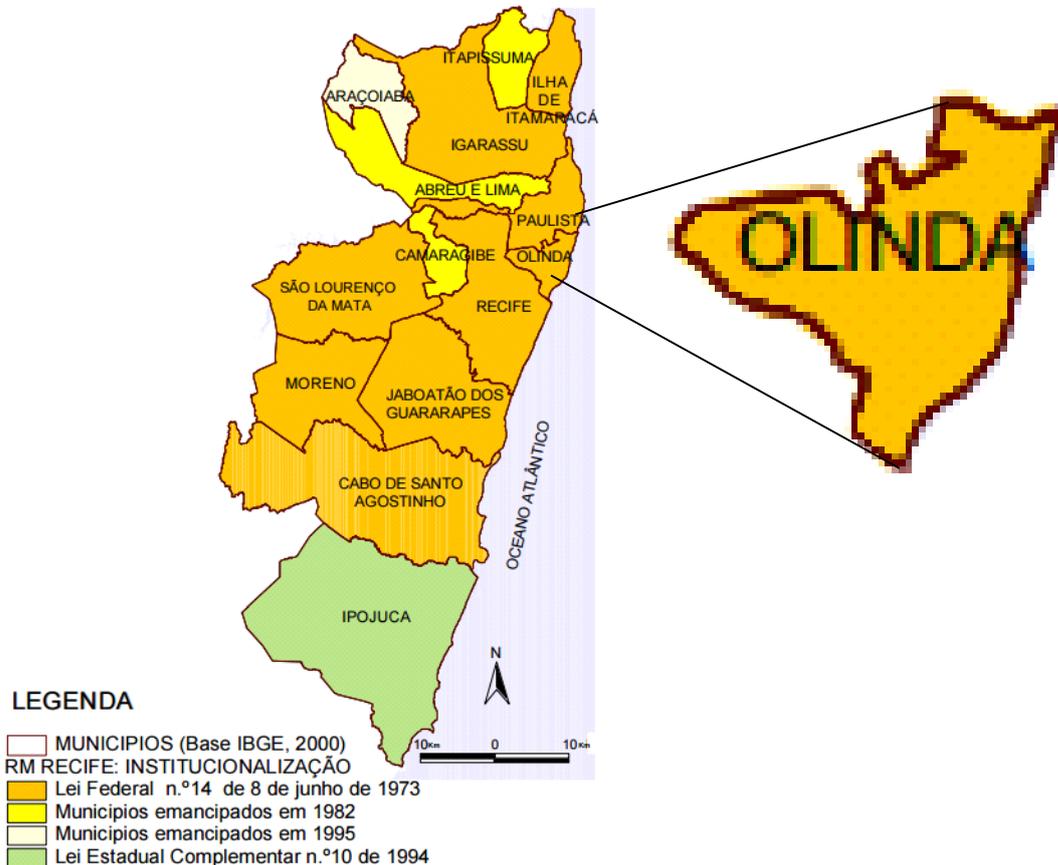
Recife, Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata" (BRASIL, 1973 P. 1).

Posteriormente, foram incluídos à RMR os municípios de Abreu e Lima, Camaragibe, Ipojuca, Itapissuma e Araçoiaba.

O Município de Olinda está localizado na latitude 08°01'48", longitude 34°51'42", e altitude de 16,00 m do nível do mar. Faz limite ao Norte com o município de Paulista; ao Sul e ao Oeste

com o Recife e ao Leste com o Oceano Atlântico. Dista 6 km da capital pernambucana e possui um território de 41.681 km², sendo 36,73 km² de área urbana e 6,82 km² de área rural, segundo a Prefeitura Municipal de Olinda (PMO). A Figura 02 traz um mapa do município, dentro da RMR.

FIGURA 2: REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE



FONTE: Observatório das Metrôpoles - IPPUR-PPGEO-MDU-FASE. Sem data.

Segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Olinda tem uma população de 377.779 habitantes, sendo estimada para 2016 uma população de 390.144 hab. Possui a maior densidade demográfica dos municípios da RMR, 9.063,58 hab./km². A leitura desses dados implica na percepção de que Olinda é uma cidade pequena em extensão, que possui uma grande população, o que gera uma alta densidade demográfica. Com um PIB registrado para o ano de 2010 pelo IBGE de R\$ 1.914.975 e taxa de IDH de 0,665, Olinda configura-se como o 4º município com maior Produto Interno Bruto (PIB) dentro da RMR, sendo relevante citar que a diferença nos valores diverge de forma considerável da capital Recife, que possui um PIB de R\$ 46.445.360. Analisando-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), classificado como médio e o produto interno bruto da cidade, percebe-se que Olinda tem uma economia pouco desenvolvida, o que se reflete na vida das pessoas,

principalmente nas camadas mais pobres. Igualmente à economia, alguns equipamentos de lazer e cultura de Olinda encontram-se em situação de pouco desenvolvimento, estando subutilizados ou até fechados há muitos anos, deteriorando-se cada vez mais.

2.1. FORMAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO E A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO

Se atualmente Olinda caracteriza-se como uma cidade pouco próspera, economicamente falando, seu passado viveu numa situação contrária. O professor José Luiz Mota Menezes, Doutor em Arquitetura e Urbanismo, afirma que no século XVI devido ao extrativismo do pau-brasil, inicialmente, e ao cultivo da cana-de-açúcar, posteriormente, Olinda tornou-se um dos principais centros comerciais da colônia chegando ao ponto de disputar com a Corte Portuguesa em ostentação e luxo (MENEZES, s/d).

Tendo sido um dos primeiros povoados do Brasil, Olinda foi elevada à categoria de vila no século XVI, mais precisamente no ano de 1537 tendo como núcleo inicial de implantação a localidade entre o Alto da Sé e o Largo da Misericórdia. Posteriormente, outro núcleo de povoamento surgiria distante dali, circundando a Igreja de Nossa Senhora do Monte. Foi a partir desses núcleos de povoamento que a cidade de Olinda se desenvolveu, ainda no século XVI, enriquecendo com a economia açucareira (LORDELLO, 2005). Conforme Menezes (s/d), a forma de ocupação do povoado, apesar de parecer ter sido aleatória, foi estrategicamente planejada, seguindo a tendência das demais cidades coloniais portuguesas. Identificada pela fortificação da vila, começando pelas praias e pelo alto das colinas, pela expansão posterior em direção ao porto e só então adentrando o interior para a construção dos engenhos de açúcar. Configurando assim, entre 1537 e 1630, o traçado urbano da vila, juntamente com as primeiras construções das ordens religiosas.

Ainda de acordo com Lordello (2005), após a expulsão da Companhia das Índias Ocidentais em 1654, Olinda passou por um lento processo de reconstrução, que se estendera até 1711. Neste momento Olinda já perdera sua importância como capital para Recife, configurando-se como local de veraneio. A retomada no desenvolvimento da cidade só veio a partir do século XVIII, com a reconstrução das igrejas destruídas e a implantação dos primeiros cursos jurídicos no Mosteiro de São Bento, já no século XIX, em 1827. Mas o fato que contribuiu bastante para o aumento populacional da cidade foram as recomendações médicas para banhos de mar, no início do século XX, que resultaram na fixação dos antigos veranistas, agora moradores, nas

imediações da Praia do Carmo, Praia dos Milagres, Praia do Farol, São Francisco, Casa Caiada e Rio Doce (NASCIMENTO, 2009).

Olinda experimentou certo destaque nesta época da medicina higienista, no final do século XIX e início do século XX, quando se tornou hábito das famílias abastadas do Recife ir para o veraneio e o banho salgado, muito indicado como saudável ou para recuperação da saúde. (...) foram construídas residências de luxo para as temporadas de verão (NASCIMENTO. 2009. P. 252-253).

FIGURA 3: PRAIA DOS MILAGRES, 1910.



FONTE: Foto: Francisco Du Bocage.

FIGURA 4: BANGALÔS NA AV. SIGISMUNDO GONÇALVES, CARMO. 1910.



FONTE: Foto: Revista da Cidade/Acervo FUNDAJ.

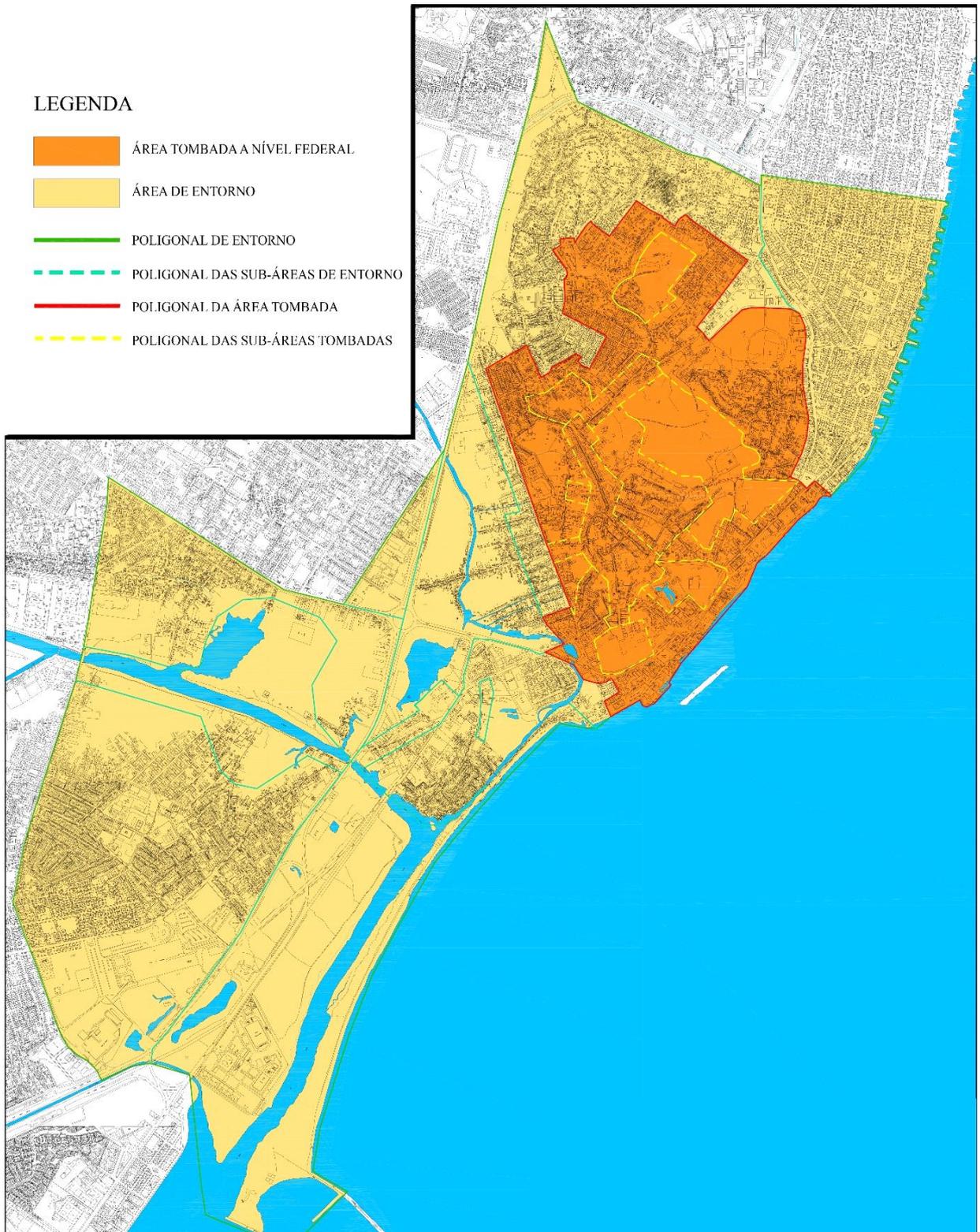
FIGURA 5: VISTA AÉREA DA PRAIA DO CARMO, 1910-1920.



FONTE: Acervo digital APMAG – Arquivo Público Municipal de Olinda.

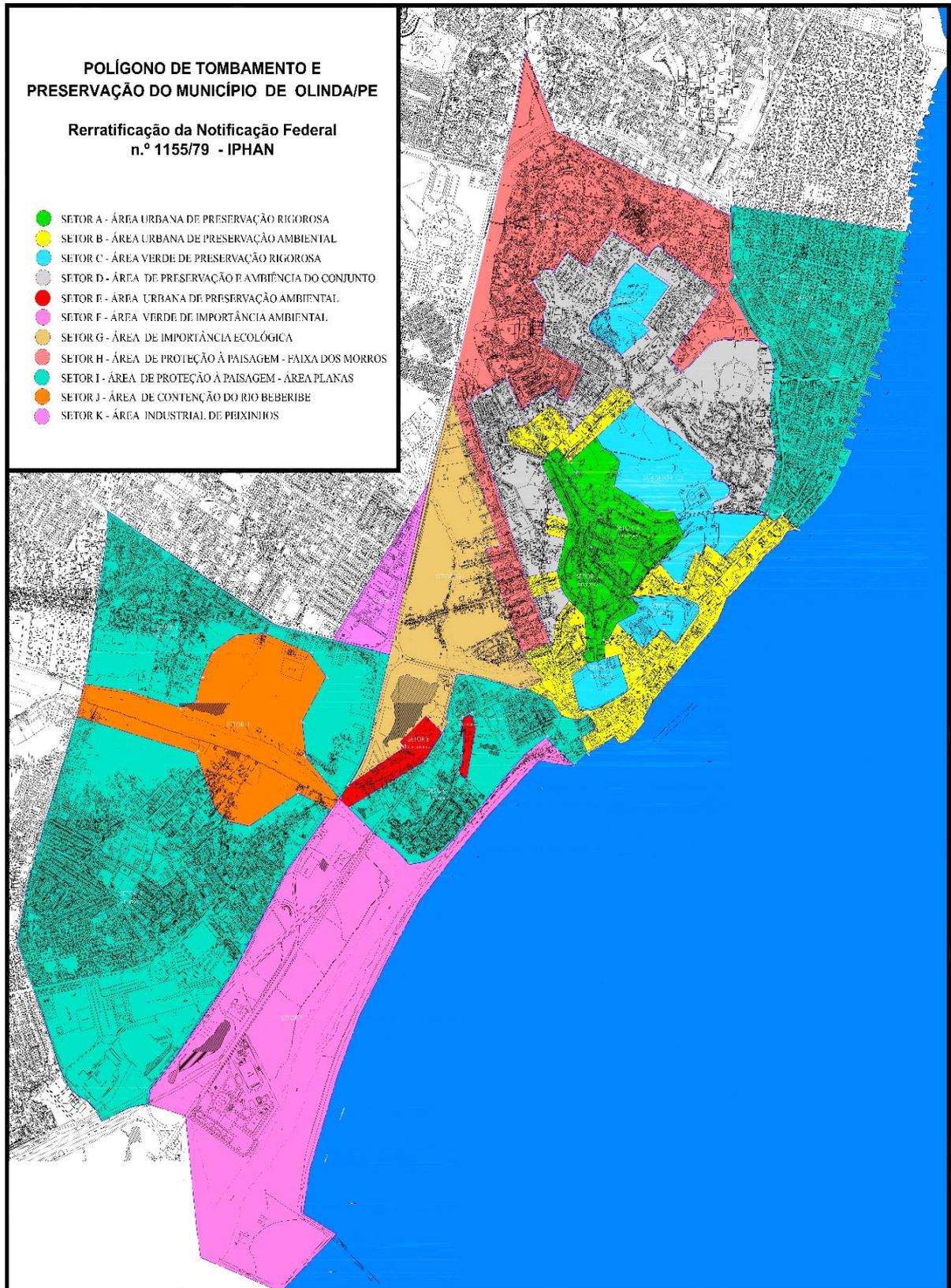
Foi neste período também que houve no país uma maior conscientização a respeito da proteção patrimonial. Durante o regime do Estado Novo, a unidade nacional era questão primordial. “Neste sentido, era necessário elaborar um mecanismo de reafirmação da nacionalidade, no intuito de promover a unificação do povo brasileiro, fragmentada pela herança federalista e oligárquica, fundamentadas nos regionalismos” (MASSUCATE, 2007, p.2). Sob esse contexto, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, refletindo essa preocupação com o objetivo de eleger um acervo representativo da tradição brasileira.

Olinda começou a receber leis de proteção ao patrimônio já em 1938, quando o SPHAN tombou 13 monumentos religiosos e civis (OLINDA, s/d). O SPHAN mudou de nome em 1946 para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (REZENDE, GRIECO, TEIXEIRA, THOMPSON, 2015) e tombou, em 1968, o conjunto arquitetônico de Olinda através da Notificação nº 1004. Conforme registro de Milet (1988), Olinda passou por um intenso processo de urbanização entre os anos de 1950 e 1970, tendo todo seu litoral ocupado juntamente com os morros circunvizinhos ao antigo núcleo de povoamento, comprometendo a ambiência e paisagem do Sítio Histórico. Com as mudanças ocorridas devido a esse processo de urbanização, o IPHAN decidiu, através da Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/79, ampliar o perímetro de tombamento de 1,2 km² para 10,4 km², ou seja, quase $\frac{1}{4}$ do território municipal (OLINDA, s/d). O mapa de Olinda com o perímetro de tombamento do IPHAN e a área de entorno pode ser vista através da Figura 06; já o Polígono de Tombamento e Preservação do Município de Olinda, com a divisão dos setores definidos pela Notificação da Rerratificação nº 1155/79, pode ser observada na Figura 07.

FIGURA 6: POLÍGONO DE TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE.

FONTE: IPHAN, 2006.

FIGURA 7: POLÍGONO DE TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE. RERRATIFICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO FEDERAL Nº 1155/79



FONTE: OLINDA, Prefeitura Municipal. Sem data.

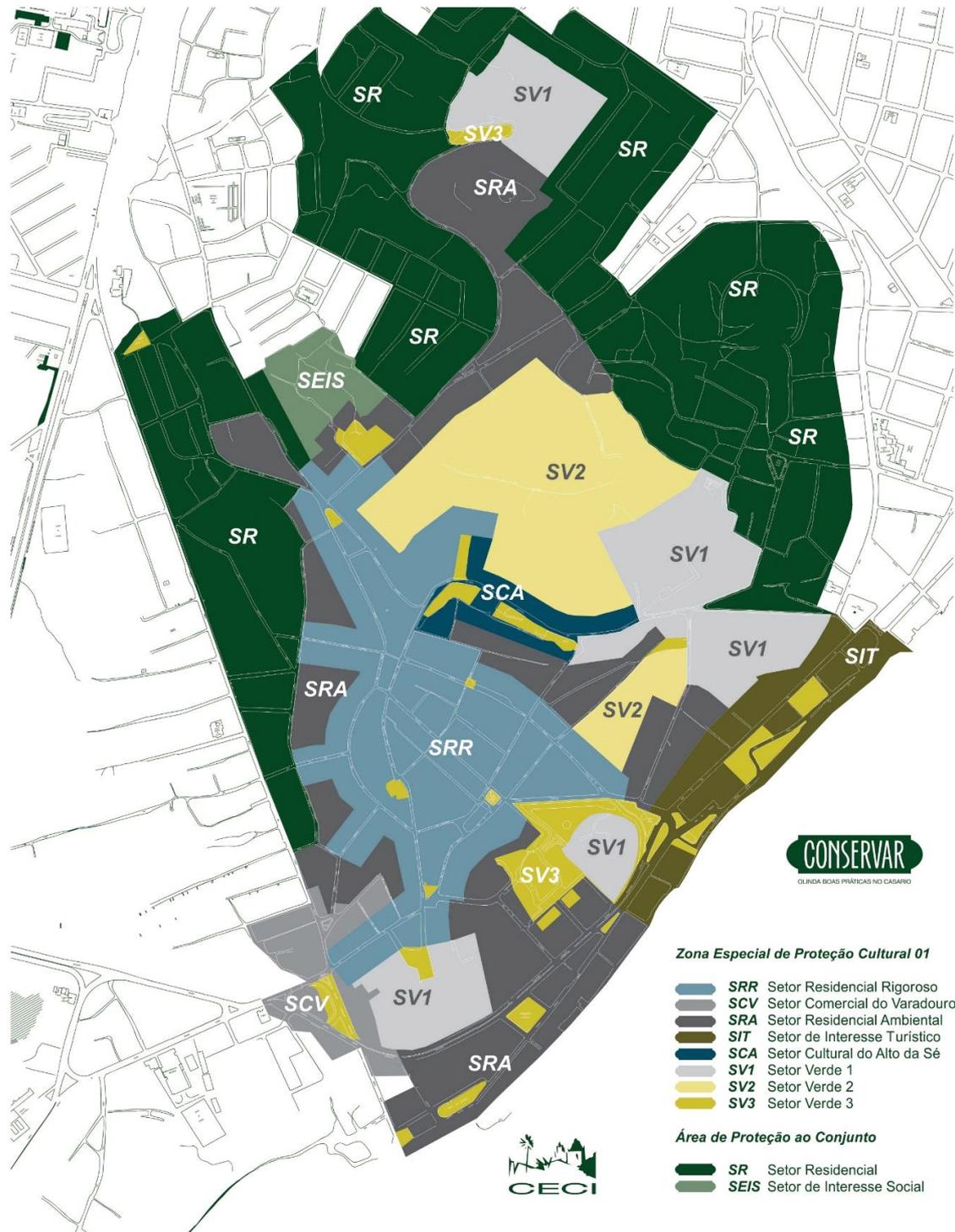
Devido à proteção ao seu patrimônio, Olinda passa a ter um caráter de polo de turismo e lazer, deixando de ser apenas uma cidade dormitório. Com essa nova função atribuída à cidade, houve um aumento na circulação de veículos na área histórica, o que causou impactos negativos devido à sobrecarga na infraestrutura local e gerou problemas de coleta de lixo e saneamento. Com o objetivo de reduzir os impactos negativos gerados, a gestão municipal elaborou, em 1972, o Plano Diretor Local Integrado (POLI), que delimitou e protegeu o patrimônio urbanístico e edificado do Sítio Histórico, em vista do crescimento urbano municipal. Este foi o marco inicial da participação municipal no controle do patrimônio cultural. Neste planejamento foi delimitado um anel viário com estabelecimento de zonas hierarquizadas de acordo com a densidade de monumentos e vistas da paisagem. Assim como definições de parâmetros urbanísticos para novas construções, diretrizes para obras de reforma e restauração e recomendações sobre a preservação referente às cores, proporções, escala e volumetria (OLINDA, s/d).

Foi entre os anos de 1979 e 1982 que a gestão municipal se empenhou em busca da recuperação simbólica do Sítio Histórico de Olinda, estabelecendo políticas na elaboração de identificação do patrimônio cultural construído; formatação de projetos de valorização urbanística e divulgação do patrimônio de Olinda, na tentativa de construir uma visibilidade nacional e internacional. Tanto esforço na proteção do patrimônio resultou no Título de Monumento Nacional conferido à cidade em 1980 e o de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1982 (OLINDA, s/d).

Uma década mais tarde, a Câmara Municipal aprovou a Legislação Urbanística Dos Sítios Históricos de Olinda – Lei nº 4849/92. Lei esta que veio a instituir as Zonas Especiais de Proteção Cultural e Paisagística – ZEPC e Zonas de Entorno do Sítio Histórico, definindo normas urbanísticas para essas áreas com o objetivo de melhoria da qualidade de vida dos moradores; e preservação e valorização dos bens culturais, arquitetônicos e naturais (OLINDA, 1992). A Figura 08 traz um mapa onde é possível se observar o polígono de tombamento do Sítio Histórico e a setorização dada pela Lei 4849/92.

FIGURA 8: POLÍGONO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA E SETORIZAÇÃO

**Polígono de Tombamento do Sítio
Histórico de Olinda e Setorização – ZEPC 1
ZONEAMENTO**



FONTE: CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, s/d. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/conservar/>>.

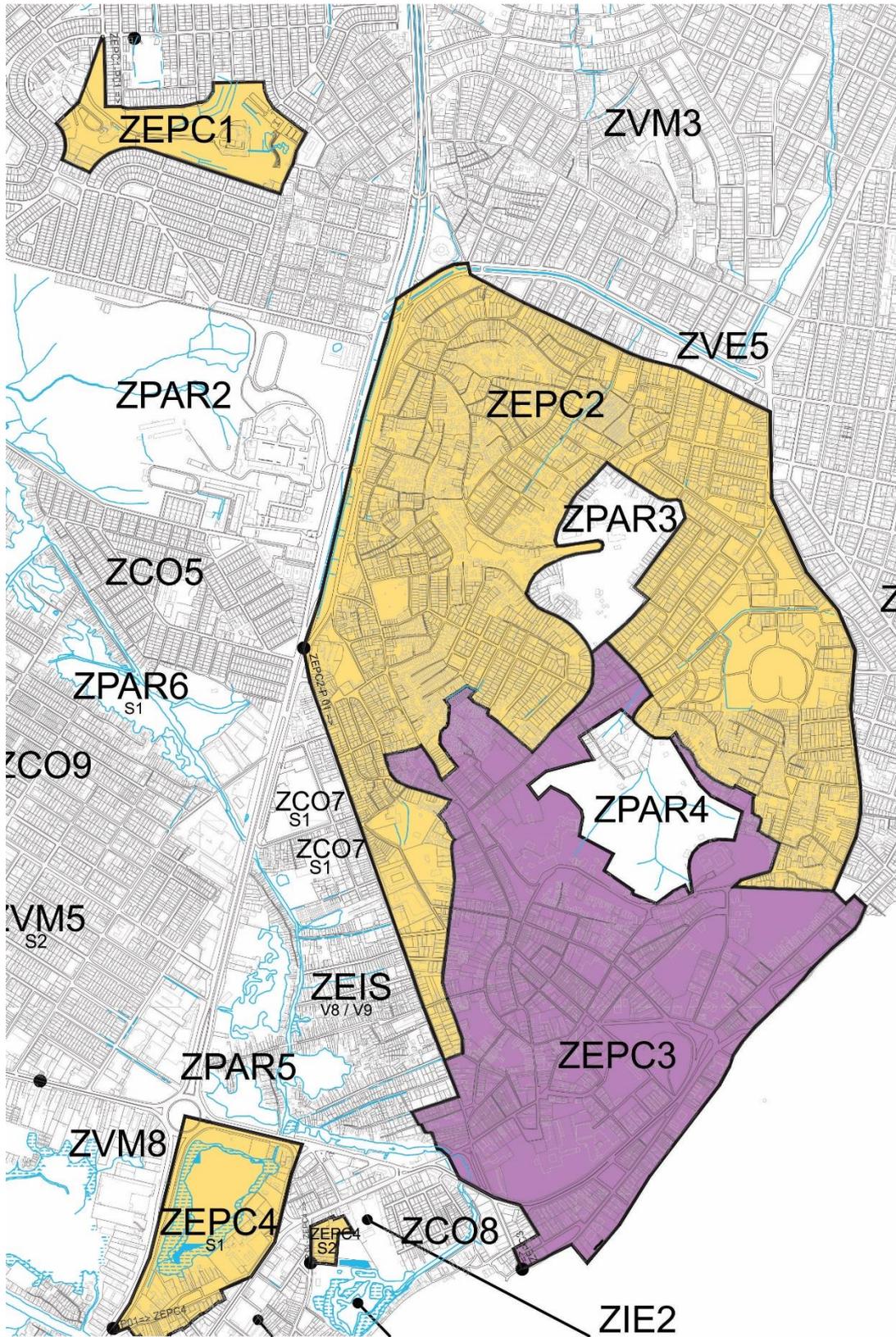
Todas essas ações foram importantes para preservar o conjunto arquitetônico, artístico e paisagístico do Sítio Histórico, mas com o passar dos anos as leis tornaram-se obsoletas. A partir dos anos 2000, foram realizadas discussões para atualização das leis do sistema de preservação dos Sítios Históricos, mas nenhuma mudança foi efetivada. Uma lei de 1987, que proíbe a circulação de veículos com peso acima de 2 toneladas dentro do Sítio Histórico, encontra-se na Justiça Federal, apesar de um estudo ter sido elaborado pelo engenheiro Jaime Gusmão que mostrou que a velocidade de carros menores impacta em maiores proporções, havendo assim a necessidade de um controle de velocidade ao invés do de peso. A Lei 4849/92 também necessita de atualização frente aos novos elementos inseridos no cotidiano dos moradores da cidade alta, como por exemplo antenas de celular e captadores solares (OLINDA, s/d). Algumas mudanças foram realizadas pela gestão municipal, como é o caso da Lei nº 5387/2003, que veio a alterar o Art. 28 da Lei nº 4849/92, passando o gabarito inicial, nas áreas residenciais, de 1 pavimento (3,00 m) para 2 pavimentos (6,00 m) (OLINDA, 2003).

O Plano Diretor é uma Lei obrigatória para municípios com mais de 20 mil habitantes e/ou que estejam inseridos em Regiões Metropolitanas e é o responsável pelo ordenamento físico da cidade. É através dele que a Prefeitura vai direcionar o crescimento do município, proteger as áreas especiais e definir os parâmetros urbanísticos para cada zona. O Plano Diretor de Olinda não recebe atualização há anos, estando ainda em vigor a Lei Complementar nº026/2004. Previsto para ser entregue ainda no ano de 2016, a revisão do Plano Diretor, que viria a resolver conflitos existentes entre legislações urbanísticas do próprio município, aguarda aprovação.

Na referida lei, a conservação e recuperação do meio ambiente, da paisagem urbana e do patrimônio histórico, artístico e cultural de Olinda constitui uma das diretrizes gerais para o Município. Com a finalidade de proteger as áreas e os bens que encerram valores culturais reconhecidos, tangíveis e intangíveis, o Plano Diretor de 2004 instituiu a Zona Especial de Proteção do Patrimônio Cultural – ZEPC (OLINDA, 2004). Esta zona divide-se em 4 locais:

I - ZEPC 01 – Santuário da Mãe Rainha; II - ZEPC 02 – Sítio Histórico Bonsucesso-Monte; III - ZEPC 03 – Sítio Histórico Carmo-Varadouro; IV - ZEPC 04 – Sítio Histórico Santa Tereza (OLINDA, 2004. p.11).

FIGURA 9: ZONEAMENTO DA CIDADE DE OLINDA COM FOCO ÀS ZONAS ZEPC 01, 02, 03 E 04.



FONTE: OLINDA. Plano Diretor Municipal, 2004.

Com o objetivo de proteger o patrimônio e melhorar a qualidade de vida dos moradores assim como o acesso aos turistas, o Plano Diretor institui ainda a implantação do Programa Especial do Sítio Histórico para as zonas ZEPC 03 e 04, com as seguintes diretrizes:

I - Conservação das edificações; II - restauração e utilização, com novos usos, das edificações monumentais; III - ordenamento do sistema local de transportes; IV - criação de estacionamento para moradores e visitantes; V - desenvolvimento do potencial turístico; VI - incentivo ao uso habitacional; VII - prevenção de riscos ao patrimônio e à pessoa humana. VIII - gestão compartilhada, pública e privada, do espaço público e da conservação das edificações; IX - revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (OLINDA, 2004. p. 19).

Essas ações são importantes para proteger e explorar o potencial do patrimônio edificado, entre eles os equipamentos culturais que se encontram distribuídos pela zona ZEPC 03, configurando assim o recorte espacial desta pesquisa.

3. AS ARTES CÊNICAS E CINEMATOGRÁFICAS NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA, PE

Pelo fato dessa pesquisa abranger diferentes equipamentos culturais de lazer, é importante dissertar sobre o histórico de cada um deles, para a análise dos impactos gerados no entorno de cada equipamento, durante a época de funcionamento e os impactos gerados a partir de seu fechamento/subutilização. Por serem exemplares de diferentes épocas, uma ordem cronológica é cabível, tanto para enfatizar o recorte temporal da pesquisa, como para melhor compreender o funcionamento de cada um, pois os intervalos de tempo de implantação são relevantes.

3.1 O CINE OLINDA

FIGURA 10: FICHA CINE OLINDA



FONTE: Autora.

A data de fundação deste exemplar é controversa, pois há relatos de datas diferentes de acordo com as fontes pesquisadas. A data mais antiga encontrada foi relatada por MORAIS (2005)⁵, em sua pesquisa sobre a história do cinema em Pernambuco. A autora relata que foi realizada em 7 de setembro de 1906 a inauguração de uma casa de distrações situada no Carmo em Olinda, denominada *Park Olímpia*.

Na inauguração, (...) realizou-se um espetáculo que incluía canções e cenas cômicas protagonizadas pelo ator Lira e pela exibição de vistas animadas através de um cinematógrafo que a imprensa registra como *Moto-Picteroscope*. O espetáculo é acompanhado pela orquestra do Clube Musical Matias Lima. (...). As projeções de cinema eram uma constante no Park Olímpia (MORAIS, 2005. P.8).

⁵ Maria Luiza Nóbrega de Moraes, professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco. Líder do Grupo de Pesquisa: História e Imagens da Comunicação. Coordenadora do Núcleo Pernambucano da Rede Alcar.

Outro dado controverso é quanto ao nome deste equipamento, pois também foi possível encontrar divergência entre as fontes pesquisadas. O Diário de Pernambuco divulgou, em 6 de setembro de 1906, um anúncio sobre a programação relatada acima, porém dirigiu-se ao equipamento como Theatro Olympia.

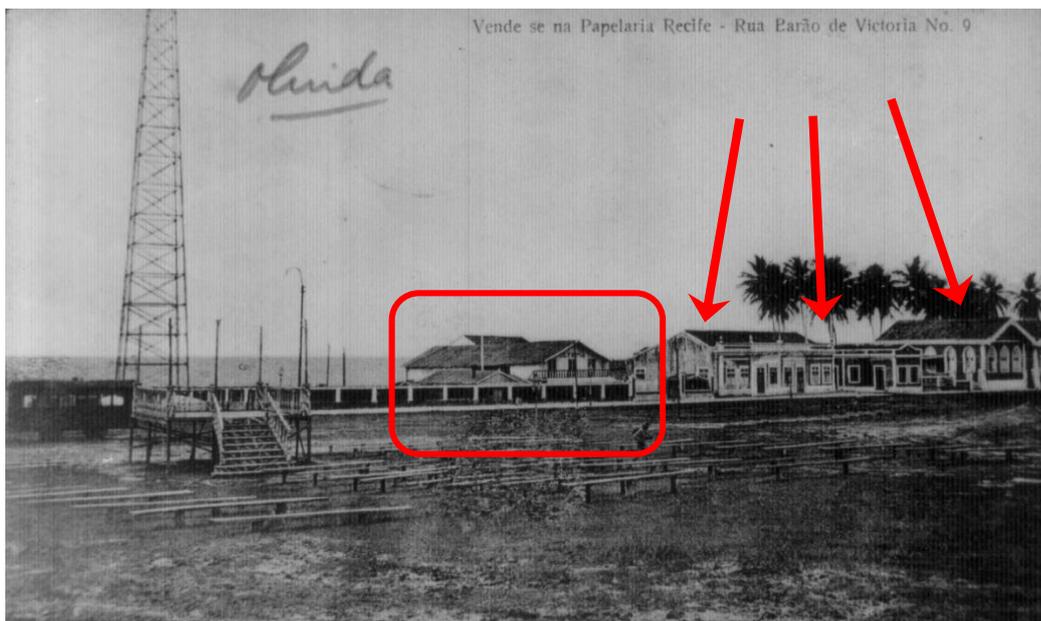
O actor Lyra, em comemoração á grandiosa data de 7 de setembro, realiza no Theatro Olympia, em Olinda, attrahentes diversões. O programma consta de vistas cinematográficas, cançonetas, Mamulengo e ainda outros entretenimentos. A Mathias Lima abrilhantará a festa. Agradecemos ao convite (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1906).

Já o Jornal do Recife, em um anúncio do dia 20 de setembro de 1906, divulga a programação do referido equipamento, tratando-o como *Park Olimpia*.

Hoje terá lugar a estrea do artista J. Duarte Lobão, no Park Olimpia, na visinha cidade de Olinda. Amanhã haverá outro espectáculo. O programma é variado, constando de 4 partes. Serão representadas na primeira parte <<Amor e Chuva>>, entre-acto comico, na segunda <<O moto-pictarescope,>> na terceira cançonetas por diversos actores e na quarta a comedia , em 1 acto, <<A Familia Sertaneja>>. O Park estará aberto desde 5 horas da tarde, fazendo-se ouvir uma banda de musica. Agradecemos os convites que nos enviaram para assistirmos o dois espectaculos (JORNAL DO RECIFE. 1906).

Analisando-se algumas fotografias da Praça do Carmo (sem data) e com base nos relatos acima vistos, podem-se inferir algumas informações.

FIGURA 11: PRAÇA DO CARMO, SEM DATA.



FONTE: Foto: Manoel Chaves. Acervo APMAG. Modificado pela autora.

Na imagem, é possível observar um grande descampado, em primeiro plano, configurando a Praça do Carmo da época. Em segundo plano, observam-se algumas casas e chalés para a estação balneária (indicadas pelas setas). Pode-se observar ainda uma edificação (circunscrita na forma retangular) localizada no local onde hoje encontra-se o Cine Olinda. Ao aproximar a imagem, percebe-se um letreiro em sua fachada frontal, onde lê-se OLYMPIA.

FIGURA 12: ZOOM DA FIGURA 10.



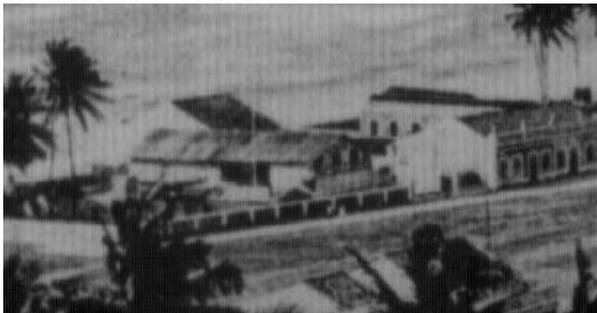
FONTE: Foto: Manoel Chaves. Acervo APMAG. Modificado pela autora.

FIGURA 13: FOTOGRAFIA DA PRAÇA DO CARMO, SEM DATA.



FONTE: Foto Manoel Chaves. Acervo APMAG. Modificado pela autora.

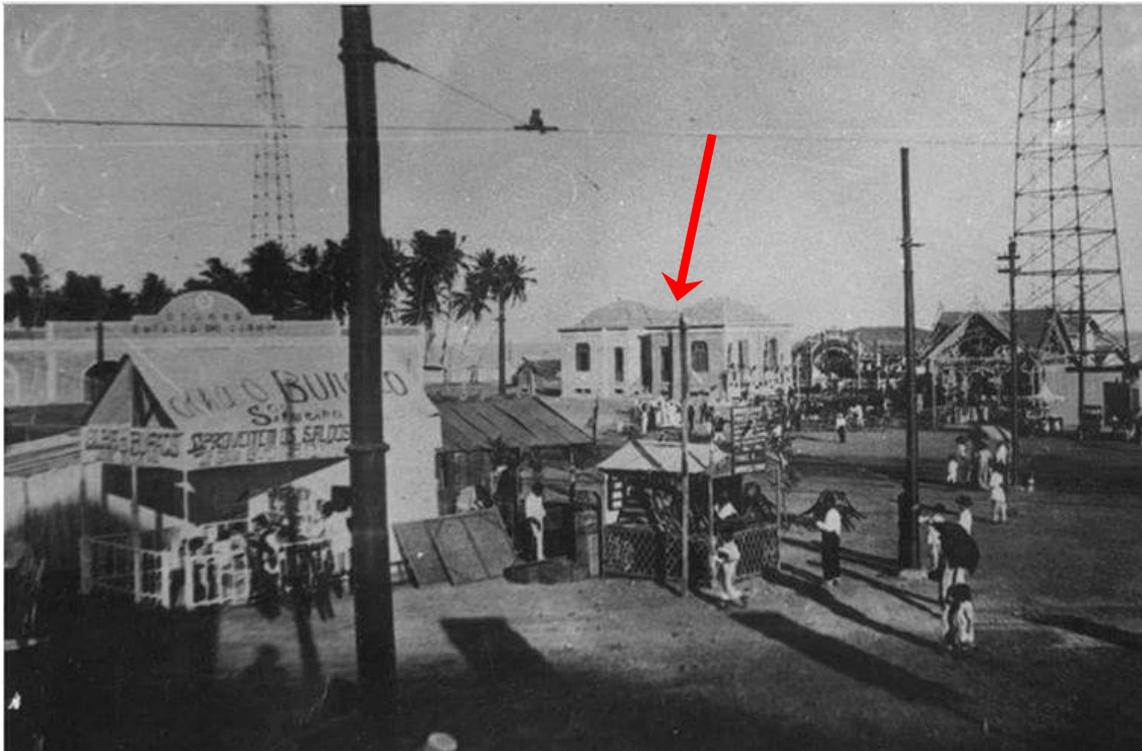
FIGURA 14: ZOOM DA FIGURA 12.



FONTE: Foto Manoel Chaves. Acervo APMAG. Modificado pela autora.

Mesmo sem informações mais precisas acerca desta edificação, pode-se deduzir que se trata do referido *Park Olímpia* (ou *Theatro Olympia*). Pela situação do entorno próximo e pelos relatos encontrados na pesquisa, pode-se deduzir também que essas fotografias datam dos anos de 1906 a 1910, pois em nenhuma delas aparece a edificação dos Correios (existente até hoje, localizada ao lado do Cine Olinda) e que pode ser observada na fotografia abaixo (indicada pela seta), datada de 1910.

FIGURA 15: PRAÇA DO CARMO, 1910.



FONTE: Pernambuco Arcaico. Modificado pela autora.

Outros anúncios, em jornais locais, sobre a programação deste equipamento podem ser encontrados no decorrer deste mesmo ano. Como, por exemplo, a transcrição abaixo de um anúncio feito pelo Jornal do Recife em 7 de outubro de 1906.

Realisa-se hoje no Theatro Olympia, em Olinda, mais um attrahente espectáculo, durante o qual far-se-á ouvir uma banda de músicos (JORNAL DO RECIFE. 1906).

Em um documento, disponibilizado pelo Arquivo Público Municipal de Olinda e elaborado pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (FCPSHO) em 1987,

há uma pesquisa realizada pela historiadora Suzana Maria Brainer⁶. Nesta pesquisa, relata-se uma data e nome diferentes para a fundação do equipamento.

Segundo informações de antigos proprietários, temos em 1911 a data do funcionamento do cinema, o qual a princípio exercia as funções de cine teatro. Denominado de “Cine Theatro de Variedades”, teve posteriormente seu nome alterado, por volta da década de 20, para Cine Olinda, como até hoje é conhecido (BRAINER. 1987. P. 4).

Brainer (1987) afirma na pesquisa não ter conhecimento acerca da finalidade de uso do prédio quando da sua construção; se ele foi construído para ser um cinema ou se foi adaptado para esta função. Afirma, no entanto, que o prédio recebeu uma reforma em 1931 para adaptação ao cinema sonoro e outra reforma, em maiores proporções, no ano de 1936, que lhe conferiu as feições *Art Déco*, mantidas até os dias atuais.

FIGURA 16: CINE OLINDA, DÉCADA DE 1930, ANTES DA GRANDE REFORMA.



FONTE: Acervo APMAG. Modificações da autora.

⁶ Pesquisa solicitada pelo responsável dos processos de tombamento da Gerência de Estudos e Projetos, ainda em 1986, para ser anexada ao processo de tombamento, então em vigor, e servir como subsídio para a restauração do Cine Olinda.

FIGURA 17: CINE OLINDA, DÉCADA DE 1930, APÓS A GRANDE REFORMA.



FONTE: FN Acervo digital. André Renato Pina Moreira. Acervo APMAG.

A partir daí o Cine Olinda viveu seus anos dourados de funcionamento, de acordo com as fontes pesquisadas. Uma página em uma rede social denominada Olinda de Antigamente⁷, traz uma matéria acerca deste momento:

Em toda a década de 40, os arredores do Velho Cine Olinda fervilhavam, a alegria juvenil de outrora misturava-se ao fervor das orquestras de frevo, era uma mistura de imagens e carnaval. O velho bairro do Carmo reluzia-se, e era lá que a Sociedade Olindense encontrava-se para exibir seus modos, gestos e gostos. Era lá o centro da imponente Olinda, e lá estava o velho cine, elegante e inovador e assim o foi toda a década de 40 e 50 (OLINDA DE ANTIGAMENTE. 2014. Modificado).

Outro relato sobre as atividades do Cine Olinda nesta época pode ser retirado da pesquisa histórica de Suzana Brainer, no trecho em que relata:

O Cinema Olinda possuía uma posição muito consistente enquanto uma casa de diversão. Tanto que nenhuma outra casa (...) chegava a concorrer de alguma forma para a diminuição da assiduidade dos frequentadores do cinema. A única preocupação que encontramos em todo seu trajeto, foi com relação as retretas do Carmo – “a parada de maravilhas” – que coincidiam aos domingos exatamente com o horário da sessão. Todavia, como saída ao impasse, o sr. Victor José Fernandes utilizou-se de uma ideia que considerou como

⁷ Disponível em: < <https://www.facebook.com/Olindadeantigamente/> >.

“verdadeira novidade”, a introdução das matinées aos domingos (BRAINER, 1987. P. 5).

Ainda de acordo com esta autora, durante a década de 1930, o Cine Olinda funcionava 5 dias por semana, contendo 1.200 assentos de 1ª classe e 400 assentos de 2ª classe, com a lotação máxima de 1.600 pessoas e 8 funcionários. Entre os funcionários, o que mais se destacou foi Bajado⁸ – trabalhador ligado à família Fernandes Oliveira, proprietária do cinema desde 1930 – que “fazia de tudo um pouco” (BRAINER, 1987. P. 5).

Algumas petições direcionadas à Prefeitura de Olinda nesta mesma época, dizem respeito ao entorno do Cine Olinda e são oportunas para a análise dos acontecimentos vividos ainda em sua época de funcionamento. Durante a pesquisa foram encontradas diversas dessas petições, abaixo está transcrito o texto de uma delas.

Ilmo. Sr. Prefeito de Olinda

Deferido nos termos dos pareceres dos seus diretores de obras e da fazenda. Olinda, 26 de julho de 1935. (a) José Gonçalves Neves.

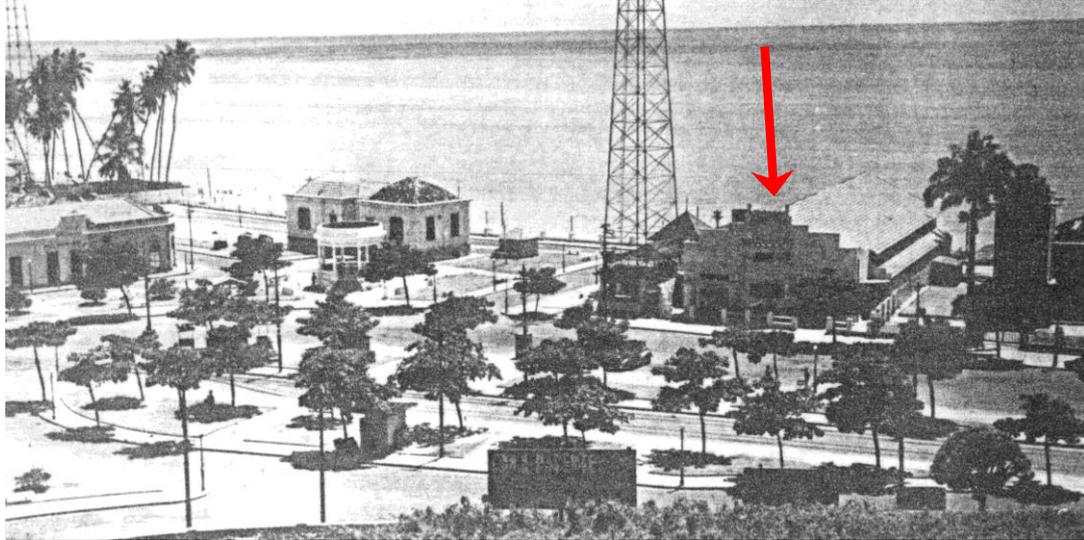
Humberto da Costa Cordeiro desejando montar uma pequena barraca para venda de gelado e cachorro quente na Praça Nossa Senhora do Carmo, em frente ao Cinema Olinda, vem mui respeitosamente pedir a V.S. que se digne de conceder-lhe a respectiva licença (OLINDA, 1935).

Essas informações atestam que, durante os anos de funcionamento do cinema, seu entorno era bastante movimentado por conta das atividades ali realizadas. A frequência de pessoas na Praça do Carmo era uma consequência do funcionamento do Cine Olinda. Esse funcionamento atraía os comerciantes, devido ao grande fluxo de pessoas; assim como atraía também outras atividades realizadas ao ar livre, como no caso das “Retretas do Carmo” apontadas por Brainer (1987). Apesar de haver outras atividades nas proximidades do

⁸ Euclides Francisco Amâncio, pintor popular que se auto-intitulava “Bajado, um artista de Olinda”. FONTE: Agenda Cultural do Recife, 2016. Disponível em: <<http://agendaculturaldorecife.blogspot.com.br/2016/10/cineclubecinerua-no-cine-olinda.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

cinema, este não deixou de ser bastante utilizado, como afirmou a autora, pois o Cine Olinda se dispunha à renovação, para continuar bem servindo seu público.

FIGURA 18: CINE OLINDA, 1942.



FONTE: Acervo digital André Renato Pina Moreira. Acervo APMAG. Modificações da autora.

Brainer (1987) afirma ainda que o Cine Olinda esteve sob a administração da empresa (e família) Fernandes Oliveira e Cia. desde a década de 1930, até os anos de 1950, quando seus dirigentes “perceberam que não estavam mais propensos para tal empresa” (BRAINER. 1987. P. 5). A solução encontrada foi o arrendamento do cinema ao Grupo São Luiz Ltda, que durou até os anos de 1964, data provável da desativação do equipamento, pois este já se encontrava em estado decadente. O cinema então foi posto à venda em 1967 e vendido em 1970 à firma Paes Mendonça S/A de Comércio e Indústria. Daí em diante, permaneceu fechado e sem atividade por quase uma década, quando em 1979 a Prefeitura Municipal, sob a gestão de Germano Coelho, desapropriou o terreno e o prédio do antigo cinema, sob os termos do Decreto nº 037/79.

FIGURA 19: CINE OLINDA, JÁ DESATIVADO EM 1978.



FONTE: Foto: Sô Ramires. Olinda de antigamente.

O relato mais antigo de reforma realizada pelo Poder Público para o Cine Olinda data de 1987, finalidade para a qual a pesquisa de Suzana Brainer foi realizada. Sob a administração do Prefeito José Arnaldo do Amaral, o Cine Olinda passou por obras de restauração, contendo 2 salas de projeções, sendo uma delas o Cine Bajado, que funcionava no prédio ao lado (Clube Atlântico de Olinda) e foi incorporado ao referido projeto de reforma. O Cine Olinda então configurava-se como um centro exibidor de filmes, onde haveria 350 lugares na sala de cinema do Cine Olinda – que exibiria filmes da época que não fossem meramente comerciais – e 100 lugares na sala de cinema do Cine Bajado – exibindo curta metragens, amostras nacionais, sessões para crianças e filmes que não encontravam espaço para exibições.

Apesar do projeto apresentado, não foram encontradas fontes que afirmassem a conclusão desta obra, nem a reativação do cinema. Notícias sobre obras concluídas neste cinema só foram encontradas a partir de 2003, como divulga LIMA (2016) numa reportagem do jornal digital Nexô. Na ocasião, a reforma teria sido concluída apenas na parte estrutural, durante a gestão da Prefeita Luciana Santos e sido interrompida a partir deste momento por falta de verba. A reforma viria a ser retomada em 2006 com a captação, pelo Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (IPAD) de R\$ 1,2 milhão junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Porém, deste valor foram utilizados apenas R\$ 80 mil, o restante teria sido bloqueado pelo banco por irregularidades. A partir de 2008, o cinema passou a ser de responsabilidade do IPHAN, que estaria supervisionando as obras, que foram novamente interrompidas pelo fato de a Prefeitura não ter apresentado o documento legal que comprovasse a propriedade do imóvel,

mesmo após nova captação de recursos, desta vez realizada pelos Deputados Federais Luciana Santos e João Paulo Lima e Silva, num total de R\$: 2 milhões. A reforma em vigor atualmente teve início ainda em 2014, com projeto elaborado pelo IPHAN e foi interrompida mais uma vez em 2016 por irregularidades das obras (LIMA, 2016).

Durante a entrevista com Sandra Spinelli⁹, foi relatada a situação atual dos processos para reforma que o Cine Olinda está passando. Segundo ela, o Cine Olinda está aguardando o processo licitatório para retomada das obras¹⁰, que irão ser realizadas através de recursos¹¹ da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) em parceria com a Prefeitura Municipal. A previsão para a divulgação dessa licitação e para início das obras é ainda no primeiro semestre de 2017. Ao fim desta obra, o Cine Olinda contará com salas de convenções, palestras, mini auditórios e camarins, além do cine teatro.

FIGURA 20: CINE OLINDA, 2016.



FONTE: Autora.

Em entrevista ao Diário de Pernambuco, Thiago Campos¹² relatou sua experiência com o Cine Olinda, desde o momento em que veio morar na cidade.

Eu vim morar em Olinda, aqui no sitio histórico, em 2004/2005. E eu não lembro se exatamente no momento que eu cheguei, ou muito em breve, havia

⁹ Sandra Alves Barbosa Spinelli, diretora de projetos patrimoniais da Secretaria de Patrimônio e Cultura da Prefeitura Municipal de Olinda.

¹⁰ Spinelli refere-se a esta obra como “modernização do Cine Olinda”, onde serão instalados novos equipamentos de som e imagem e realizados os serviços de acabamento faltantes.

¹¹ Segundo Spinelli, a prefeitura não possui o documento oficial de posse do Cine Olinda, portanto não consegue captar recursos federais para obras. O processo para adquirir este documento está em trâmite judicial.

¹² Cineasta e morador de Olinda.

aqui uma placa, dessas placas que a gente vê quando há uma reforma do governo dizendo: obra de reforma do cine Olinda; e dizendo o valor; acho que era em torno de R\$ 1,5 milhão ou R\$ 1,2 milhão, alguma coisa assim. E fiquei, assim, fantasiado com a possibilidade de morar aqui numa cidade, naquele momento tão charmosa, e a possibilidade de em breve ter um cinema público, pra mim que trabalho com cinema, eu tinha certeza que se tratando de cinema público seria um cinema com espaço pra obras audiovisuais independentes. Então foi um delírio imaginar (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2016).

A hipótese da pesquisa não se confirmou em sua totalidade com relação ao Cine Olinda, pois o fechamento deste cinema causou um impacto negativo mais significativo na atividade cultural olindense, pelo fato de o Sítio Histórico ter perdido seu mais importante local para exibição de filmes, peças teatrais, apresentações de músicas, entre outras atividades. Uma casa de espetáculos, como o Cine Olinda, é necessária para a manutenção das atividades culturais no Sítio Histórico, pelo fato de ser um grande motivador para as pessoas que produzem cinema, teatro, música, etc. e que veem ali um local para exposição de seus trabalhos. Com relação aos impactos ocorridos no entorno após seu fechamento, estes não foram tão significativos como esperado, pois apesar de ter sido um grande gerador de público, a partir do encerramento das atividades do cinema outras atividades surgiram, fazendo com que o público continuasse a frequentar a localidade, como relata Ivete Sales, moradora de Olinda e antiga frequentadora do cinema.

Eu costumava ir ao Cine Olinda no fim da tarde. A gente encontrava os amigos, inclusive foi lá onde eu conheci o meu marido. Domingo de tarde aquela praça fervia de gente. Quando terminava o filme, a gente ia tomar um sorvete, passeava na Praça da Preguiça, ia olhar a praia, ficava por ali. Depois que o Cine Olinda fechou, abriram o Cine Bajado, que era dentro do Clube Atlântico. Eu também frequentei muito ele. Depois, acabaram com tudo. (SALES, 2017).

O Cine Bajado, ao qual se refere a entrevistada, teve sua inauguração em 1985 (BAJADO, 2017). Este cinema foi bastante utilizado, pois era a única opção de cinema na cidade nesta época¹³. Geraldo Pinho¹⁴ relata sua experiência com esses dois cinemas.

O cinema Olinda nunca frequentei, mas acompanho desde que Lula fazia o [Cine] Bajado e eu era frequentador do Bajado e no Bajado a gente conversava sobre isso. Por que esse cinema tá fechado? Por que esse cinema não funciona? (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2016).

Por estar desativado já há 53 anos, ocorreram várias situações no entorno do Cine Olinda, como a abertura e o fechamento de outros equipamentos culturais, a exemplo do Cine Bajado

¹³ O Cine Teatro Duarte Coelho havia sido fechado em 1980. Vide 3.2 Cine Teatro Duarte Coelho.

¹⁴ Programador do Cinema São Luiz, em entrevista ao Diário de Pernambuco, 2016.

e do Clube Atlântico Olindense e de estabelecimentos comerciais, como bares, botecos, lojas etc. O fato é que a Praça do Carmo sempre recebeu um grande número de pessoas, algumas em função do Cine Olinda, outras em função de outros equipamentos. Atualmente, funcionam no entorno do Cine Olinda alguns estabelecimentos comerciais, que em sua maioria, estão relacionados com alimentação, enquanto que nenhum equipamento cultural de lazer existe na localidade. Portanto, o fechamento do referido cinema teve uma consequência negativa em maiores proporções na atividade cultural do Sítio Histórico, pois deixando de funcionar, perde-se tanto um local para diversão do público, como dificulta-se a produção do cinema independente na cidade.

A produção não é mais tanto um obstáculo, né? É claro que ainda é difícil produzir os filmes. Ainda existem muitas precariedades, mas já existe um estímulo contemplatório, que contempla a demanda. De fato, o problema é fazer com que os filmes cheguem ao público¹⁵ (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2016).

3.2 O CINE TEATRO DUARTE COELHO

FIGURA 21: FICHA CINE TEATRO DUARTE COELHO



FONTE: Autora.

As informações sobre o histórico do Cine Teatro Duarte Coelho foram encontradas num parecer emitido após a 184ª reunião do Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. Nessa reunião foi discutida e aprovada a abertura do processo de tombamento do referido cine teatro, sendo esse pedido de iniciativa de moradores e personalidades comprometidas com a vida cultural de Olinda – cerca de 138 pessoas – (SOUZA, 1995).

¹⁵ Marcelo Pedroso, cineasta, em entrevista ao Diário de Pernambuco.

Em 19 de agosto de 1941 o Sr. Domingos Rodrigues Ferreira, então proprietário de 3 lotes localizados próximo à Praça João Lapa, no bairro do Varadouro da Galeota, solicitou, junto à Prefeitura Municipal, uma modificação no loteamento para a construção de um cinema. Seu pedido foi atendido e o projeto para a construção do Cine Teatro Duarte Coelho, de autoria do engenheiro Jorge Martins, foi aprovado pela Diretoria de Obras Públicas de Olinda em 22 de agosto de 1941. Vindo a ser inaugurado no dia 16 de outubro de 1942 às 19:00 h, com a exibição do filme “Uma Noite no Rio”, com os atores Dom Ameche e Carmem Miranda, o Cine Teatro Duarte Coelho configurava-se como o segundo cinema de rua localizado dentro do Sítio Histórico de Olinda. Possuindo 826,50 m² de área e capacidade para 380 pessoas, o cinema possuía uma estrutura capacitada tanto para exibições cinematográficas, como para apresentações diversas (SOUZA, 1995). Abaixo, está transcrito uma reportagem do jornal Diário de Pernambuco de 1942 relatando a inauguração.

Realiza-se, hoje, a inauguração do Cine Duarte Coelho, localizado á Praça João Lapa, em edifício confortável e dotado de moderníssimas instalações de som e projeção. Será exibido o filme [ilegível] colorido Uma Noite no Rio, com Alice Faye, Dom Ameche e Carmem Miranda nos principais papeis. O Duarte Coelho acha-se filiado ao circuito Cinemas Reunidos ao qual já pertencem os seguintes cinemas: Torre, Ideal, Eldorado, Real, Espinheirense e Boa Vista (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1942).

Pela análise de reportagens de jornais da década de 1940, é possível constatar que o Cine Teatro Duarte Coelho foi bastante utilizado em sua época de funcionamento, consequentemente, fazendo com que seu entorno fosse frequentado diariamente.

Na próxima quinta-feira, iniciando suas atividades teatrais, a Melopomene Pernambucana levará á cena no palco do cinema Duarte Coelho a alta comédia “Feia”, original de Paulo Magalhães. O espetáculo terá início ás 20 horas e vem sendo aguardado com vivo interesse nos meios artísticos de Olinda (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1946).

Constituiu um sucesso para os amadores da Meloponeme Pernambucana, a representação, quinta-feira última, de “Deus lhe pague”, o famoso original de Joraci Camargo. O Cinema Duarte Coelho apanhou uma casa cheia, tendo o espetáculo correspondido á expectativa. Pelo exito desse festival, o sr. Temistocles de Andrade, presidente da vitoriosa agremiação teatral, tem sido bastante cumprimentado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1946).

O bairro do Varadouro sempre se configurou como sendo um bairro comercial contendo mercados, barbearia, relojoaria, barracas de feira, banco etc. Ao redor da Praça João Lapa, onde foi implantado o Cine Teatro Duarte Coelho, o comércio se beneficiava das atividades do cinema, pois mais pessoas costumavam frequentar a praça. Entretanto, esse aspecto comercial, sem a devida fiscalização municipal, por vezes, denegria a imagem do local,

utilizando-se do espaço público para atividades particulares. Numa reportagem do Diário de Pernambuco, em 3 de janeiro de 1945, foi publicada uma matéria tratando da ocupação indevida da praça por pessoas que a utilizavam para consertos de automóveis.

“Transformaram a Praça João Lapa em uma oficina ao ar livre para conserto de automóveis”. Escreve-nos um leitor deste jornal, renovando a seguir algumas considerações que já foram formuladas por outros olindenses. Não se compreende que a prefeitura esteja consentindo que um trecho urbano tão concorrido se converta em garage, por conveniência de motoristas e proprietários de carros. O Cinema Duarte Coelho desde que foi inaugurado, deu á Praça João Lapa, uma nova vida, atraindo para ali, todas as noites, muitas famílias. E ainda recentemente o local tornou-se um dos pontos de atração com as festas promovidas pelos comerciantes das imediações. Há dias essas festas ficaram interrompidas, a noite toda, por falta de iluminação, e desde que um caminhão deu uma trombada num poste, pondo abaixo a rede aérea (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1945).

Souza (1995) relata que o Cine Teatro Duarte Coelho esteve sob propriedade do Circuito de Empresas Reunidos até 1961, quando foi adquirido pela Empresa Cinemas São Luiz. Em 14 de julho de 1962 o Diário de Pernambuco divulgou uma notícia de reforma no Duarte Coelho. Tratava-se de uma reforma para modernização do cinema, com novos equipamentos de som e imagem e novo mobiliário, para melhor atender ao público.

Possivelmente em setembro o cinema “Duarte Coelho”, de Olinda, será entregue ao público, inteiramente renovado. É o que soubemos ontem. Será instalada aparelhagem completamente nova para Cinemascope e assemelhados. O mobiliário também será novo, com poltronas modernas e estofadas. E haverá um sistema de aeração e uma aparelhagem de projeção e som, no molde das que o público encontra nas boas casas de espetáculos do país (SPENCER, 1962).

A referida reforma foi finalizada ainda naquele ano, e o cinema foi reaberto em 1 de dezembro, com a exibição de uma série de curta metragens, entre elas, a película “Can-Can”, como divulga o Diário de Pernambuco, em sua 273ª edição.

FIGURA 22: ANÚNCIO DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1962.

<p>MODERNO — AMANHA — 14.00 — 16.30 19.00 — 21.30</p> <p>A BANK apresenta: "Amanhã Sorrirei Outra Vez" com VIRGINIA MCKENNA — Cens. 14 anos HOJE — 14.10 — 16.00 — 17.50 — 19.40 21.30 «O INCENDIO DE CARTAGO» Com JOSE SERAREZ — Cens. 14 anos AMANHA — Pré-Estréia — 8.30 — 10.30 «QUANDO A TORMENTA PASSA» Com PIER ANGELI — L I V R E</p> <p>BOA VISTA</p> <p>— HOJE — 14.30 — 16.40 — 18.50 — 21.00</p> <p>A CONDGE apresenta: "HERCULES NA CONQUISTA DA ATLANTIDA" Com REG PARK — Censura 10 anos</p> <p>AMANHA: 13.00 — 15.00 — 17.00 — 19.00 — 21.00 «OS PIRATAS DE TORTUGA» Com KEN SCOTT — Censura 10 anos</p>	<p>SÃO LUIZ — AMANHA — 13.20 — 16.00 18.40 — 21.20</p> <p>A COLUMBIA apresenta: "Porgy e Bess" com SIDNEY POITIER — Censura 10 anos —</p> <p>— HOJE — 13.30 — 15.30 — 17.30 — 19.30 — 21.30</p> <p>"Esse Rio Que Eu Amo" Com ODETE LARA — Cens. 10 anos</p> <p>— AMANHA — EM PRÉ-ESTREIA 8.30 — 10.30</p> <p>"O Menino Mágico" — Censura Livre —</p>	<p>IDEAL</p> <p>— HOJE — 13.00 — 15.00 — 17.00 19.00 — 21.00</p> <p>"TRAPEZIO" Com BURT LANCASTER Cens. Livre</p> <p>VARADOURO</p> <p>— HOJE — 18.30 — 20.30</p> <p>"A VINGANÇA DO INDIO" Com RAFAEL BALEDON Censura 10 anos</p> <p>TORRE</p> <p>— HOJE — 18.30 — 20.30</p> <p>"OS 1.000 OLHOS DO DR. MABUSE" Com DAWN ADDAMS Cens. 18 anos</p>
--	--	---

Cine DUARTE COELHO (Olinda)
HOJE com novas instalações de mobiliário, cabine, funcionando em CINEMA-SCOPE, apresenta como programa inaugural o luxuoso filme FOX:
18.00 - C A N - C A N - 20.30
O MAIOR ACONTECIMENTO DO ANO EM CÔRES, LUXO E DANÇAS: Cens. 10 anos
AMANHA — A joia da cinematografia nacional "ESSE RIO QUE EU AMO"

FONTE: Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Numa série de vídeo reportagens¹⁶ feita pelo Diário de Pernambuco, em 2016, o sr. Walter Viana, comerciante e morador do bairro do Varadouro, relata sua experiência vivida no Cine Teatro Duarte Coelho.

Esse cinema foi um dos estabelecimentos de diversão que eu frequentei muito aqui. Meu pai era funcionário da prefeitura e trazia os blocos dos ingressos pra ser vendido, eram todos carimbados lá em casa. Esse cinema trazia muita gente, porque não tinha ainda essas salas de *shopping center*, então o cinema de bairro trazia uma vida para os bairros. Isso aqui era uma riqueza para nós, para aqui para o varadouro. Era uma vida para o varadouro (VIANA, 2016).

Edmilson Cordeiro dos Santos¹⁷ relatou em entrevista, sua experiência vivida ainda criança no Cine Teatro Duarte Coelho e falou um pouco sobre a movimentação na Praça João Lapa devido ao funcionamento do cinema.

Eu lembro que eu morava na Paraíba, eu pequeno, meu tio morava na rua do São Bento, e eu e minha prima saíamos para assistir um filme do *Batman* ali em baixo no Duarte Coelho. Chegava ali, aquela praça uma festa! Tinha

¹⁶ Diário de Pernambuco: Vídeo reportagens especiais sobre os cinemas de rua de Pernambuco, publicadas entre 8 e 9 de junho de 2016. Sendo elas: A história dos antigos cinemas de rua do Recife [EP. 01/03]; A decadência dos cinemas de rua e o caso Teatro do Parque [EP. 02/03]; Os cinemas de rua e a ocupação das cidades [EP. 03/03]. Disponíveis em: <<http://www.youtube.com/>>.

¹⁷ Funcionário da Secretaria de Turismo de Olinda e membro da SODECA – Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta.

pipoqueiro, muitas crianças, não tinha aquele inferno de carro, também não tinha o V8, V9 e aquelas coisas... (SANTOS, 2017).

“O V8 e V9” ao qual se referiu o entrevistado, diz respeito a duas comunidades, instituídas como ZEIS¹⁸, localizadas próximo ao Cine Teatro Duarte Coelho. Essas comunidades existem há cerca de 40 anos¹⁹, portanto, não existiam durante a época áurea de funcionamento do cinema. A propósito, alguns moradores da área atribuem à essas comunidades a responsabilidade pelo aumento da criminalidade na região.

José Ataíde, morador de Olinda e antigo frequentador do Duarte Coelho, relatou como era o entorno da Praça João Lapa, durante os anos de funcionamento, enumerando os diversos pontos comerciais que ali existiam, em função do cinema.

[Quando o cinema funcionava] tinha, ali ao lado do cinema, tinha o bar Sander. Do lado de lá tinha o restaurante Martins, tinha a sorveteria Barbosa e a casa de lanche. E do lado de cá tinha a barbearia, que tem até hoje. Aí tinha o Carrossel, que era lugar de tomar cachaça. Junto do Carrossel tinha a padaria que vendia lanche. Tinha a Toca do Caranguejo, que vendia só caranguejo e cachaça também. Isso aí quando o cinema fechou, morreu tudo, saiu tudo, desapareceu tudo (ATAÍDE, 2017).

Complementando o relato de Ataíde (2017), Dias (2017) conta que além dos estabelecimentos comerciais que ali funcionavam, existia também outra atividade que atraía mais frequentadores para o entorno do Cine Teatro Duarte Coelho.

Tinha os ônibus que saíam do Recife e iam pra João Pessoa que passava por dentro da [avenida] Joaquim Nabuco e ali na João Lapa tinha uma parada. E aí você está atendendo dois públicos: o público do cinema e o público que vai esperar o ônibus. Aí sai a parada, fica o cinema, continua ali o movimento. Mas o Duarte Coelho começa a entrar em decadência e se torna um cinema de subúrbio onde o filme que você não vê no centro, você ia ver lá (DIAS, 2017).

Diante dos depoimentos e das informações coletadas em jornais, pode-se afirmar que a Praça João Lapa era intensamente frequentada devido ao funcionamento do Cine Teatro Duarte Coelho. Por essa atração gerada, muitos comerciantes utilizavam-se da influência do cinema para comercializar seus produtos, fazendo com que a praça ficasse sempre povoada, configurando um ponto de encontro no bairro do Varadouro.

Assim como tinha noticiado a inauguração do cinema, o Diário de Pernambuco também noticiou seu fechamento, em 1 de agosto de 1980. A reportagem trazia uma declaração de

¹⁸ ZEIS: Zoneamento definido pelo Plano Diretor vigente de Olinda como Zona Especial de Interesse Social.

¹⁹ Idade estabelecida tendo como base relatos de moradores locais, já que não foram encontrados dados oficiais.

José Ronaldo, gerente da empresa Severiano Ribeiro²⁰, dizendo que o motivo para o fechamento teria sido a falta de frequência e que provavelmente ele iria ser alugado. Já o relato de Heraldo Feliciano da Silva, encarregado de manutenção do cinema, dizia que a falta de frequência se dava pelos tipos de filmes ali exibidos, que não atraíam mais o público, que tinha outras preferências. Entretanto, os preços cobrados pelos ingressos eram mais acessíveis do que os cobrados nos cinemas do Recife; lá os ingressos custavam em média Cr\$ 60,00, o Duarte Coelho cobrava em torno de Cr\$ 30,00 com direito à meia entrada para estudantes. Mesmo assim a frequência no cine teatro diminuía conforme se aproximavam os anos 1980. A partir do fechamento do Duarte Coelho, muito se especulou se ele seria vendido e transformado num supermercado, como tinha acontecido com alguns cinemas do Recife. Outro relato, divulgado na reportagem, e que chama a atenção é a de um morador local²¹ que diz preferir a instalação de um supermercado à continuação das atividades do cinema, pois de acordo com ele

Esse cinema, apesar de limpo, higiênico e outras coisas, já deixou de agradar o pessoal há tempo. Além disso, os filmes que passavam nos cinemas do Recife, chegavam aqui quase seis meses depois. É lamentável, por um lado, porque desaparece uma casa de espetáculo com 40 anos, numa cidade que já não tem quase nada, pois o Cine Olinda está fechado há muitos anos. Agora por outro será bom (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980).

Com o cinema desativado, algumas pessoas se utilizavam de sua calçada para atividades comerciais, como pode ser visto na fotografia abaixo, que embora não tenha data conhecida, foi tirada provavelmente logo após o encerramento das atividades do cinema, pois o prédio ainda se encontrava em bom estado de conservação.

²⁰ De acordo com relatos de pessoas entrevistadas, em algum momento na história o Cine Teatro Duarte Coelho passou a ser de propriedade da empresa Severiano Ribeiro. Não foram encontrados dados oficiais que confirmem esta afirmação.

²¹ Joaquim Almeida de Melo, 57 anos.

FIGURA 23: CINE TEATRO DUARTE COELHO, SEM DATA.



FOTO: Acervo APMAG.

FIGURA 24: CINE TEATRO DUARTE COELHO, SEM DATA.



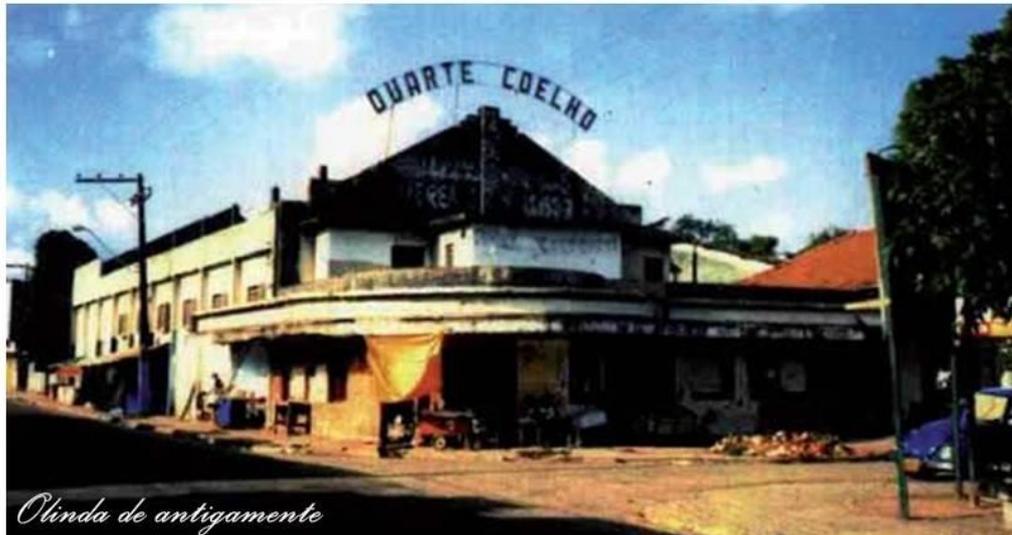
FONTE: Acervo Diário de Pernambuco.

Já na imagem acima, pode-se inferir que se trata de uma fotografia tirada num momento mais distante do fechamento do cinema, pois percebe-se a instalação de barracas de frutas e verduras na calçada, com um caráter mais permanente. Pichações na fachada do prédio e fechamento de janelas também remetem à ideia de que o cinema não funcionava já há algum tempo.

A figura 23 mostra uma fotografia do final dos anos 1980, em que o Cine Teatro Duarte Coelho já aparece em fase avançada de deterioração, pois além as pichações em sua fachada,

é possível perceber infiltrações, acúmulo de fungos nas paredes, desabamento do telhado, fechamento de janelas e descaracterizações do prédio pela presença de barracas comerciais na calçada.

FIGURA 25: CINE TEATRO DUARTE COELHO, FINAL DOS ANOS 80



FONTE: Olinda de Antigamente.

A partir de seu fechamento, o Duarte Coelho entrou num processo de deterioração contínua, pois desde que foi declarado como sendo de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Olinda, em 1987, através do decreto nº 005²², nunca foi concluída uma reforma.

Em agosto de 1997, o jornal Diário Oficial da Cidade de Olinda publicou, em sua 8ª edição, a desapropriação²³ do Cine Teatro Duarte Coelho pela então prefeita da cidade, Jacilda Urquiza. Na ocasião, a prefeitura comprometeu-se em recuperar o imóvel (fechado então há 20 anos) e definir qual o melhor uso para o espaço cultural, pois a ideia inicial da prefeitura era desapropriar o imóvel para abrigar um mercado popular, onde funcionariam oficinas de artesanato. Porém, surgiram outras propostas para o espaço, fazendo com que a prefeitura decidisse analisá-las antes de tomar uma decisão.

²² Souza (1995).

²³ Segundo a reportagem, o cinema pertencia ao Grupo Severiano Ribeiro e custou à prefeitura R\$ 54 mil.

FIGURA 26: RECORTE DO DIÁRIO OFICIAL DE OLINDA, 1997



FONTE: APMAG. Modificado pela autora.

Em 1998, iniciou-se uma reforma no cinema, com verba disponibilizada pelo Ministério da Cultura, no valor de R\$ 800 mil. Esta obra não foi finalizada, pois houve irregularidades com a empresa responsável pela execução. Em 2000 integrantes do MST²⁴ e moradores da região invadiram o cinema, onde ocorreram depredações e nos anos seguintes, o dinheiro restante (cerca de R\$ 90 mil) voltou à União. Desde então o Duarte Coelho não recebeu mais nenhuma reforma, apenas promessas e procedimentos burocráticos (SANTOS, 2008).

Durante a entrevista com Sandra Spinelli, foi relatado todo o trabalho que a Prefeitura de Olinda tem feito nos últimos anos, para reforma do Cine Teatro Duarte Coelho. Ela conta que foram produzidos, em 2012, projetos²⁵ para dar entrada no processo para incluir o Duarte Coelho no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de Cidades Históricas. O processo foi deferido, porém, os orçamentos precisaram ser atualizados e os projetos ajustados nos moldes das exigências do programa. Em 2014 a Prefeitura enviou os projetos e os orçamentos para o Governo Federal, que devolveu uma lista de notificações (notas técnicas) que precisavam ser revistas. As notificações foram resolvidas e esse processo foi repetido. Finalmente, em 16 de maio de 2017 o orçamento foi aprovado, porém ainda precisam aguardar a autorização oficial da Coordenação Nacional do PAC – Cidades Históricas, para a liberação da verba. Spinelli conta ainda que quando essa autorização for dada, será necessário atualizar novamente todos os orçamentos, pois já faz três anos desde o último

²⁴ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

²⁵ Projeto básico do cine teatro: arquiteta Tereza Lagioia; Projeto básico do cine teatro escola: arquiteta Sandra Spinelli e equipe da Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda (Sepac); Projeto executivo e complementares: arquitetos Felipe Campelo e Ronaldo L'Amour, da Grau Arquitetura e Urbanismo Ltda.

realizado, e mais uma vez enviá-los ao Governo Federal para nova aprovação. Essa aprovação deverá ocorrer mais rapidamente, pois as exigências federais já foram atendidas. Quando perguntada sobre previsões para início das obras, Spinelli afirmou acreditar que só devem ocorrer em 2018, pois para liberar o recurso, o governo precisa encaixar o processo no Orçamento Federal Anual.

Diante dos relatos dos entrevistados e das fontes pesquisadas, percebe-se que o Duarte Coelho foi bastante utilizado durante sua época áurea de funcionamento. Seja porque as opções de cinema eram poucas na cidade ou porque o Duarte Coelho era interessante pela sua localização próxima das casas ou ainda pelo fato de atrair pessoas para a Praça João Lapa, fazendo com que se configurasse ali um ponto de encontro e conseqüentemente, sendo viável para a implantação de estabelecimentos comerciais etc. O fato é que este equipamento foi responsável, durante muitos anos, pela diversão dos moradores do bairro e o seu fechamento causou um impacto negativo no entorno, pois foi responsável pela diminuição de frequentadores, logo os estabelecimentos comerciais foram perdendo clientes, o que fez com que eles também fechassem, confirmando assim a hipótese inicial da pesquisa. Atualmente, ainda existem estabelecimentos comerciais no entorno da Praça João Lapa, porém suas atividades são realizadas apenas em horários comerciais e não são relacionadas ao lazer, pois se constituem de mercado, padaria, granja, lavanderia, salão de beleza, academia etc. Os estabelecimentos dedicados ao lazer dos moradores, não encontram mais espaço no entorno do cinema, fazendo com que esses apenas transitem pela praça e não mais permaneçam ali. Fora do horário comercial, fins de semana e feriados, a Praça torna-se quase inabitada, como comenta Sales (2017).

De dia ainda dá pra andar tranquilo por ali, mas de noite não dá. Você desce do ônibus ali no Varadouro e vem pro lado de cá, tem que vir correndo, porque é perigoso. Dia de domingo mesmo, ali é um deserto. Só ficam os papudinhos naquela praça e o pessoal que usa droga. Na época do cinema não tinha isso não. Não tinha o V8 nem o V9. Era mais tranquilo. Depois que o cinema fechou, aquilo ali ficou entregue. Você já vê pelo próprio prédio do cinema que tá todo pichado (SALES, 2017).

Assim como o Cine Olinda, o Cine Teatro Duarte Coelho acumula promessas de reformas e procedimentos burocráticos, embora seu estado atual seja um agravante, pois se encontra já

em ruínas, como comenta André Dib²⁶, numa comparação do estado atual do Duarte Coelho com o Cine Olinda.

[O cine Olinda] Só não se tornou ruína porque a estrutura tá sendo reformada. Existe aí um cuidado pra que aquela casa não caia como caiu o Cine Duarte Coelho, desde 82 abandonado (DIB, 2016).

FIGURA 27: INTERIOR DO CINE TEATRO DUARTE COELHO, 2016



FONTE: Acervo Diário de Pernambuco. Foto Everson Verdião.

FIGURA 28: SITUAÇÃO ATUAL DO CINE TEATRO DUARTE COELHO, 2017



FOTO: Autora.

²⁶ André Dib, Jornalista do Movimento Cine Rua, em entrevista ao Diário de Pernambuco em Videoreportagens especiais sobre os cinemas de rua de Pernambuco, publicadas entre 8 e 9 de junho de 2016. Sendo elas: A história dos antigos cinemas de rua do Recife [EP. 01/03]; A decadência dos cinemas de rua e o caso Teatro do Parque [EP. 02/03]; Os cinemas de rua e a ocupação das cidades [EP. 03/03]. Disponíveis em: <<http://www.youtube.com/>>.

3.3 O TEATRO POPULAR DO BONSUCESSO

FIGURA 29: FICHA TEATRO DO BONSUCESSO



FONTE: Autora.

As informações acerca históricas do Teatro Popular do Bonsucesso foram coletadas através dos relatos de historiadores, de antigos usuários, de atores que usavam o espaço e em reportagens publicadas por jornais, pois na visita ao acervo do Arquivo Público de Olinda não foram encontrados documentos, petições, ofícios, entre outros, referindo-se a este exemplar. Contudo, os dados coletados durante a entrevista com os historiadores do Arquivo Público nortearam a busca pelo histórico deste equipamento.

Segundo informações de Aneide Santana²⁷ e Alexandre Alves Dias²⁸, antes de existir o Teatro Popular do Bonsucesso, existia ali um abrigo para menores que já funcionava há anos. Em busca de algum documento que comprovasse essa afirmação, foram encontradas reportagens, publicadas no Diário de Pernambuco, referindo-se ao abrigo Nossa Senhora do Amparo. Na reportagem, o abrigo estaria passando por dificuldades para manter os menores, o que teria culminado na paralisação de suas atividades.

No Bonsucesso, em Olinda, existe um abrigo para menores abandonados que não funciona. Com as instalações elétricas e sanitárias quebradas, as paredes rachadas, o teto em precárias condições, o abrigo Nossa Senhora do Amparo está servindo de local para encontro de elementos desajustados. Cerca de 20 menores que ainda se encontram no abrigo passam privações, andam maltrapilho, dormem no chão porque as camas não prestam mais e são obrigados a trabalhar no plantio de verduras e frutas para vender nas feiras livres do município (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1971).

²⁷ Historiadora e coordenadora do APMAG.

²⁸ Historiador do APMAG.

A primeira notícia encontrada sobre o Teatro do Bonsucesso data de 1976, numa nota oficial divulgada pelo Diário de Pernambuco, onde a população de Olinda é convocada pela Prefeitura e pela Câmara Municipal para solenidades, atos e inauguração de algumas obras públicas, entre elas a assinatura do convênio que cede o Teatro do Bonsucesso, que já existia no prédio do abrigo de menores Nossa Senhora do Amparo, à câmara de Vereadores do município. Não se tem notícias se o teatro teria sido construído com recursos públicos ou se o abrigo teria se encarregado dos custos, o que se sabe é que este teatro tinha um cunho educacional, inicialmente voltado para as crianças do abrigo e posteriormente para grupos teatrais.

FIGURA 30: RECORTE DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ED. 87. 1976

NOTA OFICIAL CONJUNTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA e
CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA
— CONVITE —

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA e a CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA, em regozijo pelo transcurso do Décimo Segundo Aniversário da REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA de 31 de Março de 1964, convidam às autoridades civis, militares, eclesiásticas e o povo em geral, especialmente os olindenses para as solenidades, atos e inaugurações de obras públicas a seguir, programadas:

DIA 31/03/76

08:00 hs — Aposição de quadros na Galeria de ex-Prefeitos — Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Olinda.

08:30 hs — Assinatura do Convênio e cessão à Edilidade do Teatro existente no prédio do Abrigo de Menores do Amparo para funcionamento de peças teatrais e cinema através do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação — Local — Gabinete do Prefeito.

09:00 hs — Lançamento de Pedra Fundamental do "Campus Universitários" da Fundação do Ensino Superior de Olinda — Funeso, Local — Frágoso.

10:00 hs — Sessão Solene na Câmara Municipal de Olinda, alusiva ao 12º aniversário da Revolução de 1964 — Palestrante Prof. Barreto Guimarães.
Local — Câmara Municipal de Olinda

11:00 hs — Exibição de filme — Ontem, Hoje e Amanhã.
Local — Prédio da Prefeitura Municipal de Olinda

14:00 hs — INAUGURAÇÕES:

(a) Canaletas — 100 mts. Rua Maria Melo

(b) Pavimentação em paralelepípedos de 3.434,13 m² — Avenida Presidente Kennedy.

(c) Pavimentações em paralelepípedos de 2.951,94 m² — Estrada de Águas Compridas.

(d) Construção de 312,00 m² de Escadaria na Rua das Graças;

(e) Pavimentação em paralelepípedos de 3.254,00 mts. Rua Salvador Mendonça;

(f) Pavimentação em paralelo, construção de calçadas Beco Sobrado dos Arcos

(g) Pavimentação de trecho da Avenida Beira Mar e Urbanização da Oria Marítima;

(h) Construção de 200 mts. canaletas — Aquazinha;

(i) Pavimentação em paralelo — Rua General Sampaio.

18:00 hs — Inauguração das Obras da Praça do Correio e iluminação da Praça da Abolição.

Olinda, 30 de março de 1976.
DR. AREDRO SODRE DA MOTTA
Prefeito
Vereador **LUCIANO SOARES**
Presidente da Câmara de Olinda

FONTE: Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Em Abril de 1976 o Diário de Pernambuco divulgou uma matéria sobre a criação do chamado Centro Experimental de Teatro de Olinda (CETO) no Teatro do Bonsucesso. O CETO era de uma escola de formação teatral para qualquer cidadão que tivesse interesse, com objetivo de apresentar tanto espetáculos infantis como adultos.

Olinda terá o seu Centro Experimental de Teatro, que funcionará no Teatro do Bonsucesso, sob a coordenação do jornalista, pintor e teatrólogo Valdi Coutinho. O Prefeito Arêdo Sodré já autorizou a realização de serviços de reforma e conserto na velha casa de espetáculo, a fim de que se possa desenvolver um trabalho de alto nível no setor teatral. (...). Na instalação do CETO, a prefeitura de Olinda promoverá a I Semana de Teatro de Olinda, com participação de elencos de vários pontos do Estado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1976).

Até então, o CETO não tinha data para inauguração, pois dependia da conclusão da referida reforma. Porém os grupos teatrais já planejavam utilizar o espaço com suas apresentações, pois estavam confiantes devido ao interesse demonstrado pelo prefeito.

O grupo Juventude Teatral do Recife pretende estreiar, dia 21, no Cine Teatro Bonsucesso, em Olinda, a peça “Chica Boa”, de Paulo Magalhães. A encenação está dependendo de que a Prefeitura Municipal de Olinda tome as providências necessárias para as reformas indispensáveis naquela casa de espetáculo. O prefeito Arêdo Sodré, que acaba de criar o Centro Experimental de Teatro de Olinda, está muito interessado no assunto, e tudo indica que as reformas serão providenciadas para a estréia do espetáculo (COUTINHO, 1976).

Apesar do interesse do prefeito, a reforma prometida não tinha sido realizada até o mês de outubro, quando o próprio CETO se encarregou de custear os serviços de iluminação para abrir o teatro. Na ocasião, foi realizado um evento com peças teatrais para a entrega dos certificados do primeiro Curso de Noções Básicas de Teatro, realizado pelo Centro (COUTINHO, 1976). Devido a essa intervenção, o Teatro do Bonsucesso seguiu em funcionamento nos meses seguintes, onde se apresentaram vários grupos teatrais, porém em dezembro de 1977 foi divulgada mais uma notícia informando que o teatro se encontrava fechado novamente (COUTINHO, 1977).

Até o fim da década não foram encontradas outras notícias referentes ao Teatro do Bonsucesso. COUTINHO (1984) noticia a realização do Curso de Iniciação ao Teatro realizado pelo Núcleo de Artes Cênicas da Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO) que teria lugar ali ainda naquele ano.

Em 1986 foi criada a Associação de Teatros de Olinda (ATO), tendo como sede o Teatro Popular do Bonsucesso. A ATO surgiu da necessidade de consolidar as políticas públicas para os grupos teatrais existentes na época, com objetivo de promover a arte cênica na cidade através de espetáculos, oficinas de formação de atores, seminários entre outras ações. Em

entrevista com Ivo Rodrigues²⁹ foi relatada a situação encontrada no Teatro do Bonsucesso na época de fundação da ATO.

Eu comecei no Bonsucesso em 1986 quando um grupo de artistas se juntou pra fundar a ATO lá no quintal do teatro. O teatro estava abandonado. Quando a gente chegou lá estava muito sujo. Tinha morcego, o mato estava crescendo, tinha cupim, porta quebrada, fezes de animais e de pessoas também. Muito sujo mesmo. A gente teve que limpar tudo. Fizemos um mutirão, nós os artistas, e limpamos tudo (SILVA, 2017).

A ATO sempre atuou como administradora e mantedora do Teatro do Bonsucesso, já que esses serviços não eram disponibilizados pela Prefeitura Municipal. Se encarregavam de cuidar do espaço, fazer alguma manutenção, promover e realizar peças teatrais e cursos ligados à arte cênica naquele espaço (SILVA, 2017). As atividades da associação eram realizadas mesmo em condições precárias, pois como já dito, o Teatro do Bonsucesso nem sempre recebia a devida atenção do poder público para manutenção da boa qualidade de suas instalações físicas.

Porém, os cuidados da associação não eram suficientes, pois alguns serviços demandavam maiores recursos, indisponíveis pela ATO, fazendo com que o espaço ainda necessitasse de uma intervenção em maiores proporções. Segundo FÉLIX (2014) depois da apropriação do teatro pela ATO, a prefeitura reassumiu o espaço, garantindo aos artistas que realizaria uma reforma, porém esta não havia sido feita.

Durante a estadia da Associação de Teatros de Olinda no local, o Teatro do Bonsucesso teve períodos de funcionamento no qual eram apresentadas peças teatrais, espetáculos de dança, música e poesia (mesmo em condições desfavoráveis) e períodos em que ficou fechado devido às precárias condições. Em 1995 a FUNDARPE disponibilizou R\$ 24 mil para recuperação do teatro, porém por volta de 1997 o espaço foi novamente fechado, pois estava numa situação delicada, com risco de desabamento (SILVA, 2017).

Na gestão da prefeita Luciana Santos, o Teatro do Bonsucesso recebeu uma reforma em toda sua estrutura, porém a reforma não foi totalmente finalizada. Já no fim do mandato, Luciana entregou em 2008 a primeira etapa da obra e assinou a ordem de serviço para início da segunda etapa (FERNANDO, 2013). Desde então a referida reforma não foi finalizada.

²⁹ Fundador e atual presidente da associação.

FIGURA 31: TEATRO DO BONSUCESSO ANTES DA REFORMA DE 2008



FONTE: Acervo Ivo Rodrigues.

FIGURA 32: TEATRO DO BONSUCESSO APÓS A REFORMA DE 2008



FONTE: Acervo Ivo Rodrigues.

FIGURA 33: INTERIOR DO TEATRO DO BONSUCESSO, 2008

FONTE: Acervo Ivo Rodrigues.

Spinelli (2017) atualizou as informações acerca da reforma em curso atualmente. Segundo ela, no ano de 2016 descobriu-se que havia uma infestação de cupins nas tesouras que sustentam o telhado. Então uma empresa foi chamada para realizar o reparo da estrutura, assim como um reforço. Esta obra foi realizada em junho de 2016, no valor de pouco mais de R\$ 74 mil. Desta data em diante, foram realizados serviços de instalação do carpete, poltronas e cortinas. Atualmente são poucos os serviços que faltam ser realizados, como por exemplo, a limpeza do carpete, das poltronas, e das cortinas, ajustes em algumas portas e janelas, entre outros. A previsão para término desta obra é julho de 2017.

FIGURA 34: TEATRO DO BONSUCESSO, 2016

FONTE: Autora.

FIGURA 35: INTERIOR DO TEATRO DO BONSUCESSO, 2017



FONTE: Acervo Ivo Rodrigues.

Spinelli comentou também sobre o desejo da Prefeitura da cidade de Olinda em realizar uma gestão compartilhada naquele espaço, para melhor mantê-lo, delegando essa tarefa à Associação de Teatros de Olinda, que continua na tentativa de retomar o espaço para continuação de suas atividades. SILVA (2017) relatou interesse nessa gestão, pois segundo ele, esta é uma ótima forma de garantir a manutenção adequada do espaço e valorizar o trabalho realizado pela ATO.

Ainda de acordo com SILVA (2017) a associação vem lutando desde sua fundação para conseguir mais espaço para o teatro em Olinda, pois desde os anos 80, as gestões municipais vêm dificultando esta atividade, deixando de fazer a manutenção necessária nos teatros existentes na cidade, assim como deixando de dar incentivos aos artistas, que ficam desmotivados a continuar em cena. Esta foi uma das razões apontadas por Ivo como causadora da dissolução de tantos grupos teatrais nos últimos anos em Olinda.

SANTOS (2017) também comentou sobre o atual panorama da atividade teatral em Olinda que, na sua opinião, tem sofrido importantes baixas nos últimos anos devido à desativação dos equipamentos culturais existentes.

Aquele teatro ali [Teatro Popular do Bonsucesso], tem novas gerações que nem sabem que ali existiu ou existe um teatro. Eu acho que tinha um tempo que Olinda era muito Olinda. Olinda era uma cidade. Eu acho que quando Olinda começou a ser rotulada como área metropolitana do Recife as pessoas

perderam um pouco dessa coisa de identidade. A gente tinha um monte de teatro aqui nos anos 80, eu me lembro. Mas nunca mais eu ouvi falar nada de teatro em Olinda. Eu acho que o Teatro do Bonsucesso inclusive, poderia ser um núcleo de formação, trabalhando com as escolas. Aí eu acredito que a cultura realmente prevalece (SANTOS, 2017).

Santana (2017) comentou na entrevista, que a atual geração de moradores de Olinda não possui mais a espontaneidade e a atitude das gerações passadas.

Isso faz com que, aos poucos, as pessoas vão perdendo o sentimento de pertencimento na cidade. Vão perdendo sua identidade, para com a cidade. Quantas vezes a gente viu um grupo, que não tinha nada pra fazer, pegava o violão e ia pra praça tocar? Botava o cavalete na rua e ia pintar.... As pessoas não fazem mais isso. Eu acho que tá faltando, no morador de Olinda, essa vontade de pertencer à cidade (SANTANA, 2017).

Essas ações espontâneas de grupos que faziam apresentações em praças eram típicas dos grupos Ponta de Rua e Vivencial Diversiones, como conta SILVA (2017).

O grupo Ponta de Rua fazia muito isso. Teve o Vivencial Diversiones também. Eu acho que não houve renovação porque o poder público em Olinda dificultou muito a arte teatral. Acabaram com os artistas de Olinda! O governo de Jacilda mesmo, desgraçou o movimento teatral. Muitos artistas tiveram que parar. O artista precisa sobreviver. Por mais amor que você tenha à arte, você tem que sobreviver. Não dá pra viver da arte em Olinda. E a além da prefeitura não te dar um subsídio, não existe a valorização. Aí chega Wesley Safadão, chega num sei quem, eles arrumam dinheiro não sei de onde pra fazer. Porque não fazem isso com os artistas do município? Esses bloqueios que a gestão colocou acabou com isso (SILVA, 2017).

A partir desses relatos, percebe-se que o fechamento do Teatro Popular do Bonsucesso teve um impacto negativo na arte teatral em Olinda. De acordo com SILVA (2017), apesar de também ter ocorrido a diminuição dos frequentadores da praça localizada em frente ao teatro, a atividade teatral de Olinda sofreu de forma mais significativa.

Quando o teatro fechou causou um enorme impacto na ação de socialização e na ação cultural porque lá funcionava pra mais de 20 grupos de teatro, dança e poesia. Os moradores dali perguntam quando que vai abrir o teatro toda vez que a gente vai lá (SILVA, 2017).

Devido ao fechamento do Teatro do Bonsucesso, a ATO tem realizado somente espetáculos de rua, geralmente dentro das comunidades pobres de Olinda ou colégios públicos. Perguntado se o fechamento do teatro foi o causador dessas exposições de peças na rua, Flávio Henrique Ferreira³⁰ respondeu negativamente.

³⁰ Ator e membro da Associação de Teatros de Olinda.

A gente discutiu, umas reuniões atrás, se a gente realmente queria o [Teatro] Bonsucesso ou não. Muita gente não quer mais. Eu acho que o [Teatro] Bonsucesso pertence à Associação de Teatro de Olinda e quem faz teatro em Olinda somos nós. Tanto teatro de rua como teatro de palco. Então a gente quer ele porque ele nos pertence. Mas o teatro de rua está nos dando muito mais retorno da população. Mas não é porque os espaços estão fechados. É uma opção dos atores de trabalhar na rua. Mas uma opção não pode excluir a outra. A gente tem que ter tanto o teatro de rua, como o teatro de palco (FERREIRA, 2017).

Complementando essa afirmação, SILVA (2017) comentou que a ATO não deixa a luta pelo Teatro do Bonsucesso de lado, pois muitos grupos preferem o teatro de palco e necessitam daquele espaço. Além da importância que esse teatro tem na formação dos atores, pois ainda segundo SILVA (2017), muitos atores, que hoje são famosos, passaram pelo Teatro do Bonsucesso como Valdir Coutinho, Pernalonga, Jeison Wallace e Bruno Garcia.

O Maestro Israel de França³¹ foi outro entrevistado que expressou sua opinião sobre a relevância do Teatro Popular do Bonsucesso para Olinda.

Eu acho que esse teatro é um produto de muita importância para o povo. Pra mim, o que entra no teatro é vida para o povo. Ou seja, um grupo de teatro, uma orquestra de câmara, um quarteto de cordas, um quinteto de metais.... Eu estava tentando, e consegui, trazer a Orquestra de Câmara do Alto da Mina pra se apresentar no Teatro do Bonsucesso quando ele abrir. Existe uma comunidade ali que precisa ver os menininhos do Alto da Mina tocando violino, violoncelo, etc. Os meninos que chegam em casa e nem tem o que comer. Mas se dedicam muito a música (FRANÇA, 2017).

A hipótese inicial da pesquisa com relação ao Teatro Popular do Bonsucesso não se confirmou como esperado, pois seu entorno não sofreu modificações significativas devido ao fechamento do equipamento. A quantidade de frequentadores do entorno do teatro não sofreu grandes alterações, talvez pela própria localização do teatro. Por se situar numa área predominantemente residencial, o teatro não exercia muita influência quanto à aglomeração de pessoas em seu entorno, pois os moradores continuam transitando pelo local. É claro que, na época de funcionamento do teatro, havia um número maior de frequentadores, devido às atividades ali realizadas, mas não foram coletadas informações ou relatos acerca da presença de comerciantes que atuavam exclusivamente devido as ações do teatro. Houve, no entanto, um impacto negativo em grandes proporções na produção teatral do município. Desde a época do abrigo de menores, este espaço cultural atuou na formação de novos atores, assim como em ações de socialização e inclusão de pessoas das camadas mais pobres. O fechamento do Teatro culminou na dissolução de vários grupos teatrais, que tinham no Teatro

³¹ Maestro que comanda a Orquestra de Câmara do Alto da Mina.

do Bonsucesso, um local para ensaios, palestras, reuniões, seminários, cursos, entre outras atividades. A falta de incentivo por parte do Poder Público aos atores, também foi outro fator que resultou na diminuição da atividade teatral na cidade. Mesmo sem incentivos e subsídios, alguns grupos se mantiveram firme na tentativa de recuperar o Teatro do Bonsucesso, como é o caso da ATO, que jamais desistiu do espaço. Ações como essa são o combustível para que os novos grupos culturais se sintam motivados e também busquem a reabertura dos espaços culturais de Olinda, pois assim promovem o sentimento de identidade, atualmente tão ausente no morador do Sítio Histórico.

3.4 O TEATRO MAMULENGO SÓ RISO

FIGURA 36: FICHA TEATRO MAMULENGO SÓ RISO



FONTE: Autora.

A criação do Teatro Mamulengo Só Riso está diretamente relacionada ao Grupo Teatral Mamulengo Só Riso, pois a ideia para criar um teatro surgiu a partir de outra ideia, a de criar um Museu do Mamulengo. Para melhor entender esse processo, é necessária uma breve explicação acerca do grupo teatral.

O Grupo Teatral Mamulengo Só Riso foi fundado em Olinda em 1975 pelos atores Fernando Augusto Santos, Nilson de Moura e Luiz Maurício Carvalheira, que desejavam fazer um trabalho voltado ao teatro de bonecos do Nordeste, o Mamulengo. Com o objetivo de recriar “o universo mágico/mítico da cultura popular nordestina”³², o grupo tem sua estreia em Juazeiro do Norte, no Ceará. Mas é em Olinda que o grupo fixa sua sede. Nos anos seguintes

³² 1. MAMULENGO SÓ-RISO. *Festaça no reino da mata verde / carnaval da alegria*. Direção Fernando Augusto. Mamulengo Só-Riso: Fundamentação e proposição de trabalho. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Departamento de Extensão Cultural, 1976. Programa, p. 11.

o Mamulengo Só Riso se apresenta em festivais nacionais e internacionais, faz apresentações em diversas cidades brasileiras, inicia sua primeira temporada no Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco (MAC/PE) em Olinda em 1977, inicia outras temporadas em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, entre tantas outras atividades. Pela alta qualidade das peças apresentadas, assim como na confecção dos bonecos, o Grupo Teatral Mamulengo Só Riso ganha notoriedade no Brasil e no Exterior, tendo participado de festivais em países como França e Cuba, além de fixar parcerias com o governo francês (MAMULENGO Só Riso, 2016).

FIGURA 37: GRUPO TEATRAL MAMULENGO SÓ RISO, 1975



FONTE: Acervo Associação Pernambucana de Teatro de Bonecos.

Por volta dos anos 1990, os participantes do Mamulengo Só Riso fizeram um trabalho de recuperação dos acervos de antigos grupos mamulengueiros, que não existiam mais, com a participação da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). A FUNDAJ se responsabilizou em guardar esses pertences e quando a Prefeitura de Olinda se propôs a criar um Museu para o Mamulengo, disponibilizou acesso ao acervo (SANTANA, 2017). No ano de 1994 é criado o Museu do Mamulengo com sede na Rua do Amparo, 59, onde funcionou por 10 anos, período que expôs todo o seu acervo³³.

³³ Acervo com mais de 1.500 bonecos, sendo alguns do século 18. FONTE: POPULARMENTE FALANDO, 2011.

FIGURA 38: PRIMEIRA SEDE DO MUSEU DO MAMULENGO



FONTE: Popularmente Falando, 2011.

Diante a criação do museu, surgiu a ideia de se criar também um teatro para as apresentações dos grupos de mamulengo. Porém a edificação do museu não poderia comportar este teatro, pois não havia espaço. Então a implantação do Teatro Mamulengo Só Riso se deu em outra edificação, onde funcionava uma residência, localizada na Rua Treze de Maio, 117. Porém, para conseguir o recurso necessário junto ao Ministério da Cultura, não se justificaria criar um teatro apenas para a apresentação de mamulengos. A saída foi criar um espaço multiuso, onde seria possível, além das apresentações dos bonecos, apresentações de música, projeções de filmes, outros tipos de peças teatrais etc. Então fez-se um projeto que contemplou vários tipos de apresentação, desde que fossem compatíveis com o espaço disponível, pois por se tratar de uma antiga residência, a edificação tinha algumas limitações. Outro diferencial do espaço foi a criação de uma pousada, no piso inferior, para hospedar os grupos de Mamulengo, geralmente do interior do Estado, que viriam se apresentar no Teatro. Dessa forma, os custos seriam menores e consequentemente mais grupos poderiam trazer suas apresentações para o espaço (SANTANA, 2017).

FIGURA 39: TEATRO MAMULENGO SÓ RISO, 2016.



FONTE: Foto André Nery/ JC imagem.

Devido a problemas estruturais no prédio do Museu do Mamulengo, este teve que ser relocado para outra edificação, localizada na Rua de São Bento, 344, onde funciona atualmente. A antiga edificação passou por uma reforma e hoje abriga a Casa do Patrimônio do IPHAN.

FIGURA 40: CASA DO PATRIMÔNIO. IPHAN



FONTE: Acervo Millena Passos.

FIGURA 41: ATUAL SEDE DO MUSEU DO MAMULENGO: ESPAÇO TIRIDÁ.



FONTE: Autora.

FIGURA 42: TEATRO MAMULENGO SÓ RISO, 2017.



FONTE: Autora.

Júnior (2017), arquiteto funcionário da Secretaria de Patrimônio e Cultura da Prefeitura de Olinda, explicou como se deu a reforma para a instalação do teatro, em 1995.

Em 1995 nós fizemos uma pequena reforma no Sítio Histórico, mas a legislação era muito rígida pra a gente mexer dentro dessa edificação, pois ela não pertence à prefeitura. Só que ela precisava de uma reforma, porque ela estava muito degradada quando foi adquirida. Então nós fizemos um convênio com Fernando Augusto e o recurso foi do Ministério da Cultura, que eles captaram (JÚNIOR, 2017).

As informações acerca do funcionamento do teatro foram coletadas com base nos depoimentos das pessoas entrevistadas, sendo, moradores da área, artistas olindenses, funcionários públicos municipais e pessoas envolvidas com teatro de um modo geral. Silva (2017) relatou sua experiência com o referido equipamento.

O Teatro Mamulengo Só Riso era muito bem feito. Tanto as peças como a iluminação e o som. Teve um curso de formação do Ministério do Trabalho lá pra você aprender a construir os bonecos e manipular. E eu fiz o curso. Foi muito bom! Foi em 2001, eu acho. Só que [o teatro] se transformou num depósito ao meu ver. Lá é guardado a alegoria do carnaval. Tá há mais de 10 anos sem peça.

Fernando Augusto, um dos fundadores da companhia teatral, é o diretor do teatro desde 2003³⁴ e desde 2015 também dirigia outro equipamento cultural, o Museu do Mamulengo localizado na Ribeira. Recentemente ele foi exonerado do cargo de diretor do museu devido às críticas que vinha recebendo quanto ao modo que administrava as exposições. O Jornal do

³⁴ (JUNIOR, 2017).

Commercio publicou uma matéria sobre os equipamentos culturais desativados no Sítio Histórico, onde trouxe uma declaração do secretário de cultura, Gilberto Sobral.

Após o afastamento da direção do bonequeiro e especialista Fernando Augusto, o museu está recebendo de volta seu acervo original. “As pessoas reclamavam porque iam ao museu e, em vez de mamulengos, encontravam alegorias”, diz o secretário. Numa decisão unilateral, o antigo diretor havia empacotado o acervo e exposto, no lugar, alegorias criadas por ele para decorar os carnavais de Olinda (ALBERTIM, 2017).

Além dos depoimentos dos entrevistados, foram constatados que as alegorias também estavam presentes no Teatro Mamulengo Só Riso, durante as várias tentativas (frustradas) de contato com seu diretor. Os bonecos gigantes se encontravam locados num espaço externo do teatro, porém não foi permitido o registro através de fotografias.

FIGURA 43: ALEGORIAS EXPOSTAS NO MUSEU DO MAMULENGO, 2016



FOTO: André Nery/JC Online.

Outros depoimentos ajudam a entender o funcionamento do teatro desde sua criação, como o relato de Dias (2017):

Eu fui lá, pra uma coisa que não era mamulengo, que foram uns seminários preparatórios pra discutir patrimônio imaterial. Pra preparar o conceito. Aí no primeiro seminário eu fui, que foi apresentação com Katia Mesel e Jessier Quirino. A finalidade do teatro era pra trazer os mamulengueiros com espaço pra hospedagem e tal, mas ele tinha diversas utilizações. O Teatro Mamulengo Só Riso eu me lembro que teve divulgação de umas 3 apresentações somente (DIAS, 2017).

Almeida (2017), moradora de Olinda há 24 anos, relatou os fatos que presenciou em duas situações distintas: durante uma visita ao local e, em outro momento, durante o carnaval, pois

costumava comercializar produtos na escadaria em frente ao teatro, de onde pode observar o modo como o espaço era utilizado nesta época do ano.

Eu me lembro que em 2005, mais ou menos, a gente foi lá com a escola pra visitar o museu e o teatro. Na época o teatro não estava funcionando. Estava em reforma. Não tinha nem iluminação. Eu lembro que tinha uma tela branca no palco, era como se fosse um cinema. Aí no outro ano alugaram o espaço lá de baixo pra turistas no carnaval. Eu vi muita gente lá. Só que eles estavam usando também a parte do teatro porque eu vi a porta aberta e eles entravam e estava um maior som lá dentro. Inclusive teve muita confusão porque os vizinhos estavam reclamando que ali não era pra ter sido alugado porque era um teatro (ALMEIDA, 2017).

Pela análise dos depoimentos coletados, percebe-se que o teatro tem cedido seu espaço para atividades que não tem ligação com mamulengos. Com a realização de cursos e seminários, o teatro cumpre sua função de espaço cultural multiuso, porém sua finalidade primária não tem sido cumprida, já que de acordo com os relatos, o espaço não apresenta uma peça de mamulengos há anos. Outro uso que não tem ligação com a atividade cultural, relatado por Almeida (2017), é o aluguel do espaço destinado aos grupos mamulengueiros do interior do Estado para turistas. Este tipo de atividade também foi relatado por Moura (2017), outra moradora que afirmou já ter alugado o espaço para uma festa particular. Um relato afirmativo sobre a realização de peças no local foi realizado por Júnior (2017), que alegou que o funcionamento do teatro ocorre “de vez em quando”. Sampaio³⁵ (2017) relatou ainda que, logo após a morte de um dos fundadores da companhia teatral, Luiz Maurício, foi realizada uma apresentação de mamulengos, somente para convidados, em sua homenagem.

Com base nos relatos coletados, infere-se que o Teatro Mamulengo Só Riso não teve uma regularidade em suas atividades desde a inauguração. Eventos sem relação com as atividades para qual o espaço foi idealizado levam a crer que, na ausência de exposições culturais, o espaço tem servido a outras finalidades que sejam rentáveis aos seus proprietários. Como não foi possível contato com o diretor do espaço, as informações “oficiais” não puderam ser captadas.

A análise dos impactos gerados no entorno deste equipamento necessitou modificar-se, pois como foi constatada a irregularidade de funcionamento do espaço, não há como comparar situações ocorridas durante épocas ativas e inativas. Esta análise foi realizada levando-se em consideração os anos de existência do equipamento, ou seja, desde 1995. Por ser localizar

³⁵ Cenógrafo, cenotécnico e iluminador com 30 anos experiência na área.

numa área predominantemente residencial, o fluxo de moradores é mais presente. A ocorrência de comerciantes no entorno do teatro foi identificada apenas em uma época específica do ano, o carnaval. Isto leva a crer que os eventuais comerciantes não foram beneficiados pelas atividades do equipamento analisado e sim pelo próprio carnaval. A propósito, a rua na qual se localiza o Teatro Mamulengo Só Riso é conhecidamente um polo carnavalesco, onde há um intenso fluxo de foliões, configurando um local propício para a comercialização de produtos.

Outra análise que pode ser feita com relação ao entorno do equipamento, é a relação de proximidade deste com o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco (MAC/PE). Ambos se localizam na Rua Treze de Maio e poder-se-ia pensar que o público visitante do museu seria aproveitado pelo teatro. Para comprovação dessa hipótese Sampaio (2017) expôs sua opinião.

Eu não lembro de ter havido isso. Na verdade, as apresentações naquele teatro são muito raras. Como não tem muito incentivo da prefeitura, fica difícil fazer alguma coisa ali porque você tem que pagar os atores, os cenógrafos, os operadores de luz e som, sonoplastas etc. Isso tudo é muito caro. Eu acho que se a prefeitura der o incentivo, o teatro poderia sim aproveitar o público do MAC, mas pra isso também tem que ter atividade dentro do MAC (SAMPAIO, 2017).

Diante deste relato, constata-se a ausência de vínculo entre o teatro e seu entorno, fazendo com que o movimento nas proximidades do equipamento não seja decorrente de seu funcionamento. Portanto, a hipótese da pesquisa em relação ao Teatro Mamulengo Só Riso não pode ser comprovada.

No tocante aos possíveis impactos obtidos pelas atividades culturais relacionadas com o teatro de mamulengos, fez-se necessária a análise de dois depoimentos que se referiram às apresentações realizadas por grupos mamulengueiros. No primeiro, Júnior (2017) afirmou que, há uns anos, muitos grupos do interior do Estado costumavam se apresentar no teatro, porém esta prática tem diminuído bastante com o passar dos anos. No segundo, Sampaio (2017) relatou algo semelhante, pois este afirma que o número de peças tem diminuído devido à ausência de incentivos públicos. Portanto, pode-se afirmar que a atividade teatral mamulengueira tem sim sofrido um impacto negativo decorrente da subutilidade do Teatro Mamulengo Só Riso.

Mesmo sendo um equipamento privado, este necessita de incentivos públicos para bem realizar suas atividades. Principalmente pelo fato de a Prefeitura de Olinda ter realizado um

convênio com seu diretor, espera-se que ocorram as atividades culturais pelas quais houve a necessidade de se criar este equipamento. Esta pesquisa defende que para a cidade de Olinda fazer jus ao título de 1ª Capital Brasileira da Cultura, adquirido desde 2005³⁶, necessita que seus equipamentos culturais, públicos e privados estejam em pleno funcionamento.

3.5 O TEATRO FERNANDO SANTA CRUZ

FIGURA 44: FICHA TEATRO FERNANDO SANTA CRUZ



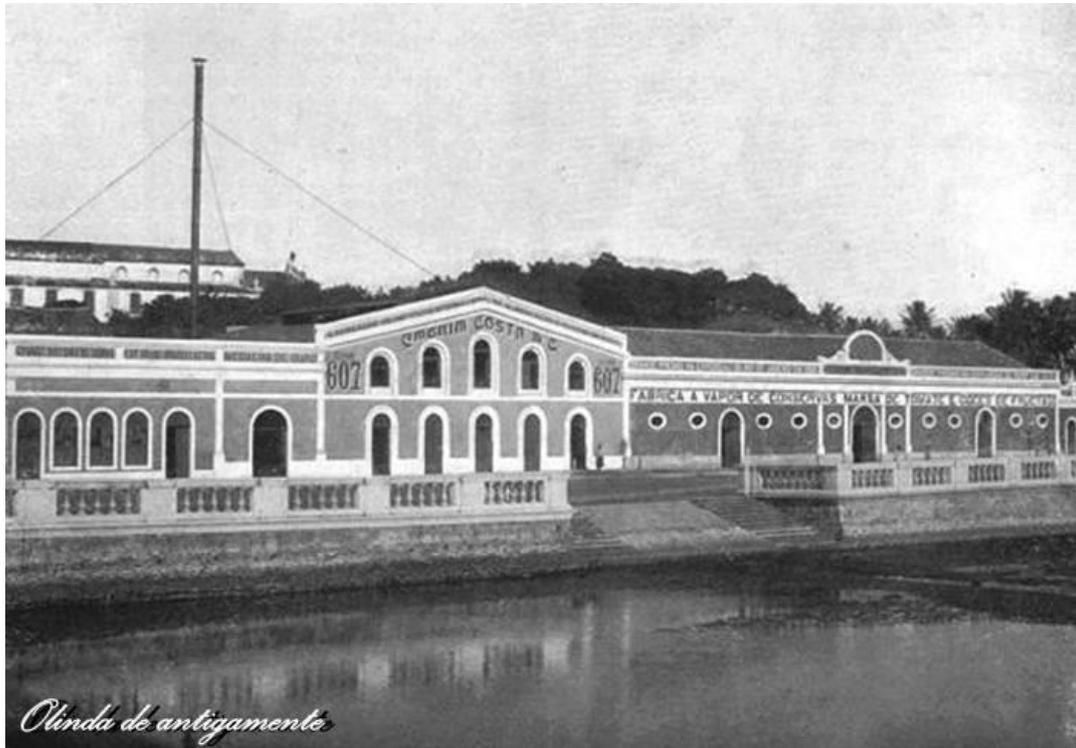
FONTE: Autoria.

Dos equipamentos analisados, o Teatro Fernando Santa Cruz é o único localizado dentro de outro equipamento cultural, o Mercado Eufrásio Barbosa. O prédio no qual foi instalado o mercado remonta ao século XVII, onde fora a Sede da Alfândega Real do Império Marítimo Português por cerca de quatro séculos (OLINDA DE ANTIGAMENTE, 2015). No ano de 1893 foi montada uma pequena fábrica de vinho de frutas nacionais e massa de tomate, a Fábrica *Actividade*, que posteriormente, se tornou a Fábrica de Doces Amorim Costa, que adquiriu grande notoriedade. A fábrica funcionou por mais de 60 anos, quando em 1959 encerrou suas atividades (NASCIMENTO, 2009). O prédio da antiga fábrica permaneceu sem atividade por vários anos, até que em 1971, encontrava-se bastante degradado com risco de desmoronamento. Alguns vereadores³⁷, inclusive, teriam chamado a atenção para esta situação e comunicado à prefeitura para que fossem exigido os reparos necessários na edificação, a fim de evitar maiores danos.

³⁶ Fonte: OLINDA, Prefeitura Municipal. **Títulos.** Site. Disponível em: <<http://www.olinda.pe.gov.br/cidade/titulos#.WTYC-2jyuUk>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

³⁷ Vereador Nicácio Maranhão. FONTE: Diário de Pernambuco. 4 mai. 1971. P. 10; Vereador Marques Dourado. FONTE: Diário de Pernambuco. 7 mai. 1971. P.10.

FIGURA 45: FÁBRICA DE DOCES AMORIM COSTA, 1930



FONTE: Olinda de Antigamente.

É em 1971 que se tem a primeira notícia acerca da criação de um mercado público neste local, quando o vereador Geraldo Guedes aconselhou ao prefeito Ubiratan de Castro a desapropriação do prédio da antiga fábrica e a instalação do referido mercado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1971). Durante a década de 1970, os moradores da Ilha do Maruim³⁸ tiveram suas casas destruídas pelas fortes inundações devido às altas da maré. Diante desta situação, os desabrigados se instalaram em alguns equipamentos que estavam desativados nas proximidades, como o Clube Atlântico, o Cine Olinda e a Fábrica Amorim Costa (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1974). Esta situação prosseguiu nos anos seguintes, até que em 1979 o prefeito Germano Coelho deu início às obras de requalificação do largo do Varadouro, que previa a recuperação de monumentos, a desobstrução da bacia do Varadouro, a instalação do Mercado no prédio da antiga fábrica, entre outros serviços (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1979). Em 1980 a prefeitura estava negociando a desapropriação do terreno da fábrica, como informa o Diário de Pernambuco.

A Prefeitura de Olinda também está mantendo entendimentos na área federal para desapropriação da antiga fábrica de doces Amorim Costa, no varadouro,

³⁸ Bairro vizinho ao bairro do Varadouro.

para implantação de um Pólo Cultural, onde funcionariam lojas de artesanato, sede das tradicionais agremiações carnavalesca, área para forrós, teatros ao ar livre, salas para super-8, etc (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980. P. A-12).

Já em abril de 1983 o Diário de Pernambuco noticia que as obras para a implantação do mercado estavam em curso, inclusive as do teatro que funcionaria também como escola. Porém a inauguração do Mercado Eufrásio Barbosa, juntamente com a do Teatro Fernando Santa Cruz se deu somente em abril de 1990 (FERNANDO, 2013).

FIGURA 46: MERCADO EUFRÁSIO BARBOSA



FONTE: Ana Paula Freire Miranda

SANTANA (2017) foi uma das participantes da equipe para licitação do projeto e relatou, em entrevista, os motivos pelos quais se decidiu criar um teatro dentro do mercado público.

Foi uma decisão de projeto, quando se fez o projeto pro Mercado Eufrásio Barbosa, se incluiu equipamentos culturais. Porque não se queria um mercado somente para a compra e venda de produtos. Queria-se um mercado que fosse também um espaço cultural para a cidade. Uma praça cultural. O ambiente da frente foi dedicado pra feiras, shows, exposições, essas coisas. E se criou o teatro pra se fazer uma coisa mais tratada. Porque o artista hoje, principalmente em Pernambuco, ele tá sendo muito prejudicado por essa coisa de fazer espetáculo em ambientes abertos. Você não tem uma acústica adequada e você não tem um público que esteja sentado e dedicado a assistir ao espetáculo. Tem gente que vai ao espetáculo pra conversar, perturbar o artista com conversa paralela, puxando cadeira, abrindo guarda-chuva passando na frente... então os teatros são pra que você assista o show com o som adequado, para que você ouça no palco o artista falando com o tom de voz certo e não berrando. Porque essa coisa de ser popular é muito engraçada,

mas ao mesmo tempo tira muito a qualidade das coisas que você vai fazer. Então a ideia era essa: tratar de forma especial as coisas especiais (SANTANA, 2017).

Ainda de acordo com a entrevistada, foi relatado que o então prefeito da época, Luís Freire, tinha o desejo de transformar o Mercado Eufrásio Barbosa num *Free shop*³⁹, porém este não foi realizado.

Na busca por informações sobre o funcionamento do Teatro Fernando Santa Cruz, foram entrevistadas pessoas envolvidas com as artes cênicas, que puderam descrever as atividades realizadas no teatro e em seu entorno, ou seja, no próprio Mercado Eufrásio Barbosa. Lima⁴⁰ (2017) relatou sua experiência durante a produção de um evento que iria ser realizado no teatro.

Eu me lembro de uma peça que eu montei lá, foi em 2005 eu acho. Fiz iluminação e cenografia pra uma peça de Moncho Rodriguez que falava sobre a morte de D. Benta, uma benzedeira. A prefeita Luciana Santos foi pra peça. Era pra ser dentro do teatro, mas quando a gente chegou lá pra montar, tava com infiltração no telhado e o ar condicionado tava pingando. Aí tiveram que botar a peça lá fora e a gente ficou rezando pra não chover. Aí não tinha estrutura pra cenografia nem pra iluminação. A gente teve que montar uma estrutura pra poder executar o serviço, até porque o sistema de iluminação da peça era bem artesanal com lampiões, fogo de verdade e tal. Mas foi casa cheia! Fizeram um DVD dessa peça. Foram dois dias de apresentação, era pra ser três, mas como teve esse problema do teatro, perdeu um dia montando as coisas. (LIMA, 2017).

Em relação aos eventos que ocorriam no entorno do teatro, Lima (2017) falou também sobre o comércio que existia dentro e fora do mercado, relatando que o teatro exercia uma certa influência em algumas atividades, devido ao seu funcionamento.

Quando o teatro funcionava, funcionavam também uns bares que eram bastante frequentados. Os artistas almoçavam lá, quem trabalhava no teatro almoça lá também. Os taxistas dali também almoçavam lá. Durante o carnaval tinha mais gente. Do lado direito tinha um restaurante, e tinha também a parte do artesanato do outro lado. E quando o teatro fechou, o mercado também já tava bastante degradado e não tinha mais público pra ver os artesanatos nem ir pros bares. Aí os comerciantes começaram a sair.

³⁹ *Free shops* ou *Duty-free shops* são lojas onde os produtos vendidos possuem isenção ou redução de impostos. FONTE: Portal R7. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/viagens/veja-as-vantagens-e-desvantagens-de-comprar-em-um-free-shop-29052014>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

⁴⁰ Técnico em iluminação e projeção cênica.

Martiniano Antônio (2017), que trabalha como cenógrafo, cenotécnico e iluminador de eventos há mais de trinta anos, explanou sua experiência com o Teatro Fernando Santa Cruz, ocorrida por volta dos anos 2005/2006.

Eu fiz um projeto ali faz muito tempo. Eu me lembro que, uma vez, fui fazer uma luz pra um espetáculo. Teve outra vez que o rapaz que administrava o teatro me chamou pra dar uma consulta pra compra de equipamentos. E tinha muito espetáculo lá. Dependia da programação, mas sempre teve peça. Fim de semana mesmo era bem movimentado. Tinha os barzinhos lá no mercado, tinha o restaurante...

Por essas declarações, podemos inferir que o Teatro Fernando Santa Cruz foi utilizado regularmente, durante seu período ativo. E seu funcionamento influenciou, de certa forma, as atividades comerciais de dentro do mercado, pois, num centro cultural/comercial, uma coisa leva à outra. Pela oferta de opções, o público visitante do teatro consome os produtos comercializados nas dependências do mercado. E vice-versa. Contudo, toda edificação necessita de acompanhamento para eventuais reparos e manutenções. A partir do depoimento de Dias (2017), pode-se verificar que este equipamento cultural não recebeu a devida manutenção fazendo com que entrasse em decadência e ocasionando a interdição de algumas áreas.

Uma das coisas que eu me lembro que o que começou a dar bronca foi o telhado do lado ali onde era a peixaria. Teve uma infiltração, aí começaram a interditar as lojas. Era governo de Jacilda, o Ministro da Cultura era Joaquim Falcão, aí o teatro ganhou um revestimento acústico e o ar condicionado. Resultado, aí você vai ver o show rolando e o ar condicionado dá defeito, o revestimento acústico começa a cair aos pedaços e não tem conserto. E cadê a manutenção? Não fizeram manutenção.

O depoimento de Sampaio (2017) foi semelhante, segundo ele, o Teatro Fernando Santa Cruz não recebia a devida manutenção, pois só dispunha de um funcionário para fazer a manutenção do espaço. Sampaio chama a atenção para o fato de que um único funcionário não daria conta de sanar todos os problemas decorridos da falta de manutenção, fazendo com que mais problemas fossem aparecendo.

O ator Azulão, integrante da Associação de Teatros de Olinda (ATO), também comentou sua experiência com o referido teatro.

A ideia do Fernando Santa Cruz era, como o Bonsucesso tava em reforma, os artistas usariam o Fernando Santa Cruz. E ele foi usado, mas por pouco tempo porque logo foram aparecendo os defeitos. Pernalonga foi um dos que mais utilizaram aquele teatro. Quando ele morreu tava passando a peça Defunto Feliz (AZULÃO, 2017).

O “Pernalonga” a que se refere o entrevistado, era Roberto de Lira França, um famoso ator olindense conhecido por sua intensa atividade teatral e também por ter sido pioneiro no grupo teatral Vivencial Diversiones. Filho (2010) divulga uma crônica, de sua autoria, sobre o dia que resolvera assistir à peça Defunto Feliz.

O fato a ser contado (...) envolveu Gerson, um colega de trabalho. Fui instado várias vezes por ele para assistir à peça Defunto Feliz, na qual ele era um dos protagonistas. Até que um dia de sábado em companhia de minha mulher, Vilma, me rendi àqueles convites e fui ao teatro do Eufrásio Barbosa, no Varadouro, onde a peça era encenada. (...) fomos nos aproximando e vislumbramos uma porta entreaberta que deixava entrever o auditório. Qual não foi a nossa surpresa ao avistarmos um caixão de defunto cercado por velas sobre o palco e um número considerável de contristados “expectadores”; minha mulher recuou bastante assustada... Tranquelizei-a, afirmando “cheio de sabedoria” ser aquilo parte do cenário, pois o nome da peça não ensejava qualquer dúvida... Mas, ao mesmo tempo, me perguntava por que Gerson não nos avisara do realismo do cenário, o que nos pouparia aquele impacto macabro. (...) indaguei, então, de um dos boêmios que estava ali a bebericar (...) foi quando o equívoco foi desfeito. Ali se realizava na realidade o velório do artista olindense conhecido como Pernalonga (FILHO, 2010).

Este ocorrido se deu por volta do ano 2000, época em que o teatro e o mercado ainda funcionavam. Em 2006 o mercado foi interditado por risco de desabamento do teto e os artesãos que trabalhavam no local foram remanejados para o mercado da Ribeira (MARKMAN, 2013). Na ocasião, também foi prometida uma reforma no Teatro Fernando Santa Cruz, porém para garantir o recurso⁴¹ necessário, o projeto previa a transformação do Mercado Eufrásio Barbosa num centro de artes, com dois novos museus e salas de exposição. Esta proposta ia de encontro com o desejo da população e da classe artística, que queriam o reestabelecimento das funções originais do mercado. Azulão (2017) contou que, na ocasião, os artistas fizeram um protesto e ocuparam o mercado, chamando a atenção do então Prefeito Renildo Calheiros, que os chamou para uma reunião.

A prefeitura do PC do B chamou os artistas pra conversar e disseram que não poderia mais ter as apresentações de música lá no mercado. E ali era pra ter tanto espetáculos, como música, porque ali sempre teve isso. Mas o prefeito disse que não teria mais. E ele queria fazer um museu para Janete Costa. Só que a família dela disse que só liberava as peças pra exposição por R\$ 3 milhões (AZULÃO, 2017).

⁴¹ R\$ 11 milhões, disponibilizados através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). FONTE: Defender. Disponível em: <<http://defender.org.br/tag/mercado-eufrasio-barbosa?print=print-search>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

O mesmo foi relatado por Sampaio (2017), que compartilha a ideia de que Olinda não precisa de mais museus, e sim de um espaço comercial e cultural que possa ser utilizado pela população residente.

A gente ficou sabendo que Renildo queria fazer um museu lá. Mas pra que mais museu? Então o pessoal se mobilizou pra barrar porque Olinda já tá cheia de museu. A gente tá precisando de um espaço pra mostrar os trabalhos de arte. Iriam ser vários museus, museu do frevo, museu de arte etc. Tipo um centro de museus (SANPAIO, 2017).

Em 2013 houve uma ocupação, mobilizada pela Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta (SODECA), que pedia mais diálogo com a prefeitura no tocante às definições de uso para o espaço. Devido às pressões recebidas, a prefeitura de Olinda marcou encontros com o grupo para discussão do projeto na tentativa de haver um consenso entre as partes, pois uma das exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para liberação da verba, era a consulta popular e a aprovação do projeto pelo Conselho de Preservação do Sítio Histórico (MARKMAN, 2013).

FIGURA 47: BOX PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE ARTESANATO, ANTES DA INTERDIÇÃO DO MERCADO



FONTE: Acervo Gustavo Pacheco

FIGURA 48: BOX PARA COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO JÁ DESATIVADO.



FONTE: Foto Luna Markman/G1

FIGURA 49: PARTICIPANTES DO MOVIMENTO OCUPE EUFRÁSIO



FONTE: Foto Luna Markman/G1

Na ocasião, a cantora e moradora olindense Cataria Dee Jah afirmou, em entrevista, que foram pegos de surpresa.

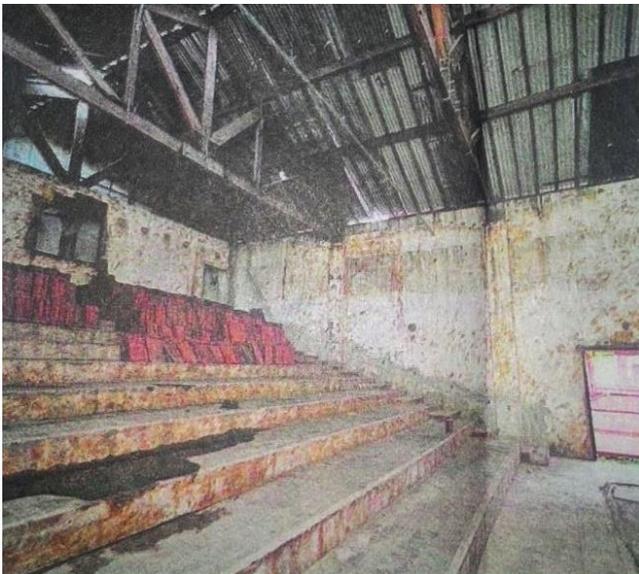
Não nos consultaram para nada. A cidade já tem muito museu e sabemos a dificuldade que é para mantê-los. O mercado deve atender à demanda da população e ser uma referência para os turistas. Queremos dar as mãos para a prefeitura para fazermos um novo projeto juntos. Minha memória afetiva em relação ao Eufrásio é muito grande. Comprei fogos no São João, tecidos para fantasias no Carnaval, frequentei as primeiras festas (JAH, 2013).

FIGURA 50: MERCADO EUFRÁSIO BARBOSA, 2013



FONTE: Foto Michele Souza/JC Imagens.

FIGURA 51: TEATRO FERNANDO SANTA CRUZ, 2017.



FONTE: Jornal do Commercio.

Atualmente o Mercado Eufrásio Barbosa está em obras e a previsão⁴² para a entrega da primeira etapa, que inclui o teatro, é novembro de 2017. Numa matéria publicada pelo Jornal do Commercio, Albertim (2017) traz uma declaração do Secretário de Cultura, Gilberto Sobral, acerca dos planos para as atividades que serão desenvolvidas no mercado ao término da obra e o que está sendo feito no teatro.

Nos anos 1990, os ensaios com ingresso pago do Maracatu Nação Pernambuco aos domingos viraram uma das atrações permanentes no calendário cultural de Olinda. Não há previsão de que o mercado volte a sediar shows musicais. O uso do mercado para atividades não está no projeto de uso financiado pelo BID. “A obra não tem tratamento acústico para isso. Mas se a população, através das discussões adequadas, achar que deve haver, teríamos que fazer a adaptação para esse tipo” ele diz. Com 80 lugares, o pequeno Teatro Fernando

⁴² FONTE: JÚNIOR (2017).

Santa Cruz poderá ter shows mais intimistas. “Mas não poderá funcionar ainda como teatro, terá que ser devidamente equipado antes”. Diz o secretário. Embora vá ser entregue sem sonorização, a pequena sala prevista para funcionar como cinema e teatro, vai receber sistema de iluminação básica. A informação é de Manuela Marinho, a secretária-executiva do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo.

Enquanto o Mercado Eufrásio Barbosa e o Teatro Fernando Santa Cruz continuam sem atividade, os impactos sofridos em seu entorno continuam a existir, pois mesmo estando em obras, esses equipamentos permanecem subutilizados há cerca de 10 anos. Para esta análise, o depoimento de Sampaio (2017) ajuda na compreensão dos acontecimentos ocorridos após o encerramento das atividades dos equipamentos em questão.

O movimento do Varadouro caiu bastante depois que fechou o teatro e o mercado. Porque antes você tinha o pessoal que frequentava o mercado e o teatro, e ficava por ali. Tanto turista como morador mesmo. Tinha o pessoal que trabalhava vendendo o artesanato, ou montando espetáculo no teatro. Aí o mercado fechou e o pessoal só vai pro Varadouro mesmo porque tem aquela parada de ônibus ali, ou vai pra 15 de novembro pra resolver alguma bronca né? Mas pro lazer mesmo não tem. No final de semana aí é que o movimento cai mesmo (SAMPAIO, 2017).

Talvez por ser o equipamento mais novo desta pesquisa, a discussão sobre o Teatro Fernando Santa Cruz e o próprio Mercado Eufrásio Barbosa, levantam outras questões, como o fato de 14 equipamentos culturais estarem desativados na cidade⁴³. Santana (2017) atentou para as mudanças na organização política que a Secretaria de Cultura sofreu através dos anos.

No governo de Germano você dividia a diretoria de cultura em cinema, teatro, literatura, música etc. Cada um tinha uma coordenadoria. Nos governos recentes não existiam mais essas coordenadorias. Uma coisa é você ter na FUNDARPE o José Mário Austregésilo⁴⁴. Outra coisa é você ter Pepe Jordão⁴⁵. Você ter um cara do segmento é outra coisa. Se eu boto alguém da área, esse alguém vai ficar preocupado em saber se o equipamento está funcionando. Até porque os próprios pares dele, sabendo que ele está lá, vão ficar cobrando dele (SANTANA, 2017).

Sampaio (2017) defende que os equipamentos culturais em Olinda precisam de mais incentivos para permanecer em funcionamento, pois não se consegue manter um equipamento cultural sem recursos. Defende ainda que todos eles devem funcionar regularmente, aos moldes do Sítio Histórico do Pelourinho, em Salvador.

Esse título que Olinda ganhou de Capital da Cultura, não era pra ter ganho. Só ganhou por causa de Gilberto Gil. Ele deu esse título a Olinda já pra ajudar

⁴³ FONTE: ALBERTIM, (2017).

⁴⁴ Radialista e Professor Graduado em Ciências Econômicas pela UNICAP, Mestre em Comunicação pela UFPE e Doutor em Serviço Social pela UFPE.

⁴⁵ Dj e ex-diretor de Cultura da Prefeitura de Olinda.

Olinda. Porque quando a cidade recebe esse título, recebe também uma verba pra manter os equipamentos. Só que não fizeram nada. Isso aqui era pra ser um Sítio Histórico ativo. Você veja o Pelourinho. É aberto o dia todo. Todas as casas abertas, tudo funcionando, ganhando dinheiro, movimentando a cidade. Você paga R\$ 0,30 pra subir no [elevador] Lacerda, aqui você paga quanto? R\$ 8,00. Existe isso não, rapaz (SAMPAIO, 2017).

Após a análise dos depoimentos coletados, percebe-se que a hipótese da pesquisa foi confirmada em relação ao Teatro Fernando Santa Cruz, pois seu fechamento impactou negativamente, tanto nas atividades realizadas dentro do Mercado Eufrásio Barbosa, como no Largo do Varadouro. Deixando de exibir peças, concertos, apresentações etc., o bairro do Varadouro perdeu um importante equipamento cultural responsável pelo lazer dos moradores da região e fez com que o Largo fosse frequentado, em sua maioria, por transeuntes. O encerramento das atividades do teatro coincidiu com o do mercado, pois a integridade física daquele era dependente deste. Devido à ausência de manutenção do teatro, os espetáculos não puderam mais ser realizados, fazendo com que os comerciantes que ali trabalhavam perdessem clientela, os artistas, seu local de ensaios e apresentações e os moradores, uma boa opção de lazer e divertimento. Com o agravamento da degradação do mercado, a situação ficou ainda pior, pois era necessária uma reforma, em maiores proporções, para fazer com que esses dois equipamentos voltassem a funcionar. A reforma em curso atualmente é a esperança que os moradores têm de ver mais uma vez o Teatro Fernando Santa Cruz e o Mercado Eufrásio Barbosa em pleno funcionamento, permitindo que Olinda disponha seus equipamentos para a população, que há tantos anos luta em prol da cultura.

4. POSSÍVEIS FORMAS DE REESTABELECIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO SÍTIO HISTÓRICO

Além da importância patrimonial dos edifícios analisados, deve-se considerar a abordagem social que, inclusive, é um dos meios mais eficazes para a proteção do próprio patrimônio. Estando um equipamento cultural em funcionamento, os ganhos para a cidade são numerosos, pois o edifício cumpre sua função social, servindo a um propósito; o entorno do equipamento é mais frequentado, gerando uma maior segurança; a comunidade se beneficia, pelas atividades educacionais e pelo lazer; e o patrimônio é resguardado, devido às manutenções necessárias ao seu funcionamento. Dib (2016) comenta que a necessidade de uso de antigos equipamentos culturais não é só uma questão de saudosismo, é também, de se pensar a cidade como um espaço a ser cuidado e ocupado como um direito básico. Pedroso (2016) alerta para os benefícios de ter as ruas movimentadas.

Uma cidade ocupada, uma cidade com as ruas vivas, as pessoas circulando, evidentemente é uma cidade mais acolhedora e mais segura. É exatamente voltando a habitar a cidade que a gente vai poder também contribuir pra que ela se torne mais segura, mais acolhedora. E, se pensar que os cinemas vão reocupar as ruas, é possível também pensar outras formas de transportes, outras possibilidades de acesso a esses cinemas, outros vínculos das pessoas com seus próprios bairros. Então é preciso uma reinvenção que não é só olhar pra o cinema em si, é olhar pra cidade também e olhar pra a série de questões que envolvem essa vivência, essa experiência na rua (PEDROSO, 2016).

Portanto, ante as questões levantadas, é necessária a exposição de algumas diretrizes que poderiam ajudar na manutenção das atividades desses equipamentos, no que se refere às ações que o poder público pode adotar na gerência desses espaços.

- Eventos para Mostras de Filmes com Produção Independente.

A realização de eventos para expor os trabalhos produzidos por cineastas locais é uma forma de incentivar a atividade cinematográfica na cidade e promover os artistas que desejam fazer carreira no cinema. Essas mostras poderiam ser realizadas em temporadas com curta duração, para dinamizar as atividades do equipamento e não cair na monotonia. A cobrança de ingressos poderia ser realizada, desde que a preços acessíveis, pois o equipamento necessita de retorno econômico para se manter ativo, mas ao mesmo tempo deve-se levar em consideração a condição financeira de grande parte da população olindense. Essas mostras teriam lugar no Cine Olinda, pois este exemplar está localizado num centro propício para este tipo de atividade, contendo nas

proximidades do cinema pontos de ônibus, estacionamento público para veículos, estabelecimentos gastronômicos e espaço público com dimensões adequadas para grande público.

- Realização de Parceria Público Privada com Empresas do Circuito Comercial de Cinemas.

Esta diretriz visa a formação de convênios entre a Prefeitura Municipal de Olinda e alguma das empresas do circuito comercial de cinemas atuantes no Estado, para a adequação do Cine Olinda e do Cine Teatro Duarte Coelho aos padrões atuais de programação cinematográfica. Com o convênio firmado, seriam exibidos nestes equipamentos lançamentos que atualmente só se encontram disponíveis nas salas de cinema de algum *shopping*. Deve-se levar em conta que a cidade de Olinda não possui nenhum equipamento de cinema ativo e para assistir um filme, os moradores precisam se deslocar para municípios vizinhos. Mesmo com a inauguração do Patteo Olinda Shopping⁴⁶, os moradores do Sítio Histórico merecem ter a opção de assistir um filme comercial num cinema mais próximo. O fato de o Cine Olinda e o Cine Teatro Duarte Coelho não estarem inseridos num centro de compras, possibilita a diminuição dos preços cobrados pelos ingressos. Outra justificativa para esta diretriz é o fato de que, apenas dando espaço aos filmes independentes ou filmes de arte, o apoio de grande parte da sociedade tende a falhar. Do mesmo jeito que há aqueles que lutam por mais espaço para exibição de filmes culturais, há também os que desejam ter um lazer fora de um *shopping*. É necessário abrir espaço para todas as formas de lazer compatíveis com o espaço.

- Parcerias com Escolas Municipais para Capacitação Técnica de Jovens na Área de Construção Civil.

O Cine Teatro Duarte Coelho deverá passar por reformas para voltar a ter atividades regulares em suas dependências. Para a aceitação das comunidades localizadas em seu entorno e conseqüente preservação do equipamento, poder-se-ia realizar uma parceria com as escolas municipais que possuam o sistema de ensino médio-técnico ou Educação

⁴⁶ Prevista para outubro de 2017. FONTE: Site Patteo Olinda Shopping. Disponível em: <<http://shoppingpatteoolinda.com.br/obras>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

de Jovens e Adultos (EJA)⁴⁷, para a capacitação, a nível técnico, de trabalhadores para as obras do equipamento. Sendo assim, a probabilidade de proteção ao patrimônio é maior, pois esse sistema faz com que os moradores sintam que aquele é um equipamento deles, portanto precisam zelar por sua integridade física. Ações socializadoras costumam funcionar melhor que as repressoras.

- Implantação de Cursos de Teatro e Cinema.

Esta diretriz visa a criação de cursos nas áreas de atuação para cinema e teatro, em que sejam cobrados preços acessíveis ou que sejam gratuitos. Esses cursos teriam lugar no Cine Teatro Duarte Coelho, pela proximidade deste com as comunidades, que exige que se trabalhe a questão educacional para a proteção do patrimônio. Os cursos poderiam ser ministrados por artistas olindenses, e as produções dos alunos viriam a ser apresentadas em mostras de artes cênicas temporárias.

- Criação de Cursos Profissionalizantes nas Áreas de Iluminação Cênica, Cenografia, e Operadores de Som para Eventos.

Disponibilizados pelo Teatro Fernando Santa Cruz, esses cursos visariam a capacitação profissional de pessoas que desejam trabalhar com eventos de um modo geral. Com aulas teóricas e práticas ocorridas dentro do teatro, os alunos aprenderiam a fazer a manutenção das instalações de luz e som, assim como a montagem de palco para eventos. Por ser uma cidade que realiza eventos todos os anos, este curso seria de grande ajuda na montagem e desmontagem das instalações, assim como na capacitação de moradores para a geração de renda.

- Implantação de Cursos de Iniciação ao Teatro, à Dança e à Música para Crianças e Adolescentes.

Devido à experiência do Teatro do Bonsucesso com a educação de crianças e adolescentes, esta diretriz visa a criação de cursos, voltados a esse público. Lá poderiam ser ministrados os cursos de iniciação ao teatro, à dança clássica, à dança contemporânea, às danças regionais, como o frevo etc. outra opção seriam os cursos de iniciação à música, onde as crianças aprenderiam a tocar instrumentos de corda, sopro

⁴⁷ Ao exemplo da Escola Municipal Guedes Alcoforado, Grupo Escolar Duarte Coelho e Colégio Estadual de Olinda, todos localizadas dentro do Sítio Histórico.

e percussão. Os alunos do curso poderiam também se apresentar em mostras temporárias.

- **Parcerias com Escolas Municipais**

Fazendo-se parcerias com as escolas municipais existentes do Sítio Histórico, os Teatros do Bonsucesso e Mamulengo Só Riso teriam uma plateia regular para qual seriam apresentadas as peças com a intenção de desenvolver a cultura teatral nos moradores das comunidades. Além de proporcionar o lazer para os estudantes, o teatro educa de forma prazerosa e ajuda no desenvolvimento do aprendizado escolar. Para a aplicabilidade desta diretriz, é necessária a aplicação de recursos para o transporte dos estudantes aos teatros.

- **Destinação de Maiores Recursos ao Teatro Mamulengo Só Riso**

Esta diretriz visa o aumento na quantidade de peças apresentadas no referido teatro, pois direcionando mais recursos para este equipamento, a vinda de grupos mamulengueiros do interior do Estado é mais provável. O Teatro Mamulengo Só Riso é o único na cidade dedicado exclusivamente ao teatro de bonecos e merece ser utilizado para a divulgação desta arte tão regional.

- **Implantação de Cursos para a Criação e Manipulação de Mamulengos.**

Com o intuito de divulgar cada vez mais a cultura do teatro de mamulengos, essa diretriz visa a implantação de um curso de criação e manipulação desses bonecos no Teatro Mamulengo Só Riso. Tendo como público alvo tanto crianças como adolescentes e adultos, o curso poderia ser oferecido também aos turistas que desejarem, porém, os moradores seriam beneficiados com descontos nos valores cobrados.

- **Circuito Cultural**

Por último, mas não menos importante, esta diretriz visa a implantação de um circuito cultural temporário que funcionaria reunindo os cinco equipamentos estudados nesta pesquisa. O visitante se dirigiria ao Cine Olinda, onde seriam exibidos curtas e longas metragens realizados por produtores locais; após as apresentações, o visitante seguiria pela Av. Sigismundo Gonçalves até chegar ao Teatro Fernando Santa Cruz, onde seriam apresentados espetáculos cênicos ou musicais produzidos por atores olindenses;

continuando pela Av. Joaquim Nabuco, o visitante chegaria à Praça João Lapa e adentraria no Cine Teatro Duarte Coelho para assistir às produções realizadas pelos alunos dos cursos de cinema e teatro ali ministrados; Subindo a Rua Henrique Dias e dobrando à esquerda na Rua Treze de Maio, o visitante chegaria ao Teatro Mamulengo Só Riso para assistir à apresentação de grupos mamulengueiros; Seguindo pela Rua Treze de Maio, passando pelos Quatro Cantos e continuando pela Rua do Amparo até a chegada ao Largo do Amparo, o visitante dobraria à direita na Estrada do Bonsucesso se encaminhando ao Teatro Popular do Bonsucesso, onde veria as apresentação de teatro, música ou dança das crianças e adolescentes alunos nos cursos. Por se tratar de um circuito, as apresentações necessitariam de sincronização para adequar-se ao percurso, que a propósito, seria realizado por vans ou micro-ônibus, aos moldes do Olinda Arte em Toda Parte⁴⁸. Devido aos altos custos desse evento, sua realização seria realizada anualmente, e poderia ser cobrado um valor acessível em alguns equipamentos.

⁴⁸ Evento, realizado entre os anos de 2001 e 2011, onde casarões, ateliês, bares e restaurantes se transformam em salas de exposição, às quais o público tem acesso gratuito. FONTE: COUTINHO, Katherine. **Olinda Arte em Toda Parte olha para a própria cidade em sua 11ª edição**. G1 PE: Recife. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/olinda-arte-em-toda-parte-olha-para-propria-cidade-em-sua-11-edicao.html>>. Acesso em: 06 jun 2017.

FIGURA 52: PERCURSO DA PROPOSTA DO CIRCUITO CULTURAL



FONTE: Google imagens. Modificado pela autora.

Esse conjunto de diretrizes foi idealizado com o objetivo de dinamizar o uso desses equipamentos, fazendo com que tanto moradores como turistas possam usufruir deles. A diversidade de atividades em cada equipamento é essencial a sua manutenção, pois como já ocorreu com o Cine Teatro Duarte Coelho, a ausência de adequação às novas realidades faz com que o equipamento se torne cada vez menos frequentado, podendo até culminar no seu fechamento. Por serem, em sua maioria, equipamentos públicos, a destinação de recursos pela Prefeitura Municipal é essencial, inclusive no Teatro Mamulengo Só Riso que, mesmo sendo privado, não possui recursos suficientes para manutenção de suas atividades. Parcerias com empresas privadas também são bem-vindas, pois algumas ações demandam grandes investimentos que nem sempre são disponibilizados pelo poder público, ou demoram muito para serem liberados. Todas essas ações precisam ser discutidas com os moradores olindenses, para a contestação de sua real necessidade, assim como o acompanhamento do uso desses equipamentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado durante a pesquisa, não é de hoje que as atividades culturais ligadas às artes cênicas e cinematográficas do Sítio Histórico de Olinda vivenciam os impasses das gestões políticas. Numa síntese da atual situação de cada um dos cinco equipamentos estudados, tem-se que os anos de desativação do centenário Cine Olinda igualam-se aos anos de sua atividade (53 anos); em 2017, o Cine Teatro Duarte Coelho completa 75 anos de existência e 37 de desativação; dos 41 anos do Teatro Popular do Bonsucesso, apenas 1 foi de pleno funcionamento, os outros 40 foram de subutilização; o Teatro Mamulengo Só Riso acumula 22 anos de raras apresentações; e o Teatro Fernando Santa Cruz existe há 27 anos, dos quais 11 foram subutilizados.

As consequências pela subutilização desses espaços foram adquiridas pela população do Sítio Histórico de Olinda, já que, devido à ausência de atividades, perderam-se equipamentos culturais de lazer, fazendo com que a área de entorno de cada um deixasse de ser frequentada, ou passasse a ser utilizada de forma contrária à ideal.

A hipótese desta pesquisa foi confirmada em dois dos exemplares analisados: o Cine Teatro Duarte Coelho e o Teatro Fernando Santa Cruz. No caso do Duarte Coelho, as atividades ocorridas na Praça João Lapa eram decorrentes das atividades do cinema, tanto que, devido ao seu fechamento, a realidade da praça mudou consideravelmente. No caso do Teatro Fernando Santa Cruz, sua atividade sempre esteve ligada ao Mercado Eufrásio Barbosa, assim como sua decadência. Os problemas estruturais do mercado causaram um efeito dominó nas atividades comerciais e culturais ali realizadas, causando impactos negativos tanto no entorno desses equipamentos, como na atividade cultural do Sítio Histórico.

Já no caso do Cine Olinda, do Teatro Popular do Bonsucesso e o do Teatro Mamulengo Só Riso, apesar de a hipótese da pesquisa não ter se confirmado, esta levou ao conhecimento de outros impactos decorrentes da subutilização desses equipamentos. A Praça do Carmo não sofreu baixas consideráveis devido ao encerramento das atividades do Cine Olinda, pois surgiram estabelecimentos que mantiveram o caráter da praça como sendo um polo de atividades dentro do Sítio Histórico. Entretanto, pelo fato de não se ter mais onde divulgar os filmes e peças, as produções independentes sofreram baixas, porém não de imediato, pois logo após o fechamento do Cine Olinda, o Cine Teatro Duarte Coelho estava em plena atividade. Após a decadência do Duarte Coelho, houve a criação do Cine Bajado, vizinho ao Cine Olinda,

então a classe artística de Olinda, assim como a população, pode usufruir das atividades culturais ali exibidas. No entanto, não foram extensos os anos de atividade do Cine Bajado, fazendo com que, mais uma vez, Olinda presenciasse a ausência de equipamentos de cinema em seu Sítio Histórico, situação esta que perdura nos dias atuais.

No caso do entorno do Teatro Popular do Bonsucesso, foi mantida a essência de frequentadores após seu fechamento. Localizado numa região predominada por residências e vizinho à Secretaria de Meio Ambiente, Planejamento, Controle Urbano, Transportes e Trânsito (SEPLAMA), o Teatro do Bonsucesso não exercia influência considerável em seu entorno durante os anos de funcionamento. Assim como não foi responsável pela possível diminuição de frequentadores na região. Um impacto gerado desta situação foi sentido, de forma negativa, na atividade teatral olindense, assim como na educação de crianças e jovens, caráter assumido pelo teatro desde sua fundação. Pelo fato de ter atuado como sede da Associação de Teatros de Olinda (ATO), outro impacto negativo foi sentido após seu fechamento, pois a ATO encarregava-se de promover e fortalecer os grupos teatrais da cidade e, com o fechamento do teatro, não pode mais exercer essa função, culminado na dissolução de vários grupos teatrais.

O Teatro Mamulengo Só Riso não teve seu fechamento decretado, pois ainda se encontra habilitado para o funcionamento de atividades culturais. Todavia, o teatro está em subutilização, pelo fato de abrigar, mesmo que temporariamente, as alegorias do carnaval, impossibilitando a realização de eventos culturais em seu espaço. Outra situação que comprova a subutilização do espaço, é a raridade com que são exibidas peças, ou outras práticas culturais. Pela ausência de incentivos públicos torna-se difícil a realização de festivais, temporadas teatrais, espetáculos de música ou cinema etc., fazendo com que a população receba um impacto negativo no tocante à cultura do teatro de mamulengos. Em relação à hipótese da pesquisa, esta não foi comprovada, pois foi constatado que o teatro não tinha influências com os acontecimentos do seu entorno, provavelmente devido à própria irregularidade de suas atividades.

Com a obtenção dos resultados da pesquisa, percebeu-se que a população tem sido a maior prejudicada pela ausência de equipamentos culturais de lazer em atividade no Sítio Histórico. Ao mesmo tempo, esta população procura reaver esses exemplares para a manutenção das atividades culturais locais, na forma de protestos, reivindicações, ocupações etc. Diante da atual situação desses equipamentos, a discussão sobre a importância deles para o Sítio Histórico e para sua população é inevitável. Júnior (2017) expõe sua opinião neste quesito e comenta também sobre a ligação que esses cinemas e teatros têm com a comunidade, enfatizando que é

necessário haver uma reinvenção em suas atividades para que continuem bem servindo a sociedade.

Eu acho que esses espaços tinham importância antigamente porque não tinha outras opções. Não tinha sala de cinema, não tinha DVD, a população mais pobre não tinha televisão..., mas também não tinha as atividades que tem hoje. Não tinha os *shoppings*. Eu acho que eles teriam uma importância hoje só se não ficarem restritos a filmes de arte. Porque não tem como concorrer com a rede comercial. Os cinemas de Olinda têm que ter outras atividades. O [teatro] Bonsucesso é um teatro mais popular, mais voltado a ponta de rua. É diferente. O Duarte Coelho é mais acadêmico, mais clássico. Aberto a todos, mas é um teatro mais clássico. Todos têm a sua importância e merecem voltar a funcionar. Eu ainda acho que o teatro, muito mais do que o cinema, deve chegar aos bairros para servir como educação. Muitas vezes a população da periferia não tem acesso pra ir pro teatro (JÚNIOR, 2017).

Com esta pesquisa buscou-se melhor entender as situações que cada exemplar passou ao longo de sua existência, assim como a contestação de sua importância para a população olindense e para o Sítio Histórico. Esta monografia é apenas a parte inicial de uma pesquisa que, para o total entendimento acerca deste assunto, necessita de complementação, que pode vir a ser realizada num curso de mestrado acadêmico.

REFERÊNCIAS

I SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS, 1987. **Carta de Petrópolis**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf> >. Acesso em: 23 nov. 2016.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS, 1964. Veneza. **Carta de Veneza**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ALBERTIM, Bruno. Um Sítio de Incertezas. **Jornal do Commercio**. Recife. P. 1. 2 mai. 2017.

ALBERTIM, Bruno. **O Futuro incerto do Eufrásio**. *Jornal do Commercio*. Recife. P. 20. 7 mai. 2017.

ALMEIDA, Sales. Depoimento. 10 [mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

ASSOCIAÇÃO DE TEATRO DE OLINDA, ATO. **Biografia**. Blog. Disponível em <<http://associacaodeteatrodeolinda.blogspot.com.br/>>. Acesso em 25 set. 2016.

ATAÍDE, José. Depoimento. [12 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

AZULÃO. Depoimento. [30 mai. 2017]. Olinda. Entrevista cedida a Leilla Borges.

BAJADO. *In*: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22208/bajado>>. Acesso em: 03 de jun. 2017. Verbetes da Enciclopédia.

BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco: uma interpretação**. 2ª edição. Recife: Mauritiópolis, 1985. Coleção Recife. Vol. XLII.

BONALUME C. R. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, A; DACOSTA, L. P. (org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 189-214.

BRAINER. Suzana Maria. **Proposta de restauração e revitalização: Cine Olinda**. Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. Prefeitura Municipal de Olinda. 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. ed. Saraiva. São Paulo. 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF. 30 nov. 1937.

BRASIL, **Lei Complementar nº 14, de 8 junho de 1973**. Institui Regiões Metropolitanas. Brasília, DF. 8 jun. 1973.

BRASIL. **Rerratificação da Notificação Federal nº 1155, de novembro de 1985**. Olinda, PE. Nov. 1985.

BRASIL. **Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998**. Brasília, DF. 12 fev. 1998.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda. 1997.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA, 1931, Atenas. **Carta de Atenas**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CONGRESSO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EUROPEU, 1975, Amsterdã. **Declaração de Amsterdã**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2016

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS - ICOMOS, Austrália, 1980. **Carta de Burra.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=251>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

COSTA, Renato Gama-Rosa. **Salas de Cinema Arte Déco no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

COUTINHO. Valdi. Cena Aberta: Chica Boa. **Diário de Pernambuco.** Recife, Ed. 126. P. 10, 12 mai. 1976.

COUTINHO. Valdi. Cena Aberta: Teatro Experimental entrega certificados. **Diário de Pernambuco.** Recife, p. B-5, 28 out. 1976.

COUTINHO. Valdi. Cena Aberta: Teatro do Bonsucesso em Olinda está em abandono. **Diário de Pernambuco.** Recife, p. B-5, 20 dez. 1977.

COUTINHO. Valdi. Teatro: Marcas. **Diário de Pernambuco,** Recife, p. B-6, 27 mar. 1984.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985 - Conferência mundial sobre as políticas culturais. In: **Cartas Patrimoniais.** 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

DERRUAU, M. **Tratado de geografia humana.** Barcelona: Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1964.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Artes e diversões. **Diário de Pernambuco.** Recife, ed. 203. P. 2. 6 set. 1906.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Cine Duarte Coelho. **Diário de Pernambuco.** Recife, ed. 242. P.5. 16 out. 1942.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Praça João Lapa. **Diário de Pernambuco.** Recife, ed. 1. P.5. 3 jan. 1945.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Melopomene Pernambucana. **Diário de Pernambuco.** ed. 75. P. 5. 30 mar. 1946.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Teatro. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed. 218. P.5. 15 set. 1946.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Abrigo de menores parado pode voltar a funcionar. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed. 94. P. 15, 25 abr. 1971.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Vereador sugere “cinturão verde”. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed. 99. P. 20. 2 mai. 1971.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Codecipe vê situação dos desabrigados. **Diário de Pernambuco**. Recife. ed. 167. 23 jun. 1974.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Olinda prepara centro experimental de teatro. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed. 106. P. 6, 20 abr. 1976.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Varadouro é humanizado. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed. 203. P. A-13. 1979.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Duarte Coelho será teatro. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed. 215. P. A-12. 10 ago. 1980.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Noite dos Imorais” fecha o Duarte Coelho. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed. 206. P. A-10, 1 ago. 1980.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Olinda, patrimônio, restaura monumentos. **Diário de Pernambuco**. Recife, ed. 108. P.B-2. 21 abr. 1983.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Vídeo-reportagens especiais sobre os cinemas de rua de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife. 9 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=amJyafcLKGE>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

DIAS. Alexandre Alves. Depoimento. [12 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

DIB, André. **Os Cinemas de Rua e a Ocupação das Cidades [EP. 03/03]**. [9 jun. 2016]. Recife: Diário de Pernambuco. Entrevista concedida a Bernardo Sampaio e Thiago Santos.

FÉLIX, Valéria. Depoimento. [22 set. 2017]. Olinda: TV Jornal. Entrevista concedida a Daniel Lima.

FERNANDO. Paulo. Mercado Eufrásio Barbosa está abandonado. **Olinda Hoje**. Blog. Olinda. 21 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.olindahoje.com.br/2013/05/21/mercado-eufrasio-barbosa-esta-abandonado/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

FERNANDO. Paulo. Teatro do Bonsucesso, também, com as obras paralisadas. **Olinda Hoje**. Blog. Olinda. 2 out. 2013. Disponível em: <<http://www.olindahoje.com.br/2013/10/02/teatro-do-bonsucesso-tambem-com-as-obras-paralisadas/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

FERREIRA. Flávio Henrique. Depoimento. [30 mai. 2017]. Olinda. Entrevista cedida a Leilla Borges.

FILHO, Antônio Luiz de França. **O Defunto Feliz**. Olinda. *In: Recanto das letras. Site*. 2010. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/cronicas/2622800>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

FRANÇA. Israel de. Depoimento. [12 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

GOMES, Christianne Luce. Lazer - Concepções. *In: GOMES, Christianne Luce (org.). Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica 2004. (119-125)

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Olinda, PE**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em 02 abr. 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JAH, Catarina Dee. Depoimento. [10 ago. 2013]. Olinda: G1 PE. Entrevista concedida a Luna Markman.

JORNAL DO RECIFE. Park Olimpia. **Jornal do Recife**. Recife, ed. 221. P.2. 29 set. 1906.

JORNAL DO RECIFE. Theatro Olympia. **Jornal do Recife**. Recife, ed. 228. P. 2. 7 out. 1906.

JÚNIOR, Clodomir Barros Pereira. Depoimento. [12 mai. 2017]. Entrevista concedida a Leilla Borges.

LE CORBUSIER. A carta de Atenas. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. In: GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 24, p. 109 - 123, 2008.

LIMA, Daniel. Depoimento. [12 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

LIMA, Juliana Domingos de. **Cine Olinda completa 105 anos em 2016. E só está ativo porque está ocupado**. Jornal Digital Nexo. Brasil. 30 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/30/Cine-Olinda-completa-105-anos-em-2016.-E-s%C3%B3-est%C3%A1-ativo-porque-est%C3%A1-ocupado>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

LORDELLO, Eliane. **Olinda, primeira capital brasileira da cultura**. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 06, n. 063.02, Vitruvius, out. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.063/1965>>. Acesso em 02 abr. 2017.

MAMULENGO Só-Riso. *In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2016. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo115508/mamulengo-so-riso#>>. Acesso em 19 nov. 2016. Verbete da Enciclopédia.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas-SP: Papyrus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1986.

MARIANO, Stéphanie Helena. **A cidade como espaço de lazer**. Piracicaba: UNIMEP, 2006 (Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Turismo).

MARKMAN, Luna. **Projeto para revitalizar mercado em Olinda (PE) provoca protesto de moradores**. G1, Recife. 2013. Disponível em: <<http://defender.org.br/tag/mercado-eufrasio-barbosa?print=print-search>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

MELO, Victor Andrade de e PERES, Fabio de Faria. Espaço, Lazer e Política: Desigualdades na distribuição de Equipamentos Culturais na Cidade do Rio de Janeiro. In: **Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais/URFJ**. Rio de Janeiro, 2004. P. 2-7.

MENEZES, José Luiz Mota, **A Vila de Olinda – 1537/1630** in: *Evolução Urbana e Territorial de Olinda: do Descobrimento aos Tempos Atuais* (s/d).

MILET, Vera. **A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil**. Olinda, Prefeitura de Olinda, 1988.

MORAIS, Maria Luiza Nóbrega de. **Recuperando Informações Para a História do Cinema Em Pernambuco: Agenda do Cinema Ambulante (1900-1909)**. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 3. 2005. Centro Universitário Feevale em Novo Hamburgo. 2005. 14 P.

MOURA, Rayanne. Depoimento. [12 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

MULLER, A. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. In: MULLER, A; DACOSTA, L. P. (org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 09-40.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. **Memória de Olinda: História, Psicanálise, Paixão e Arte**. Salvador. EDUFBA, 2009. 458 p. il.

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: **Projeto História**. São Paulo, v 10, n 10, p. 7-28, dez. de 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

OCUPE CINE OLINDA. Página em rede social. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupecineolinda/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

OLINDA. **Lei nº 4849, de 23 de junho de 1992.** Legislação urbanística dos sítios históricos de Olinda. Olinda, PE. 23 jun. 1992.

OLINDA. **Lei Municipal Complementar nº 013/2002.** Código de Obras. Olinda. PE. 2002.

OLINDA. **Lei Municipal nº 5.387, de 18 de dezembro de 2003.** Olinda. PE. 2003.

OLINDA. **Lei Complementar nº 026/2004.** Plano Diretor do Município de Olinda. Olinda. PE. 2004.

OLINDA. **Lei Municipal nº 5.631, de 23 dezembro de 2008.** Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do solo. Olinda. PE. 2008.

OLINDA. Prefeitura Municipal. **Petições.** Caixa 29. 1935.

OLINDA. Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Cultura. **3.6.2. Artes Cênicas.** Site. Sem data. Disponível em: <<http://www.olinda.pe.gov.br/pmc/consulta-publica/diagnostico-da-cultura/3-6-diagnosticos-setoriais/3-6-2-artes-cenicas/>>. Acesso em 25 set. 2016.

OLINDA. Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Cultura. **3.6.10. Patrimônio.** Site. Sem data. Disponível em: <<http://www.olinda.pe.gov.br/pmc/consulta-publica/diagnostico-da-cultura/3-6-diagnosticos-setoriais/3-6-10-patrimonio/>>. Acesso em 25 set. 2016.

OLINDA DE ANTIGAMENTE. **CINE OLINDA: Um Templo da Cultura que resiste ao Tempo.** 9 fev. 2014. Rede Social. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Olindadeantigamente/>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

OLINDA DE ANTIGAMENTE. 26 set. 2015. Rede Social. Disponível em: <<https://www.facebook.com/134172326787689/photos/a.134186226786299.1073741825.134172326787689/424369267767992/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

PEDROSO, Marcelo. **Os Cinemas de Rua e a Ocupação das Cidades [EP. 03/03]**. [9 jun. 2016]. Recife: Diário de Pernambuco. Entrevista concedida a Bernardo Sampaio e Thiago Santos.

PINHO, Geraldo. **Os Cinemas de Rua e a Ocupação das Cidades [EP. 03/03]**. [9 jun. 2016]. Recife: Diário de Pernambuco. Entrevista concedida a Bernardo Sampaio e Thiago Santos.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 5, n 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

POPULARMENTE FALANDO. **Conheça o Museu do Mamulengo em Olinda**. 2011. Blog. Disponível em: <<https://rafaelsol.wordpress.com/2011/06/22/4/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN**. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Verbetes). ISBN 978-85-7334-279-6.

RODRIGUES, G. **Análise e Propostas Referentes ao Trânsito e à Espacialidade de Vias no Centro de Alfenas-MG**. 2011. 43f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Alfenas – MG. Alfenas, 2011.

SALES, Ivete. Depoimento. [19 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

SAMPAIO, A. L.; BITTENCOURT, S. A.; BASTOS, R. A. **Inventário e Memória: Cinemas de rua de Florianópolis**. Florianópolis. UFSC/Reitoria, 2013.

SAMPAIO, Mário. Depoimento. [12 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

SANTANA, Aneide. Depoimento. [28 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

SANTOS, Edmilson Cordeiro dos. Depoimento. [19 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

SANTOS, Ivan Maurício Monteiro dos. **Cine Duarte Coelho: uma vergonha!** Recife, 8 jan. 2008. Blog. Disponível em: <<http://olindaurgente.blogspot.com.br/2008/01/cine-duarte-coelho-uma-vergonha.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

SILVA, Ivo Rodrigues da. Depoimento. [30 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

SOUZA, Neide Fernandes de. **Parecer técnico pelo Tombamento do Cine Teatro Duarte Coelho**. 1995. 5f. Arquivo Público Municipal. Olinda. 1995.

SPENCER, Fernando. Duarte Coelho em reformas. **Diário de Pernambuco**. Recife, p. 13, 14 jul. 1962.

SPINELLI, Sandra Alves Barbosa. Depoimento [12 mai. 2017]. Olinda. Entrevista concedida a Leilla Borges.

TEATRO DE SANTA IZABEL. **Teatro de Santa Izabel: 165 anos de história**. Site. 2010. Disponível em: <<http://www.teatrosantaisabel.com.br/conheca-o-teatro/nossa-historia.php>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Patrimônio Mundial no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em 19 nov. 2016.

VIANA, Walter. **Os Cinemas de Rua e a Ocupação das Cidades [EP. 03/03]**. [9 jun. 2016]. Recife: Diário de Pernambuco. Entrevista concedida a Bernardo Sampaio e Thiago Santos.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Perguntas comuns aos participantes do processo de criação/fundação de algum dos equipamentos analisados:

1. Por que decidiu-se criar este equipamento? E por que nesta localidade? (Falando um pouco sobre contexto histórico).
2. O equipamento foi utilizado após sua fundação? Conte-me um pouco dessa época de funcionamento.
3. Quais foram os fatores que levaram à inutilização do equipamento presenciada atualmente?
4. Na sua opinião, quais foram os impactos que a subutilização deste equipamento gerou em seu entorno?
5. Há necessidade de reativação deste equipamento? E dos outros equipamentos estudados?

APÊNDICE B: Perguntas comuns aos moradores que frequentaram algum dos equipamentos analisados:

1. Você costumava frequentar qual (ais) equipamento (s) analisados?
2. Conte-me um pouco sobre a época de funcionamento do equipamento frequentado. Ele funcionava todos os dias? Era gerador de grande público? Era responsável pela movimentação do entorno? Atraía comerciantes?
3. Na sua opinião, qual é a importância desses equipamentos para o Sítio Histórico de Olinda?
4. Você observou alguma mudança no entorno do equipamento devido ao seu fechamento?
5. Esses equipamentos necessitam de reabertura/reativação? Por quê?
6. É necessário que se mantenha os antigos usos para cada equipamento, ou seria mais viável a revitalização de algum?